

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 10 SEXTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2016



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4° Senador Douglas Cintra (PTB-PE)



Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1.1.1 – ABERTURA
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)
1.1.2.2 – Oradores
SENADOR TELMÁRIO MOTA - Satisfação com o desenvolvimento da matriz energética do Estado de Rora
outro assunto.
SENADOR BLAIRO MAGGI - Defesa da realização de melhorias na BR-163, no trecho que liga Cuiabá-
antarém-PA
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Relato de audiência com a Presidente do Ibama para tratar da reton
las obras de manutenção da BR-319; e outro assunto
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE - Defesa de projeto de lei de autoria de S. Exa que autoriza partidos polític
estabelecer que percentual de seus candidatos registrados nos pleitos eleitorais promovam campanhas eleit
penas em meio eletrônico
SENADOR DÁRIO BERGER - Preocupação com o aumento da violência urbana no Estado de Santa Cata
outro assunto.
SENADORA ANA AMÉLIA - Satisfação com a decisão tomada ontem pelo STF que possibilita a prisão de
ondenado em segunda instância
SENADOR LASIER MARTINS - Homenagem ao Dia do Repórter, comemorado em 16 do corrente
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder - Contrariedade a projeto de lei que revoga a participação
atória da Petrobras na exploração de petróleo na camada pré-sal
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA - Defesa da necessidade de maiores investimentos públicos em s
mento básico
SENADOR RAIMUNDO LIRA, como Líder - Alegria por decisão do STF que admite a execução de pena a
lo trânsito em julgado da sentença penal condenatória; e outros assuntos
SENADOR ROBERTO REQUIÃO - Críticas a projeto de lei que acaba com a exclusividade na exploraçã
Pré-sal pela Petrobras
1.1.3 – ORDEM DO DIA
1.1.3.1 – Item extrapauta
Requerimento nº 1.352/2015, do Senador Hélio José, de oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, In
ão, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 129/2015. Aprovado
1.1.3.2 – Item extrapauta
Requerimento nº 1.370/2015, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Assuntos Econôn
obre o Projeto de Lei do Senado nº 599/2011. Aprovado
1.1.3.3 – Item extrapauta
Requerimento nº 1.371/2015, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Educação, Culti
sporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 599/2011. Aprovado
1.1.3.4 – Item extrapauta
Requerimento nº 1.372/2015, do Senador Humberto Costa, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente
esa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93/2013. Aprovado
1.1.3.5 – Item extrapauta
Requerimento nº 1.375/2015, do Senador Eduardo Amorim, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente
esa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242/2015. Aprovado
1.1.3.6 – Item extrapauta
Requerimento nº 1.398/2015, do Senador Paulo Bauer e João Capiberibe, de oitiva da Comissão de Ti
parência e Governança Pública sobre o Projeto de Lei do Senado nº 178/2012-Complementar. Aprovado

1.1.3.7 – Item extrapauta
Requerimento nº 22/2016, do Senador Valdir Raupp, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre
o Projeto de Lei da Câmara nº 84/2015. Aprovado
1.1.3.8 – Item extrapauta
Requerimento nº 1.456/2015, do Senador Eunício Oliveira, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do
Senado nºs 364/2013, 127/2014, e 114/2015. Aprovado
1.1.3.9 - Apreciação de requerimentos
N°s 5 e 46/2016, do Senador Cristovam Buarque e outros Senadores. Aprovados
Nº 4/2016, do Senador Humberto Costa. Aprovado, nos termos do Parecer nº 32/2016-CRE
1.1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA
1.1.4.1 - Oradores
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE - Apresentação de plataforma macroeconômica para superação da crise
econômico-fiscal existente no País
SENADOR HÉLIO JOSÉ, como Líder - Registro do Dia do Gráfico e do Dia do Repórter
SENADOR ACIR GURGACZ - Expectativa com a manuteção e revitalização da rodovia BR-319; e outro assunto
1.1.4.2 – Comunicação
Do Senador Reguffe, de desfiliação partidária de S. Exa do PDT e de que está sem filiação partidária (Ofício
n° 1/2016)
1.1.5 - ENCERRAMENTO
1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS
1.2.1 – EXPEDIENTE
1.2.1.1 – Abertura de prazos
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei
da Câmara nºs 157 e 163/2015
Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº
7/2015 continue sua tramitação
1.2.1.2 – Comunicação
Do Senador Reguffe, de desfiliação partidária de S. Exa do PDT e de que está sem filiação partidária (Ofício
nº 1/2016)
1.2.1.3 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores
Nº 31/2015, na origem, em resposta ao Requerimento nº 622/2015, do Senador Romário
1.2.1.4 – Pareceres
№ 23/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição
nº 127/2015
№ 24/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição
nº 47/2012
Nº 25/2016, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 157/2015
Nº 26/2016, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 163/2015
№ 27/2016, da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, sobre a Emenda nº 1-PLEN ao Projeto de
Lei do Senado nº 72/2014
Nº 28/2016, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7/2015
Nºs 29 e 30/2016, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais,
respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279/2012
Nº 31/2016, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89/2015
1.2.1.5 – Prejudicialidade
Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 89/2015
1.2.1.6 – Projetos de Lei do Senado
Nº 42/2016, do Senador Telmário Mota, que <i>altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código</i>
Penal –, para tornar mais gravosas as penas da injúria racial e da injúria relacionada à condição de pessoa com defi-
ciência, quando cometidas contra criança ou adolescente
Nº 43/2016, do Senador João Capiberibe, que modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar
a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet
Nº 44/2016, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dis-
por sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão
1.2.1.7 – Proposta de Emenda à Constituição
N° 6/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Simone Tebet, que altera o inciso II do § 2º do art. 177
da Constituição Federal para determinar o regime de partilha na exploração de petróleo e acrescenta o art. 251 às
Disposições Constitucionais Gerais para determinar a participação da Petrobras como operadora na exploração do
petróleo em águas profundas

1.2.1.8 – Relatório	
Nº 3/2016, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre avaliação de políticas públicas dos "Impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos Estados" (Ofício nº 7/2016) (vide item 3.1)	121
1.2.1.9 – Requerimentos	122
Nº 61/2016, do Senador Tasso Jereissati, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda Nº 62/2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de manifestação de apoio à participa-	122
ção da República da China (Taiwan), como observador geral na 39ª Assembleia Geral e Técnica da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI-ICAO), que ocorrerá em setembro próximo, em Montreal, Canadá	124
Nº 63/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Pe. Cânio Grimaldi	127
1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL 1.2.2.1 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Co-	
missão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 700/2015 (Ofício nº 2/2016). Será feita a substituição solicitada.	129
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a pro-	
ferir parecer sobre a Medida Provisória nº 712/2015 (Ofício nº 7/2016). Será feita a substituição solicitada	130
Da Liderança do Bloco PMDB/PEN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista des-	
tinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 707/2015 (Ofício nº 32/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	131
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a pro-	
ferir parecer sobre a Medida Provisória nº 707/2015 (Ofício nº 5/2016). Serão feitas as substituições solicitadas	132
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista desti-	400
nada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 705/2015 (Ofício nº 9/2016). Será feita a substituição solicitada	133
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 705/2015 (Ofício nº 3/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	134
Da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão	
Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 703/2015 (Ofício nº 10/2016)	135
Da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC/PHS na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar	126
a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 703/2015 (Ofício nº 3/2016)	136
Requerimento nº 1.352/2015	137
Requerimento nº 1.370/2015	137
Requerimento nº 1.371/2015	137
Requerimento nº 1.372/2015	137
Requerimento nº 1.375/2015	137
Requerimento nº 1.398/2015	137
Requerimento nº 22/2016	137
Requerimento nº 1.456/2015	137
1.2.3.2 – Requerimento nº 4/2016	
Parecer nº 32/2016-CRE	138
2 – EMENDA CONSTITUCIONAL	
Nº 91/2016, que altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período de-	
terminado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato	141
3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
3.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	
Relatório nº 3/2016	
SENADO FEDERAL	
	1.42
4 - COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	142
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL6 – LIDERANÇAS	145 146
7 - COMISSÕES TEMPORÁRIAS	146
8 - COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	148
9 - COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUERITO	176
10 - CONSELHOS E ÓRGÃOS	224
	224
CONGRESSO NACIONAL	
11 - COMISSÕES MISTAS	248
12 - CONSELHOS E ÓRGÃOS	262

9ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 18 de Fevereiro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência da Sra Vanessa Grazziotin e dos Srs. Dário Berger, Edison Lobão, Acir Gurgacz e Hélio José.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 18 horas e 43 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

9^a Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas Período: 18/02/2016 00:07:00 até 18/02/2016 20:32:00

UF	Nome Senador	Presença
RO	Acir Gurgacz	X
MG	Aécio Neves	X
SP	Aloysio Nunes	X
PR	Álvaro Dias	X
RS	Ana Amélia	X
RR	Ângela Portela	X
MG	Antonio Anastasia	X
SE	Antônio C Valadares	X
AL	Benedito de Lira	X
MT	Blairo Maggi	X
PB	Cássio Cunha Lima	X
PI	Ciro Nogueira	X
DF	Cristovam Buarque	X
SC	Dalírio Beber	X
SC	Dário Berger	X
MA	Edison Lobão	X
SE	Eduardo Amorim	X
PI	Elmano Férrer	X
CE	Eunício Oliveira	X
RN	Fátima Bezerra	X
PE	Fernando Coelho	X
PA	Flexa Ribeiro	X
	RO MG SP PR RS RR MG SE AL MT PB PI DF SC SC MA SE PI CE RN PE	RO Acir Gurgacz MG Aécio Neves SP Aloysio Nunes PR Álvaro Dias RS Ana Amélia RR Ângela Portela MG Antonio Anastasia SE Antônio C Valadares AL Benedito de Lira MT Blairo Maggi PB Cássio Cunha Lima PI Ciro Nogueira DF Cristovam Buarque SC Dalírio Beber SC Dário Berger MA Edison Lobão SE Eduardo Amorim PI Elmano Férrer CE Eunício Oliveira RN Fátima Bezerra PE Fernando Coelho

Partido	UF	Nome Senador	Presenca
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PMB	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
-	ES	Ricardo Ferraço	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	
PMDB			X
PSD	AM AC	Sandra Braga	X
PMDB		Sérgio Petecão	X
PSDB	MS	Simone Tebet	X
PDT	CE	Tasso Jereissati	X
	RR	Telmário Mota	X
PMDB PCdoP	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X

Compareceram 69 senadores.

Emissão 18/02/2016 20:33:26

ATA

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide item 1.2 do sumário**)

Dando início à sessão deliberativa ordinária deste dia 18 de fevereiro, eu quero convidar para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Telmário Mota, Senador guerreiro do Estado de Roraima.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Fora do microfone.) – Vanessa, não era eu o primeiro? A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na sequência, é um orador inscrito, a não ser que o Senador Telmário faça a permuta; logo após, o Senador Blairo falará como comunicação inadiável.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Fora do microfone.) – Primeiro é o inscrito?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro é o inscrito; segundo, comunicação inadiável.

Tem problema, Senador?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Fora do microfone.) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Vanessa, que muito orgulha o Estado do Amazonas, hoje nós tivemos uma reunião com o Ministro da Justiça e vai ser feita uma reunião no seu Estado, envolvendo todos os Governadores – eu vou tratar bem disso amanhã –, todos os secretários, a Ministra da Defesa, a Ministra da Justiça, para que façamos um trabalho em grupo, integrado, a fim de combater a pirataria, os assaltos, o tráfico nos rios amazônicos, envolvendo todos os Estados do Norte.

Foi muito boa a reunião, e amanhã eu guero trazer esse assunto, que achei da maior importância.

Mas, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores, telespectadoras e ouvintes da Rádio Senado, hoje eu venho a esta tribuna extremamente feliz, Srª Presidente. O meu Estado, hoje, passa por uma crise energética lamentável. Nós estamos ali com aquela questão da linha de Tucuruí para fazer integração paralisada, mas, esses dias, eu fui convidado para ir ao Município do Uiramutã, em uma comunidade chamada Maturuca, e lá eu recebi das mãos dos coordenadores uma proposta alvissareira, uma proposta para abastecer de energia mista, eólica, solar e termoelétrica, as comunidades de Pedra Branca e do próprio Maturuca.

Esse estudo foi feito pelo ISA (Instituto Socioambiental), instituto muito importante, junto com a Universidade Federal do Maranhão. Fizeram, desde 2013, dois anos de estudo, levantaram ali a viabilidade da energia eólica, fizeram os testes e ali tiveram a certeza da implantação dessa energia.

Mais importante, sempre a comunidade do Maturuca foi a resistência das grandes lutas contra aquilo que podia afetar as comunidades indígenas, inclusive a conquista da terra Raposa Serra do Sol se deu com o quartel general em Maturuca. E o Maturuca, neste momento, com muita sabedoria, com muita inteligência, com muita responsabilidade, sai na frente com essa nova proposta.

Então, levei isso ao Ministro Eduardo Braga – um Ministro que é da nossa região, que conhece a nossa região –, que ficou extremamente empolgado, abraçou de corpo e alma, de imediato, essa questão e já colocou toda a equipe do Ministério para liberar, para colocar em ação esse projeto, junto naturalmente com o Governo do Estado. Assim, nós vamos ter, pioneiramente, a primeira energia eólica, solar – já existe a termoelétrica – na Região Norte, e a primeira em comunidades indígenas.

Então hoje é um dia realmente que me deixa muito feliz, estou contente por o Ministro ter entendido essa situação de pioneirismo, de necessidade, e, com isso, nós estamos abrindo uma porteira imensa para a energia de Roraima toda – nós temos uma corrente já muito forte lá, que pega nas Cordilheiras da Guiana até a Venezuela, passando pelo território brasileiro, que são em áreas indígenas. Ora, a partir da hora em que Maturuca comunga com essa situação, nós temos a possibilidade de fazer o abastecimento total do Estado de Roraima por meio da energia eólica, e até ainda exportar energia; uma energia limpa, uma energia que vem renovar, que vem inovar. Com essa proposição, hoje ganhamos o dia.

Mais uma vez, eu quero aqui agradecer ao instituto ISA, à Universidade Federal do Maranhão e principalmente ao Ministro Eduardo Braga, por sua sensibilidade, seu compromisso com a nossa região e sobretudo, o seu interesse em fazer com que isso realmente aconteça. Por isso que eu digo: quando se leva uma boa proposição, quando se leva uma boa proposta, o Governo Federal abraça, e abraça imediatamente.

Eu queria hoje dar esta notícia ao povo de Roraima, ao povo de Uiramutã, ao pessoal de Maturuca: esse projeto vai vingar, esse projeto vai acontecer, e nós vamos levar para Roraima uma grande solução; uma energia limpa, uma energia que possa dar sustentação aos interesses, uma energia tranquila, segura para os investidores no nosso Estado. Inclusive quero convidar o Senador Blairo para investir em Roraima, porque agora nós vamos ter energia suficiente.

Muito obrigado, Senadora Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senador Telmário. Percebo daqui que o Senador Blairo está concordando com a proposta de V. Exª.

Dando sequência aos pronunciamentos, convido o Senador Blairo para fazer uso da palavra, falando para uma comunicação inadiável.

Senador Telmário, hoje pela manhã eu não pude estar na reunião no Ministério da Justiça, mas sei que foi bem representativa, porque outro grupo de Parlamentares da região estava no Ibama, em audiência com a Presidente do Ibama – eu, o Senador Acir e a Senadora Sandra – para tratar do destravamento da BR-319. E lá debatemos também o problema do linhão, que não é um problema pacífico ainda.

Senador Blairo com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa, Presidente desta sessão aqui no Senado Federal. A minha fala também vem na direção do que o Senador Telmário e V. Exª falaram aqui, em questão de infraestrutura.

Sra Presidente, Sras e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, hoje venho, mais uma vez, falar sobre a questão da BR-163.

Há 50 anos, esta BR, um dos mais importantes eixos estruturantes do País, é fruto de intenso debate, reivindicações e movimentos pela sua total implantação.

Nas últimas décadas, tentou-se acrescentar, ao longo de seu eixo, significativos investimentos, sempre motivados por ações governamentais que ensejavam o desenvolvimento e a integração regional, promessas espelhadas em orçamentos raramente cumpridos, até culminar com o advento do PAC, quando a BR-163 foi incluída nesse programa para a implantação e restauração do trecho que vai de Cuiabá até a cidade de Santarém, no Pará.

Esse fato motivou inúmeras empresas que atuam no setor do agronegócio no Estado do Mato Grosso a desenvolverem projetos para a exportação de soja, milho, proteínas animais, algodão e etanol, a importação de produtos como fertilizantes, iniciando a construção de inúmeros terminais portuários fluviais e também marítimos na região, como Santarém, Miritituba, Macapá, também Belém e, mais em cima, Itacoatiara, e ainda muitas encomendas fluviais em estaleiros nacionais com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Tudo depende da conclusão da BR-163 e de sua melhor trafegabilidade.

Portanto, senhores colegas, Senadores e Senadores, é extremamente preocupante a situação de abandono em que se encontra a rodovia neste momento, a um passo da concessão, porém não concluída, e ainda sem a adequada manutenção, que coloca em risco o pavimento já implantado nessa rodovia.

É fundamental e de supra importância administrativa que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) não desperdice recursos já aplicados e que a rodovia receba, imediatamente, os trabalhos condizentes de conserva, restaura e manutenção, enquanto aguardamos os procedimentos para a licitação da concessão.

Tenho acompanhado de perto o intenso debate nas audiências públicas, necessárias a essa licitação, em que a sociedade civil e empresas apresentam um rol de sugestões e questionamentos, de forma a contribuir com esse evento.

No processo de concessão da BR-163, no trecho que liga a cidade de Sinop, em Mato Grosso, até a cidade de Miritituba, no Estado do Pará, nesse percurso, destaco a urgente necessidade dos acessos rodoviários aos terminais portuários de Miritituba, com 12,5 quilômetros, e na localidade de Santarénzinho, mais 18 quilômetros, incluindo as rotatórias necessárias. De imprescindível implantação, ambos os acessos rodoviários terão grande movimentação.

Em Miritituba, já opera, por exemplo, a Bunge, que movimentou, neste ano, dois milhões de toneladas de carga agora em 2015, e deve repetir a performance em 2016. Opera também a Transportes Bertolini, com um milhão de toneladas, em 2015, e com perspectivas de dobrar esse movimento em 2016.

Em maio deste ano, deverão estar operando ainda a empresa chamada Hidrovias do Brasil e a Cianport, que tem como previsão mínima movimentar dois milhões de toneladas em 2016.

Sra Presidente, seguindo estas previsões, teremos, no mínimo, seis milhões de toneladas de carga que serão movimentadas nesse trecho da rodovia em 2016. Considerando 300 dias de trabalho ao ano, e com

carretas de aproximadamente 40 toneladas, utilizaremos uma média de sete eixos por carreta, chegamos a então a 3.500 eixos circulando nessa rodovia.

Isso não é tudo, Srª Presidente. Ainda em Miritituba, outras empresas estão em processo de instalação, como Cargill, Cevital, além da Navegação Haggy, que têm projetos em diversas fases de licenciamento e implantação.

Já em Santarénzinho, temos uma empresa já licenciada, que é a Auto Posto Dado; quatro empresas em processos em licenciamento ambiental, a Transportes Bertolini, a Odebrecht Transport, a Dreyfus e a Cianport; e ainda mais quatro, a Amaggi, a Brics Logística, a DSR Transportes e a Navegação Climaco, que estão em fase de estudo para implantação dos seus investimentos nessa região.

Esses projetos, somados, sinalizam para 2018 uma previsão mínima de mais nove milhões de toneladas de carga. Dessa forma, tanto no acesso rodoviário de Miritituba como no de Santarénzinho, os volumes de toneladas movimentas deverão exceder 15 milhões de toneladas já em 2018.

Isso fará com que tenhamos 8.750 eixos por dia nesse trecho da BR-163.

Tudo isso significa que grandes usuários da rodovia precisam ser atendidos com acessos portuários de qualidade, para poder fazer frente, durante o ano todo, às demandas que terão, para conseguir com que seus produtos cheguem aos portos marítimos e sejam exportados.

Sra Presidenta, Vanessa, nesta sessão, outro ponto que precisa ser considerado é a necessidade de revisão dos preços dos pedágios que estão sendo estipulados agora para a concessão, de algo como R\$10,5 por eixo. Mesmo sendo no parâmetro de lançamento do edital, está elevado, a ponto de inviabilizar os empreendimentos lá já colocados. Talvez o preço ideal para contribuir com uma competitividade dos investimentos seja algo em torno de R\$5,5 por eixo.

É urgente que se façam os ajustes necessários para atingirmos tal objetivo. O ponto de partida para tanto seria a conclusão da BR-163, por conta do Governo Federal e por meio do DNIT, e não repassando os custos de implantação à nova concessionária.

Além dos acessos portuários aos terminais de Miritituba e Santarenzinho, considero imprescindíveis as obras de duplicação nas travessias urbanas nas cidades e distritos com rotatórias em nível, terceiras faixas nas serras e retificação de traçado onde ocorrem problemas com a geometria da rodovia. É preciso também fazer previsão de duplicação nos locais onde serão instalados os superpostos, que abrigarão até mil carretas para pernoite nesses locais, além da restruturação do pavimento, para que a rodovia suporte o trânsito de mais de 5 mil carretas diariamente nesse trecho.

Não podemos mais tolerar a irresponsabilidade da precariedade da BR-163. A situação é dramática nessa região, e não é raro o dia em que não temos mais de 100, 150 carretas atoladas nessa rodovia, em um ou em outro dos atoleiros, causando um prejuízo absurdo, não só para as empresas, como para a economia e crescimento do Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, Srª Presidente, eu quero deixar esse registro, porque, como disse aqui na minha fala, os investimentos são bastante altos, bastante grandes, e não podemos deixar da forma como está, fazendo com que o Brasil perca a oportunidade de encerrar esse ciclo de crescimento do Arco Norte, fazendo com que os novos portos, com que os portos do sul sejam aliviados nas cargas que hoje descem de Mato Grosso para Santos, Guarujá, Paranaguá e tantos outros portos; assim, aliviando os portos do sul e criando as condições de competitividade para os portos do norte.

Portanto, quero conclamar o DNIT, o Governo Federal, para que não percam a oportunidade de conclusão dessa rodovia este ano, porque ela está trazendo muitos e grandes prejuízos a todos que trabalham e militam naquela região.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senador Blairo.

Questiono ao Senador Dário se podemos fazer uma troca para que eu possa falar agora, porque ele seria o próximo inscrito.

O Senador está concordando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora, gostaria de pedir a V. Exª, antes de fazer a permuta, uma inscrição, se ainda houver vaga, para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há vagas, o próximo orador para comunicação inadiável é o Senador Capiberibe, e, na sequência, V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Capiberibe, falarei agora em permuta com o Senador Dário, como oradora inscrita, porque o Senador Blairo falou como comunicação inadiável.

(A Srª. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sra Senadora, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, o Senador Telmário, daqui da tribuna, relatou um pouco do que foi a audiência pública que a Bancada do Norte, da Amazônia, teve com o Ministro da Justiça pela manhã. Uma reunião importante, que tratou de roubo, pirataria, nos rios da Amazônia.

Não pude lá estar, Sr. Presidente, porque estivemos – já comuniquei também, enquanto dirigia a sessão – eu, Senador Acir Gurgacz, Senadora Sandra Braga e outros parlamentares da região numa audiência com a Presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), tratando ainda dos problemas da BR-319.

O ano de 2015 foi um ano em que trouxemos muito esse debate não só para o plenário do Senado, mas também levamos o debate para as comissões aqui do Senado Federal. Tivemos audiências públicas importantíssimas, com a representação de governos dos Estados, a representação do Ministério do Meio Ambiente – portanto, do Ibama –, representação do DNIT, para tratar da necessidade da recuperação de uma BR que data lá da década de 70, Senador. Infelizmente, em torno do ano de 2002, mais ou menos, 2003, o Ibama decidiu que, para a sua recuperação, teria que ser feito um novo estudo de impacto ambiental, teriam que ser cumpridas todas as exigências ambientais colocadas para uma estrada nova, apesar de a BR-319 existir desde a década de 70.

Assim foi feito, mas ocorre que, infelizmente, quando nós pensávamos que o processo estava andando, o Ibama aparecia com um parecer dizendo: "Não, mas aqui está faltando um estudo de impacto das populações indígenas que estão localizadas a 100km da BR". Enfim, enquanto isso tudo acontece – o estudo ainda está em curso, aguardando algumas complementações por parte do DNIT –, Sr. Presidente, o Ipaam, que é o órgão ambiental do Amazonas, baseado na legislação, concedeu uma licença ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para que fizesse tão somente obras de manutenção na BR. O que significa legalmente obras de manutenção e qual a diferença das obras de manutenção para as obras de recuperação?

Recuperação é reconstruir toda uma estrada, podendo utilizar o material que queira, já a manutenção é apenas colocar em ordem aquilo que está estragado, por exemplo, numa ponte que está com o risco de cair, troca-se pelo mesmo material. Foi essa licença, baseada, repito, na legislação federal, que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) concedeu ao DNIT, até que, a partir de um relatório produzido pelo Ibama, a obra foi embargada. Trata-se de um relatório de vistoria que nós consideramos pouco seguro, porque, na sequência, organizamos uma comitiva, fizemos uma diligência, fomos, viajamos pela estrada – Senador Acir Gurgacz, eu, Senador Raupp – de Porto Velho até a cidade de Manaus com o relatório do Ibama na mão, procurando analisar o que estava escrito no papel com a realidade, e vimos que a realidade estava muito longe daquilo que o papel dizia: que não havia essa supressão de vegetação, assoreamento dos igarapés, como dizia o relatório.

A partir daí, iniciamos um conjunto de audiências públicas aqui, repito, e reuniões no Ibama, no DNIT, com todos. O Ibama, fazendo um novo um novo relatório, entendeu que poderia, sim, desembargar a obra, liberála para as ações de manutenção. Infelizmente, aí entra o Ministério Público e a Justiça Federal. O Ministério Público entrou, ajuizou uma ação, e a Justiça Federal, no Estado do Amazonas, decidiu por embargar a obra, isso em 30 de setembro do ano passado, Sr. Presidente. Também, entre setembro e outubro, além do embargo da obra, o Ibama aplicou uma multa. No dia 27 de outubro, houve a decisão judicial que fez com que a obra paralisasse completamente.

Ingressamos novamente, continuamos o debate e acompanhamos muito o DNIT, que entrou com um recurso no TRF, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e o TRF, na sequência, concedeu uma decisão favorável ao DNIT, dizendo que a Justiça Federal estava agindo em algo que deveria ser de exclusiva decisão do Poder Executivo.

Então, até aí, aparentemente tudo foi desobstruído. O Ibama, portanto, apresentou um novo documento desembargando a obra. Quando imaginávamos que estava tudo bem, que a obra de manutenção seguiria o seu curso normal, aparece um problema apresentado pelo Governo do Amazonas. O Governo do Amazonas

não quis dar a autorização, apesar de um documento do Ibama dizendo que legalmente ele teria essa função, essa capacidade, o Ibama estava delegando a ele essa função.

Pois bem, houve uma Recomendação nº 17, que não tem força de lei, apresentada pelo Ministério Público Federal, no meu Estado, porque a decisão judicial era para que a obra continuasse. Diante dessa recomendação, o Governador do Estado do Amazonas não se sentiu à vontade em dar novamente a autorização para que continuassem as obras de manutenção, Sr. Presidente.

Hoje tivemos com a Presidente do Ibama um diálogo muito importante, em que debatemos tudo isso, e o Ibama também achava que estava tudo decidido, mas não.

No dia 4 de janeiro, o Governador José Melo encaminhou ao Ibama um ofício dizendo que não concederia a autorização para as obras de manutenção, mas pleiteava que o Ibama repassasse ao Ipaam a autoridade para o estudo e a decisão sobre o relatório de impacto ambiental.

Obviamente, o Ibama respondeu que esse estudo vem desde 2005, data de 2005, é um procedimento que vem sendo coordenado pelo Ibama e que isso não poderia dar, mas reafirma que não há problema nenhum em celebrar um acordo de delegação de competência, nos termos do art. 4º da LC 140, de 2011, para que o Ipaam conceda a licença.

O fato é que até agora o Ipaam não concedeu a licença. Se o Ipaam não conceder a licença – e aqui quero dizer que conversei com o Governador várias vezes sobre esse assunto –, vou conversar com a Presidente do Ipaam no Estado do Amazonas, a Srª Ana Aleixo, e vou conversar pessoalmente com o Governador do Amazonas, José Melo, para que ele dê, através do Ipaam, essa licença.

Se isso não for possível, Sr. Presidente, creio que o Ibama terá de entrar, porque a obra tem que continuar. O DNIT contratou as empresas, que estão lá, com os trabalhadores sem fazer nada, vários deles demitidos, contratou para fazer a obra de manutenção, que não tem suprimido nada da vegetação além daquilo que já havia sido feito na construção da BR.

Então, vim aqui, à tribuna, no dia de hoje, para relatar essa reunião, que considero extremamente importante. Tenho certeza, convicção absoluta – já estamos encerrando o mês de fevereiro, entrando no mês de março – de que, até meados do mês de março, o problema estará resolvido. Esse é o compromisso do Ibama.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E fico feliz. Fico feliz e aqui quero cumprimentar a Presidente do Ibama, todo o setor técnico, que estava participando da reunião do dia de hoje e que está fazendo tudo com o mais absoluto cuidado, mas também com o compromisso que tem com a população da nossa região. Não estamos falando de uma estrada nova, mas de uma estrada que já existe, cujas obras de manutenção não causarão nenhum impacto ambiental além daqueles já causados na sua construção.

Então, trago essa notícia. Esperamos que, no mês de março, possamos dar a derradeira notícia de que, já tudo resolvido, as obras de manutenção continuarão.

Acertamos, também, com a Presidente do Ibama, realizar nova audiência pública aqui, no Senado Federal, e preparar já um seminário internacional, a ser realizado no Amazonas, para debater, aí sim, a reconstrução total da BR-319.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Queremos que essa seja uma BR, uma via de ligação dessa região, da Amazônia Ocidental brasileira, com outras regiões brasileiras, uma via de transporte de pessoas e de cargas, não que seja, mais uma vez, um vetor do desmatamento. Nós também temos essa preocupação, não somente o Ibama.

Mas não é em nome dessa preocupação que deva toda uma população ficar isolada do seu próprio País, isolada da sua própria gente.

Então, Sr. Presidente, feito esse registro, cumprimento novamente o Ibama, o setor técnico do Ibama, porque senti da parte deles muita segurança e muito compromisso com a possibilidade do retorno rápido, um retorno breve das obras de manutenção da BR-319.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito bem. Eu que cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin pelo seu pronunciamento, pela sua preocupação com seu Estado. Registro a minha admiração, sobretudo, por ser uma Senadora nascida no Estado de Santa Catarina.

O próximo orador inscrito é o eminente Senador João Capiberibe, a quem, com muita satisfação, concedo a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores, subo à tribuna para anunciar que dei entrada, na Mesa do Senado, a um projeto de lei que modifica a Lei das Eleições e estabelece uma regra que promove a democracia digital nas redes sociais. É um projeto que estabelece a exclusividade das campanhas eleitorais na internet, nas redes sociais gratuitas que se oferecem hoje em nosso País.

O projeto modifica a Lei nº 9.504, de 1997, a Lei das Eleições, para facilitar que os partidos políticos ou as coligações possam reservar até 30% de suas candidaturas, para que esses candidatos possam fazer campanhas exclusivamente na internet. Nós teremos candidaturas que vão utilizar as redes sociais e com baixíssimo custo. A ideia é reduzir realmente os custos da eleição, promover a democracia, a equidade nas disputas eleitorais, até porque os gastos das campanhas eleitorais exclusivamente nas redes sociais serão reduzidíssimos.

A nossa proposta se sustenta nessa nova realidade que nós estamos vivendo na sociedade da informação e do conhecimento, na sociedade em rede, na sociedade da informação em alta velocidade e também da mudança de comportamento. Hoje, há uma divisão clara entre os interesses de relacionamentos do mundo real e do mundo virtual. Eu admito que hoje as pessoas se relacionam mais pelo mundo virtual do que pelo mundo real. É muito comum entrar em um restaurante e encontrar o casal sentado à mesma mesa, um de frente para o outro, mas cada um no seu celular, navegando sabe Deus por onde. Portanto, essas novas relações precisam ser consideradas pelas instituições políticas do nosso País.

Também acredito que a tecnologia digital nos permite um passo adiante na democracia. A dificuldade é como construir esse novo processo ampliando a democracia para a utilização dessas novas tecnologias. E eu tenho pensado muito nisso, tenho refletido, estudado, analisado, desde a democracia grega à democracia representativa, que apresenta uma série de restrições à participação do cidadão.

Democracia boa é aquela que permite uma participação cada vez maior das pessoas. Os gregos inventaram a democracia na praça, chamando a comunidade, mas só acudiam à praça aqueles que viviam mais próximos. Os que viviam distantes não tinham como participar do processo democrático. Depois, a democracia representativa ampliou a participação através dos seus representantes. E hoje, com o ciberespaço, com a tecnologia digital, nós temos condição de dar um passo adiante na democracia.

Esse projeto de lei estabelece que os partidos políticos poderão – não há nada obrigatório – apresentar até 30% de suas listas, para que esses candidatos disputem a eleição com propaganda exclusiva nas redes sociais. Quem optar por fazer a sua campanha eleitoral pelas redes sociais fica fora da mídia convencional, do rádio, da televisão.

Ele está impedido de participar de comícios, está impedido de fazer panfletos, cartazes. É exclusivo das redes sociais. A lei estabelece que serão utilizadas as redes sociais gratuitas – Facebook, Twitter, Instagram e outras –, mas, ainda assim, ele terá algum tipo de gasto. Então, nós estabelecemos dez salários mínimos de gasto próprio; ele não poderá arrecadar, o partido tampouco poderá investir na sua candidatura. Ele poderá usar dos seus recursos até o valor de dez salários mínimos para pagar o provedor de internet, os equipamentos de que ele precisa para promover a sua candidatura.

É evidente que não vai valer para essa eleição de 2016, mas os partidos que decidirem poderão já fazer valer, agora, porque estabelecemos regras de exclusão. Aqueles que se candidatam pelas redes sociais têm uma série de limitações que deverão ser cumpridas.

Eu comentei com o Senador Aloysio Nunes e ele achou a ideia interessante. Conversei com o Senador Blairo, que também achou a ideia muito interessante. Acho que nós temos de aproveitar essa digital, para dar um passo adiante na democracia. Essa é uma proposta, é uma ideia que trago aqui para o debate. Evidentemente, esse debate vai alcançar as redes sociais, que serão os maiores interessados em garantir a aprovação desse projeto.

Senador Aloysio.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Capiberibe, quero falar em público aquilo que lhe disse em particular: realmente, considero o seu projeto muito interessante. É um projeto que vai na linha daquilo que já está acontecendo hoje, que é o debate político sendo travado nas redes sociais, cada vez mais. Cada um de nós se utiliza das redes sociais – todos nós, creio que não há exceção entre os Senadores; alguns mais, outros menos. Agora, o que me permito sugerir ao senhor, e isso será, seguramente, objeto de uma tramitação, é que pudéssemos, também, prever algum estímulo para os candidatos que resolverem se valer das redes sociais como veículo exclusivo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... para sua propaganda, para o seu proselitismo. V. Exa estabelece bem as limitações. Claro, eu fui apanhado de surpresa pelo ineditismo de seu projeto, mas penso que, ao longo da tramitação, seu projeto nos estimula a imaginar se não poderia haver algum estímulo, para que os candidatos tivessem interesse em se utilizar dessa válvula que o projeto abre. Meus parabéns pela ideia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador, eu fico muito feliz pela recepção que V. Exª dá ao projeto e por essa perspectiva de debate aqui na Casa.

E eu também gostaria de me dirigir às redes sociais, aos meus seguidores do Twitter, do Facebook, do Instagram, para que participem ativamente. Nós vamos, daqui a pouco, publicar na íntegra o projeto, para que o enriqueçam. Eu tenho a impressão...

Pois não.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Publicar pela internet, obviamente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com certeza. Daqui a pouco, eu vou fazer aqui uma gravação, direto no Mention para o Facebook comunicando aos meus seguidores que apresentei um projeto e abrindo o processo de discussão.

E finalizo agradecendo o consultor Clay Souza e Teles, aqui do Senado Federal. O Senado Federal dá essa contribuição a todos nós de ter aqui consultores de grande competência, de grande conhecimento e ele nos ajudou a formatar.

Bom, esse é um primeiro passo para fazer avançar a democracia digital e outros virão, com certeza, a partir deste debate.

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Dário Berger por permuta da Senadora Vanessa Grazziotin.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje venho a tribuna para expressar a minha profunda preocupação com a escalada de violência que atinge as principais cidades catarinenses e, em especial, a cidade de Joinville.

E nada nos toca mais do que a violência humana, sobretudo porque ela é praticada por nós mesmos, pelos nossos semelhantes, pelos nossos jovens, que sem esperança encontram no tráfico, na droga e na marginalidade uma oportunidade para sobreviver.

Um ato de violência é sempre uma atitude que revela a barbárie que vivemos em nosso País de modo geral, onde a criminalidade avança ferozmente quadra a quadra, bairro a bairro, ocupando todo e qualquer espaço onde o Estado brasileiro abre mão de se fazer presente.

Quando digo "abre mão", quero afirmar que faltam políticas capazes de oferecer oportunidades aos nossos adolescentes e aos nossos jovens. Muitas vezes, o que eles mais precisam é de apenas uma oportunidade. Não podemos nos esquecer de que, se somos diferentes é porque, provavelmente, tivemos oportunidades diferentes.

Lamentavelmente não temos uma política de segurança consolidada: falta integração das polícias, faltam políticas sociais capazes de dar conta e atuarem na prevenção com o apoio para a verdadeira construção da cidadania.

Os entes federados tentam transferir responsabilidades e, nesse contexto, sobra omissão, sobram motivos para o cidadão estar cada vez mais acuado dentro da sua própria casa. Falta uma resposta efetiva do Estado, falta uma perspectiva de Nação, para que possamos todos sentar juntos para avaliar os cenários e propor soluções.

Aliados a esta escalada, a incompetência e a falta de compromisso somados aos baixos investimentos públicos – seja nas áreas de inteligência, seja no aparelhamento das estruturas de segurança, seja, também, nos programas sociais fundamentais – nos colocam no meio de uma imensa crise social. Essa crise revela que os valores ligados à vida viram manchetes banais, notícias velhas, pois infelizmente, Sras e Srs. Senadores, tenhamos certeza de que ainda muitos brasileiros e brasileiras de bem cairão vítimas dessa guerra que ocupa

nossas ruas e cidades.

Apesar dos bons índices de segurança pública, Santa Catarina se depara com uma onda crescente de violência que ameaça a tranquilidade do Estado. Temos índices de criminalidade mais baixos comparados com outras regiões do País. Mesmo assim, estamos nos sentindo desprotegidos do Estado – considerado o Estado mais seguro do Brasil. A imagem de lugar ordeiro, seguro e forte no combate à criminalidade, é coisa do passado. A triste realidade do presente é que Santa Catarina enfrenta uma escalada de violência sem precedentes em sua história.

Sr. Presidente, prezado Senador, ex-Ministro, ex-Governador, Senador Edison Lobão, acompanho com perplexidade os noticiários locais do meu Estado, dando conta de tamanhas e expressivas atrocidades que vêm ocorrendo nas maiores cidades de Santa Catarina e principalmente na região da Grande Joinville, no norte do Estado de Santa Catarina. O problema da criminalidade em Joinville está atingindo índices insuportáveis. O drama não está só na guerra entre gangues; atinge a alma da maior e mais próspera cidade catarinense.

E uma pergunta simples se impõe: como uma cidade da importância de Joinville pode conviver com um vazio, com uma lacuna, um distanciamento, um tipo de salve-se quem puder nas relações entre os cidadãos, o Estado e suas estruturas, que deveriam se antecipar aos fatos, prever os cenários e oferecer ao cidadão joinvilense um sentimento de proteção e de zelo? Infelizmente esse sentimento não existe. Ou, se existe, torna-se cada vez mais fruto de uma retórica, uma fala mansa que frequentemente escutamos em entrevistas à imprensa, fruto de uma resposta tardia, quando os crimes já aconteceram, e o sentimento de dor e desespero já está instalado. Nesses casos o silêncio chega a ser ensurdecedor.

Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina mostram que até o dia 12 próximo passado, só neste ano de 2016, 19 pessoas foram mortas, com uma média de uma pessoa morta a cada dois dias em Joinville; desses 19 assassinatos, cinco são de adolescentes. Em 2015, a estatística terminou o ano em Joinville com o expressivo número de 127 mortos. Isso mostra que a atenção deve ser imediata para conter esses números do terror.

Não quero aqui fazer apologia, mas a sociedade do norte de Santa Catarina está vivendo um clima de medo, tensão, em que o crime ganha as ruas e vence as instituições públicas. A mídia estadual estampa todo dia uma manchete dessa novela do crime organizado. Vemos claramente que, na briga de mocinhos e bandidos, os meliantes têm levado a melhor, fazendo a sua justiça, lavando de sangue as nossas calçadas e os corações dos catarinenses.

Sras e Srs. Senadores, preocupo-me muito com a situação de Joinville, que está praticamente sem controle. Famílias inteiras da periferia estão amedrontadas com o conflito sangrento entre facções criminosas; ambas disputam espaço no domínio do tráfico de drogas na região. Essa guerra urbana, antes apenas vista em grandes metrópoles, tornou-se cotidiana na grande Joinville.

O que precisamos, Sr. Presidente, é que o Governo do Estado de Santa Catarina se mobilize, de maneira mais rápida, ágil, determinada, como um todo em favor da sociedade do norte catarinense. Precisamos de mais efetivo nas ruas? Sim, também precisamos, mas precisamos também de uma ação integrada maior e mais eficaz entre os agentes públicos ligados à segurança pública.

A questão da violência pública, da violência urbana não se restringe, em Santa Catarina, apenas à cidade de Joinville. A insegurança também faz parte da realidade de outras cidades, como Florianópolis, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Itajaí, Lages, Chapecó, Criciúma e também já nas médias cidades catarinenses.

Não quero aqui chocar nenhum dos meus colegas, Sras e Srs. Senadores, mas não posso deixar de citar um dos casos que mais me chamou a atenção nessa guerra urbana de Joinville. No dia 2 de fevereiro, a cabeça de um adolescente de 16 anos foi encontrada dentro de uma mochila por moradores da Rua Titan, no Bairro Jardim Paraíso, Zona Norte de Joinville. Não bastasse essa barbárie contra um adolescente, os criminosos gravaram um vídeo do garoto sendo morto, evidentemente, todos encapuçados, e espalharam, inclusive, nas redes sociais – final dos tempos, Sr. Presidente!

Como ex-Prefeito de duas grandes cidades, São José e Florianópolis, conheci um pouco das dificuldades urbanas de perto. Por isso, é chegada a hora de uma tomada de decisão efetiva em favor da sociedade catarinense. Devemos tratar o problema da segurança de Joinville de forma emergencial, urgente e com inteligência.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como Senador da República, coloco-me à disposição para buscar apoio federal para que essas ações possam acontecer efetivamente. Aliás, não entendo como o Estado de Santa Catarina ainda não solicitou o apoio das forças de segurança nacional. O Governo Federal também é responsável. Diante de tais fatos, não posso me calar; não posso deixar de usar esta tribuna em

favor do povo catarinense, e diante das circunstâncias, especialmente da cidade de Joinville.

O saudoso Senador Luiz Henrique da Silveira, que muito deu da sua vida por aquela terra, certamente seria um dos soldados contra esse descaso com a segurança pública da sua cidade. Em nome dele, em nome dos cidadãos joinvilenses e catarinenses, deixo aqui a minha indignação e me coloco à disposição desde já, para ajudar nesse trabalho de reformulação da segurança pública em Santa Catarina.

Sr. Presidente, concluindo, continuo tendo esperança, continuo tendo fé. Mais do que isso, ainda, tenho o desejo de trabalhar pelo meu Estado e pelo meu País, trazendo a esta tribuna, sempre que for necessário, esses e outros assuntos que atingem em cheio as famílias brasileiras e catarinenses.

Se V. Exª me permitir, eu gostaria de ouvir, com muita satisfação, o nosso eminente Senador Cristovam Buarque, que ontem monopolizou o cenário da política brasileira, utilizando, inclusive, esta tribuna aqui, se não estou equivocado, quase a tarde inteira – não é, Senador Cristovam Buarque? –, por tantos apartes que V. Exª recebeu. Com muita honra, eu gostaria de ouvi-lo.

OSr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT-DF) – Monopolizou o carinho dos colegas, digamos assim. Mas, Senador, eu agradeço ao Senador Lobão me permitir apartear. Eu não poderia deixar de fazer um comentário, porque o que o senhor está trazendo aqui merecia que esta Casa parasse para a gente refletir a palavra "reformulação". Quando a gente assiste à televisão no Brasil, há muitos problemas, mas dois estão permanentes: segurança e saúde. E os dois, Senador Lobão, precisam de reformular a maneira como a gente vê. Hoje de manhã, hospitais cheios, superlotados. Senador, nenhum daqueles precisava ser tratado indo a um hospital. Não eram cirurgias, não era fraturas; eram doenças endêmicas, que deveriam ter sido evitadas com saneamento básico, e isso não foi feito. Depois, se não fizemos aquilo e aconteceu, todos ali eram problemas clínicos que poderiam ser atendidos na sua comunidade, se houvesse programas, como nós tivemos aqui, o Saúde em Casa ou o chamado Saúde da Família. Se tivéssemos feito isso, os hospitais estariam vazios, mas é preciso uma reformulação no entendimento do problema de saúde: sair da ideia da hospitalização – eu diria da engenharia –, para a ótica da saúde, da prevenção. Nós só pensamos em como cuidar dos doentes; não temos pensado em como fazer com que as pessoas não figuem doentes. Nós pensamos em como aumentar o hospital; nós não pensamos em como não precisar de hospitais. E o mesmo vale para a segurança: estamos trabalhando a formulação no sentido de segurança, e não a reformulação de construir cidades, hoje, em paz. Isso muda tudo. Claro que leva tempo. Demora. É preciso segurança, é preciso prender bandido, é preciso colocar muralha nas casas, por enquanto, mas, se nós ficarmos pensando só nisso, daqui a pouco vamos estar todos presos, e os bandidos soltos, na rua, esperando a hora em que nós passemos. É preciso haver um programa que diga como é que se faz uma rua, cidade, em paz. Por aí passam muitas coisas, inclusive a economia, o Estado ser respeitado..., porque parte da violência, hoje, é o desrespeito com que o Estado trata a sociedade. A corrupção de bilhões na Petrobras, queira ou não, incentiva quem está precisando de dinheiro a roubar também um pouco. Nós não devemos tolerar, mas é preciso fazer com que não haja corrupção, para não incentivar pessoas que não nascem bandidas – porque ninguém nasce bandido – a cair no banditismo. E educação é fundamental. Então, quando o senhor usou a palavra "reformular", eu aí disse "vou pedir um aparte", porque essa é a palavra-chave: como reformular o enfrentamento do problema da segurança, da saúde e até os demais problemas brasileiros, sobretudo reformular a gestão pública brasileira, porque o Governo atual conseguiu desarticular a gestão. Desarticulou em todos os lugares. Não só nas estatais, como nós vimos... Os Correios, que era uma maravilha, Senador Aloysio... Hoje, os Correios não funcionam. Então, nós precisamos reformular na gestão pública. A ideia de estatizar, estatizar, estatizar não deu certo. Agora, privatizar, privatizar, privatizar também não. É publicizar, combinando o Estado e o setor privado, para servir ao povo. Reformular é a palavra-chave, a meu ver, que o senhor usou.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço o aparte de V. Exa – e peço permissão para incorporá-lo ao meu discurso –, que só vem enaltecer e engrandecer o tema da segurança pública, aliado ao tema da educação, tão defendido por V. Exa, como também o tema da saúde.

E quero acrescentar, para concluir, então, Sr. Presidente, que me preocupa muito essa questão, inclusive, da saúde pública no País, porque o orçamento do Ministério da Saúde deste ano, de 2016, será menor do que o orçamento da saúde de 2015, sendo que já houve uma pedalada dos meses de outubro, novembro e dezembro para 2016. Portanto, além de 2016 ser menor do que 2015, três meses de arrecadação do atual orçamento já estão comprometidos, o que é muito preocupante.

Como Senador da República, representante do Estado de Santa Catarina, não posso me conformar em ver pessoas amontoadas nos corredores dos hospitais sem atendimento. A nossa carga tributária é uma das maiores do mundo, e os serviços que oferecemos são de péssima qualidade. E me dá a impressão de que o povo não se revolta única e exclusivamente com a carga tributária, que paga ao setor público; revolta-se com a contrapartida que recebe.

Inegavelmente, o Senador Cristovam Buarque me trouxe certa inspiração para dizer que a impressão que tenho é de que o Estado brasileiro faliu, envelheceu, mofou, está ineficiente, não atende mais às necessidades do povo brasileiro, razão pela qual esta Casa Legislativa precisa ter um posicionamento sobre esses temas importantes da sociedade brasileira, com o qual tenho percebido que, ao invés de avançarmos, estamos regredindo. Estamos regredindo na saúde; estamos regredindo na educação; estamos regredindo na segurança pública; e estamos regredindo na eficiência dos órgãos públicos, na capacidade que têm de propor, evidentemente, as soluções necessárias para avançarmos. O que avançou no Brasil praticamente, única e exclusivamente, nos últimos tempos, foram os órgãos de fiscalização – esses avançaram muito!

Eu me preocupo, porque – como prefeito e ex-prefeito que fui, e tive a oportunidade de viver isso intensamente, pois foram oito mandatos consecutivos – pude perceber que um engenheiro, Ministro Edison Lobão, V. Exª conhece muito mais do que eu essa questão,...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... que faz uma obra recebe R\$5 mil por mês, e um engenheiro que fiscaliza recebe quatro, cinco vezes mais. Aí já está o erro, já começa por aí.

Eu poderia aqui discorrer sobre inúmeros e inúmeros problemas que temos que enfrentar. Na verdade, parece-me que é uma legião de problemas que nos chegam à porta todos os dias.

Eu quero agradecer a benevolência de V. Exª com o tempo que me foi concedido. Eu acho que esse tema é extremamente relevante e quero agradecer a atenção de V. Exª e de todos os Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu cumprimento o Senador Dário Berger pelo tema relevante que traz ao debate nesta Casa. Sem dúvida, S. Exª honra, enaltece e engrandece a representação senatorial de Santa Catarina; exerceu diversas funções públicas, sempre pelo concurso público da eleição direta; no Executivo, foi brilhante e, aqui, no Legislativo, por igual, está sendo brilhante e servindo ao seu Estado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para uma comunicação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Nesta tarde, os temas vêm se sucedendo aqui com o tom da gravidade que merecem.

O Senador Dário Berger deixou nesta tribuna um lembrete trágico que é a situação da segurança pública. O fato narrado por ele, por si só, revela uma doença da sociedade. Isto é uma doença da sociedade: encontrar numa mochila a cabeça decepada de um jovem, assassinado barbaramente, selvagemente, covardemente. Não há sociedade que resista a uma cena dessa natureza. Não há! E, se nós toleramos isso, nós estamos sendo complacentes e, de alguma forma, até cúmplices com a situação a que chegamos.

E essa impunidade talvez tenha levado ontem o Supremo Tribunal Federal a uma decisão que, para muitos, surpreendeu. Talvez o Supremo tenha verbalizado um sentimento que percorre o coração de todos os brasileiros que é exatamente o sentimento da impunidade. O que que aconteceu ontem no Supremo Tribunal Federal? Uma decisão histórica que muda as regras sobre prisão coincidindo com as batalhas políticas e técnicas que estão sendo travadas em nosso País exatamente contra a impunidade e a favor da justiça.

Nós também não podemos ultrapassar os limites na interpretação da lei. Eu lamento não ser uma especialista na área do Direito, da ciência jurídica. Sou apenas uma jornalista que, ao longo do tempo, passou a observar a sociedade brasileira, pela vivência na minha profissão, agora aprendendo muito, aqui, com os Senadores que são formados, que têm uma vasta experiência no campo do Direito – alguns com uma história de vida, como o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que nos engrandece a todos aqui. Eles nos ensinam, a cada dia, muitas coisas. Então, é na condição de cidadã e de Parlamentar que falo.

Essa decisão tomada ontem foi aplaudida, sem dúvida, por esse juiz que está encarnando as aspirações e as esperanças do povo brasileiro em relação à impunidade, um juiz discreto, que está trabalhando com uma equipe de auxiliares da Polícia Federal e do próprio Poder Judiciário, no Paraná, o Juiz Sérgio Moro. O Juiz Sérgio Moro emitiu hoje uma nota, que vou ler na íntegra, a respeito da decisão tomada ontem pelo Supremo Tribunal Federal. Escreveu ele – abre aspas:

O Egrégio Supremo Tribunal Federal, com respeito a minoria vencida, tomou uma decisão essencial para o resgate da efetividade do processo penal brasileiro. No processo penal, assim como no cível, há partes, o acusado e a vítima de um crime. Ambos têm direito a uma resposta em um prazo razoável. O inocente para ser absolvido. O culpado para ser condenado. Não há violação da presunção de inocência já que a prisão opera somente após um julgamento condenatório, no qual todas as

provas foram avaliadas, e ainda por um Tribunal de Apelação. A decisão do Supremo só merece elogios e reinsere o Brasil nos parâmetros sobre a matéria utilizados internacionalmente. A decisão do Supremo fechou uma das janelas da impunidade no processo penal brasileiro.

Fecho aspas.

Essa é a nota que leio, texto do Juiz Sérgio Moro, que comanda a fulgurante Operação Lava Jato em nosso País, que apura a maior história de corrupção envolvendo uma das estatais mais importantes, a Petrobras.

O problema crônico do excesso de recursos no Brasil já é velho conhecido da população. Esperavam-se vários anos para se ter uma decisão em quarta instância, sem que a pena começasse a ser cumprida, mesmo com condenação do réu em segunda instância. Era um cenário perfeito para protelações, rejulgamentos, recursos e todas as possibilidades para não punir os culpados, como defendeu hoje em um artigo o Professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas Ivar Hartmann. Diz ele: "Não há nada de indigno em prender após duas decisões, uma delas, inclusive, coletiva".

Nos casos de crime de colarinho branco, por exemplo, há três chances em cem de o Supremo rever uma decisão. No caso de crimes hediondos, as chances de o STF rever uma decisão são seis chances em cem. Essas estatísticas feitas pelo Departamento de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro mostram, portanto, que os erros nos primeiros dois julgamentos, nas duas primeiras fases, não são muitos e que na prática os réus só ganhavam tempo com a existência de quatro julgamentos. Tomara que essa estatística realmente aconteça, para não violar o Estado democrático de direito.

Aliás, como lembrou Hartmann em artigo publicado hoje no jornal *O Globo*, o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso já havia defendido essa mudança há mais de cinco anos. Ele propôs uma alteração na Constituição para fazer com que a regra fosse o cumprimento de pena após a segunda instância. Na época, a proposta não foi abertamente defendida pelos ministros. Com a renovação do tribunal (quase metade) e o atual momento da Operação Lava Jato pós-mensalão, o Supremo preferiu, sobre este caso...

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma breve interrupção, Senadora, porque é bem a propósito. Realmente, o Ministro Cezar Peluso esteve aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado para apresentar aquilo que foi chamado a PEC do Peluso, que visava a dar efetividade a uma norma constitucional que garante aos jurisdicionados uma decisão rápida, um processo de uma duração razoável. Agora, essa proposta do Ministro Peluso foi transformada em proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Ferraço em 2011. A abrangência era muito ampla, era para todos os tipos de causas. Diante das resistências que encontramos na Comissão de Constituição e Justiça, eu, que era Relator, reduzi o alcance apenas para os casos criminais de modo que, a partir de uma condenação em segunda instância, a pena pudesse já começar a ser cumprida, independentemente dos recursos que continuassem existindo e de *habeas* corpus. Essa proposta, Senadora Ana Amélia, foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. O Senador Ferraço e eu, aliás, temos insistido para que ela venha a Plenário e, até agora, não veio. É importante que venha, porque essa decisão do Supremo Tribunal Federal, que volta atrás numa decisão anterior, é aplicada a um único caso que chegou ao conhecimento do Supremo. Ela não tem ainda o alcance para todos os feitos que correm nas varas criminais do Brasil. Ela não tem, portanto, o efeito erga omnes, sobre todos. Era importante que o Senado votasse essa PEC, uma vez que o caminho agora está aberto por uma decisão do Supremo. Muito obrigado. E desculpe pela interrupção, mas eu creio que vem bem a propósito do pronunciamento de V. Exa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço muito, Senador Aloysio, até porque ia dizer que o Congresso, no equilíbrio dos Poderes numa democracia, é que tem autoridade e legitimidade para mudar as leis. Então, eu ia dizer que nós não fizemos o dever de casa e, portanto, não poderíamos cobrar a judicialização...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... da legislação ou da política. Nós não fizemos o dever de casa e, portanto, talvez nesse aspecto, não podemos reclamar que esteja o Supremo exercendo um papel que cabe ao Congresso Nacional. Esse é um ponto relevante nesse aspecto. E aí nós temos que fazer mea-culpa, mas o mea-culpa tem que ser acompanhado de um entendimento de que não podemos também aceitar que nós percamos esse equilíbrio dos Poderes, porque, senão, nós vamos descambar para um mundo que nós não gostaríamos de viver. Se condenamos hoje a impunidade que é um

fator relevante para a desestabilização das próprias instituições, nós também não podemos descambar para um excesso de força de um desequilíbrio entre os Poderes na instituição democrática.

Tem razão o Senador Aloysio, porque, em 2010, o Supremo adotou uma posição em relação à decretação de prisão, em que se precisava de três ou quatro instâncias, sendo que agora muda para apenas duas sentenças transitadas em julgado.

A questão é também saber: e quando ocorrer uma condenação injusta? E quando acontecer uma condenação injusta? Então, como será a reparação do erro cometido? É o risco que todos corremos no sistema penal brasileiro ou no sistema penal de um modo geral.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em qualquer país do mundo, aliás.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É dessa forma.

Agora, Senador, assim como nós festejamos, tendo sido saudada, ontem a decisão do Supremo, alguns Ministros também questionaram, entre outros o Ministro Marco Aurélio Mello, sobre a presunção da inocência. Também é explicado que não há, como diz a nota do Juiz Sérgio Moro, a violação da presunção da inocência nesses aspectos, porque há o esgotamento em duas instâncias de julgamento, não havendo risco de se ferir a presunção da inocência. Portanto, acolho isso de um magistrado sério e competente.

Agora, vejam: estamos também recebendo a notícia, assim como recebemos aquela, de que o Promotor de Justiça que está conduzindo em São Paulo as investigações envolvendo as apurações da questão do sítio, lá em Atibaia, em São Paulo – se pertence ou não, quem é o dono, se são laranjas os donos, essa operação –, vai ser afastado da condução do inquérito pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Essa é uma notícia que também causa certa perplexidade, porque o Promotor que será afastado declarou que ninguém está acima da lei. Aparentemente, alguém está acima da lei em um processo rumoroso como esse que nós estamos enfrentando.

Quanto à decisão do Supremo, nós precisamos fazer uma reflexão e ter um cuidado muito grande com a resposta adequada, como a que foi tentada e não foi conseguida à época...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... pela proposta do Senador Ferraço e do Senador Aloysio, com o Ministro Peluso aqui trazendo uma contribuição. Nós não fizemos o dever de casa e, agora, podemos dizer, estamos chorando o leite derramado.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, eu quero falar sobre essa decisão de prisão na segunda instância. Fala-se que pode haver erro na segunda. Pode haver na terceira também! O corredor da morte nos Estados Unidos já...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Condenação de inocente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... liberou pessoas na véspera – e até já se descobriu inocente depois de morto. Por isso, a pena de morte, sim, não devemos ter, de maneira alguma. Agora, erro maior vem-se cometendo em deixar pessoas soltas depois da segunda instância. Muito mais erro é isso do que algum erro que possa acontecer depois da segunda, depois da terceira. Então, creio que temos, sim, que parabenizar essa decisão. Já estava em tempo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A impunidade é algo que empurra ao crime. E uma das causas maiores da impunidade é, de fato, a protelação, a postergação, por anos e anos, de condenações que são preteridas e terminam não levando a cumprimento de penas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou repetir uma frase que, para mim, é lapidar na nota do Juiz Sérgio Moro, e esta é a essência e a razão pela qual eu subo à tribuna:

No processo penal, assim como no cível, há partes: o acusado e a vítima de um crime. [Repetindo: o acusado e a vítima de um crime.] Ambos têm direito a uma resposta em um prazo razoável – o inocente, para ser absolvido; o culpado, para ser condenado.

Aí reside a essência desse processo.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se nós, aqui, falhamos como Parlamentares e legisladores, temos de reconhecer que também o Poder Judiciário precisa ter esse

prazo razoável, o tempo razoável no julgamento de um processo. Nós, políticos, que sofremos na carne os processos da Justiça Eleitoral, sabemos o quanto isso custa, e o quanto se comete injustiça na inviabilização de candidaturas, às vezes consideradas inocentes.

Temos de depurar o processo político brasileiro, mas também não podemos, sob a égide da impunidade, condenar inocentes e execrá-los da vida pública de forma injusta. Então, também temos de fazer com que esse prazo razoável de que trata o Juiz Sérgio Moro seja de fato uma execução em prazo razoável, para que a Justiça seja eficaz em nosso País e tenhamos, sempre, motivos para nos orgulharmos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo na execução das suas funções.

Nessa crise que estamos vivendo, de valores, nessa crise ética que estamos vivendo – sobretudo uma crise ética –, o que sobressai exatamente é o valor e a importância das instituições que vêm dando à sociedade brasileira uma resposta a esses anseios de acabar com a impunidade em nosso País e, sobretudo, com a corrupção.

A atitude do Poder Judiciário, seja do Supremo, sob a condução do Ministro Teori Zavascki; do líder que comanda a Operação Lava Jato, o Juiz Sérgio Moro; do Dr. Rodrigo Janot, no comando das operações do Ministério Público; ou do Dr. Leandro Daiello, na Polícia Federal, da mesma forma fazendo o trabalho... As três instituições estão trabalhando, até agora, para honrar a confiança e a crença...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... dos brasileiros numa democracia e num estado de direito verdadeiramente sólidos, como queremos que continue sendo. Muito obrigada.

(Durante o discurso da Srª. Ana Amélia, o Sr. Edison Lobão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Mais uma vez, cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo sempre brilhante pronunciamento.

Só quero acrescentar – já concedendo a palavra ao Senador Lasier Martins, que é o próximo orador inscrito – que existe um princípio jurídico segundo o qual é preferível inocentar mil culpados do que condenar um inocente.

Então, quero congratular-me com o pronunciamento da Senadora Ana Amélia porque achei oportuno, expressivo, e trouxe a essa Casa um momento de reflexão sobre esta questão, que eu acho fundamental para o futuro do Brasil.

Concedo a palavra ao Senador do nosso querido vizinho de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, Senador Lasier Martins.

V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado por sua deferência, Presidente destes trabalhos, Senador Dário Berger.

Srs. Senadores, Sras Senadoras, telespectadores, ouvintes, na corrente semana, Sr. Presidente, mais exatamente anteontem, nós celebramos o Dia do Repórter, justa efeméride pelo significado dessa profissão que vive uma fase de ouro em importância.

Falo de cadeira sobre este assunto por ter exercido a função do jornalismo por décadas, seja no rádio, na televisão, no jornal, às vezes como repórter, outras vezes como analista dos fatos, apresentador, investigador de notícias, etc. Vivi durante 50 anos todas as áreas da atividade jornalística. E, hoje, com satisfação, eu vejo a evolução da comunicação social como um todo, no conjunto de funções, nessa que é uma verdadeira prestação de serviço público, destacada e relevante atuação na reportagem. Por isso, a minha saudação aos repórteres do Brasil.

A reportagem, a fonte primeira, Sr. Presidente, é a alma, o ponto de partida do veículo da comunicação. É uma profissão de enorme crescimento no País e reconhecida na sua importância em todos os regimes democráticos do mundo como uma das maiores conquistas da humanidade, na liberdade de expressão. Confere à cidadania o direito à informação, prerrogativa incita em nossa lei maior, a Constituição brasileira.

Para sermos beneficiários desse apanágio, a liberdade de imprensa, muito devemos ao profissional da reportagem – a quem estou homenageando neste pronunciamento: o repórter.

O trabalho do repórter, Sr. Presidente, talvez nunca tenha sido tão importante como nos dias atuais do Brasil, momento em que a tarefa investigativa tornou-se essencial para a consecução de suas finalidades – a informação ao público – e daí as consequências.

Trata-se de profissão cada vez mais exigida, laboriosa, exaustiva, como vivenciamos atualmente. O

repórter, diariamente, sai em busca da informação, dos fatos, do desafio, para encontrar a verdade, desviando das dissimulações, filtrando aquilo que importa na avalanche de dados, especulações ou boatos, sabendo avaliar as fontes, fazendo checagens e, depois, entregando a notícia ao consumidor, ao destinatário – o cidadão, em seu direito de ser informado.

O Brasil não tem ficado para trás em termos de qualidade do jornalismo, como atualmente quando colocamos e estamos colocados em momentos de grande prova, uma época tempestuosa da vida brasileira, de crises contra a ética, das más gestões públicas, dos abusos e desvios dos bens públicos e do dinheiro público, dos escândalos que derivam das corrupções, das negligências fiscalizatórias que têm dado origem a tantas tragédias no Brasil ultimamente, como a da boate Kiss, em Santa Maria no Rio Grande do Sul; do rompimento da barragem de Mariana; da falta de saneamento básico no País, a ensejar, agora, esta terrível proliferação do zika vírus; da roubalheira que desmantelou a Petrobras; dos impasses no Judiciário a impedir a aceleração nos indispensáveis processos de criminalização dos responsáveis; das barganhas políticas que conspiram contra a transparência e a prosperidade das administrações com o dinheiro público. Tudo isso, Sr. Presidente, vem a público, inevitavelmente, pelas notícias buscadas pelo repórter.

Essa profissão tem sido parte fundamental, portanto, da nossa democracia, por ser o braço e a inteligência que perquire, diligencia e informa, fortalecendo nossas instituições, ainda que estejamos longe da sociedade brasileira desejada e necessária. Mas, inegavelmente, a imprensa em geral, onde atua o repórter, muito tem contribuído para avançarmos a esse amadurecimento e às realizações pessoais e institucionais.

Os casos desvendados por nossos repórteres ao longo da história têm sido os mais diversos, desde os momentos tensos do regime militar, quando buscavam brechas possíveis para fazer valer o direito de informar, passando depois pela cobertura do movimento das diretas, nossa redemocratização, fundamental para a consolidação da nossa democracia.

A investigação de equipes de reportagem tem se mostrado essencial agora, no período do pretendido e antes do ocorrido *impeachment* de 1992, como no atual processo, e seminal nos trabalhos de descoberta e apuração do grande escândalo do mensalão. Hoje vemos a nossa imprensa diante de mais um desafio, maior que outros: investigar os escândalos da corrupção que assola o País, o chamado petrolão, com inúmeras ramificações em diversos setores da sociedade brasileira. Vemos mais uma vez o nosso jornalismo atuar de forma intensa, correta e eficaz, propiciando um alerta público, despertando os interesses em todas as áreas da população, das mais ricas às mais pobres, e a indignação de todos e a perplexidade, ao estarmos informados pelas mãos dos repórteres que fazem esse trabalho de apuração e veiculação.

Apesar da crise vivida por um dos vetores da informação, os jornais impressos, vivemos momento de ouro na comunicação social. Na medida em que repórteres perdem empregos nas mídias tradicionais, e empresas perdem patrocínios e assinaturas, enxergamos também um novo horizonte, onde esses profissionais se reinventam e descobrem novas formas de exercer *online* essa função essencial para a sociedade. Nas novas mídias, cada vez mais enxergamos jornalistas que encontraram nesse novo mundo formas inteligentes e eficazes de realizar o trabalho da informação com seriedade.

Sabemos dos desafios da reportagem. O Brasil também tem sido um desafio para aqueles que buscam exercer o seu trabalho com coragem e abnegação, dentro do seu ofício de informar. Em 2015, o ano passado, por exemplo, três jornalistas brasileiros perderam a vida na missão: Gleydson Carvalho, da Rádio Liberdade FM; Djalma Santos da Conceição, da RCA FM; e Gerardo Ceferino Servían Coronel, da Rádio Cidade Nova.

Já o repórter investigativo brasileiro Klester Cavalcanti foi preso, torturado e encarcerado em 2012, quando fazia a cobertura do conflito sírio. Somente no ano passado, 64 jornalistas foram mortos durante seu trabalho ao redor do mundo. Neste ano, segundo a entidade Repórteres Sem Fronteiras, oito jornalistas faleceram e mais de 154 foram presos no exercício da função. O mundo precisa abrir os olhos para esses desafios. O Brasil não pode se calar diante de casos como esses.

Sr. Presidente, é essencial que se frise aqui a relação de independência entre governo e imprensa, o que levou Thomas Jefferson a dizer, em certa época: "Se pudéssemos decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, eu não vacilaria um instante em preferir o último". Essa salutar distância foi também lembrada pelo brilhante jornalista gaúcho Luiz Cláudio Cunha, que vive em nosso meio, aqui no Senado. Luiz Cláudio Cunha disse, em seu discurso na Universidade de Brasília, quando foi agraciado com o título de Notório Saber em Jornalismo: "O governo não precisa do 'sim' da imprensa. O governo evolui com o 'não' da imprensa. A proximidade da imprensa com o governo abafa, distorce o jornalismo. A distância entre governo e imprensa é necessária para ambos, útil para a sociedade e saudável para a verdade".

(Soa a campainha.)

independência da atividade jornalística. O bom repórter é aquele que exerce a função de forma isenta, independente e ética.

Por fim, é importante também a linguagem jornalística, Sr. Presidente. Vivemos hoje uma época em que muitas palavras são usadas em vão, perdem o sentido e viram apenas som. Precisamos usar no jornalismo palavras que reabilitem o significado daquilo que queremos expressar, principalmente nos ramos da crônica política e na publicidade comercial ou estatal.

Muitas vezes, nesses setores, como na política, por exemplo, há muita gritaria e pouca verdade, mas o repórter deve ter faro, deve ter intuição. Na sua ação, deve imperar a perspicácia, a curiosidade, o desafio para buscar a verdade.

Precisamos nos perguntar, atualmente, por exemplo, até onde vai esse estado de coisas que estamos vivendo, processos envolvendo denúncias, instituições atrapalhadas, desvios financeiros, e a instituição legislativa confusa sem ouvir os clamores das ruas.

É hora, inevitavelmente, também para o repórter, para nos ajudar a entender como isso acontece e por onde vamos sair.

O bom repórter precisa estar atento, ser investigativo, saber relatar os acontecimentos sem sensacionalismo, com imparcialidade e exatidão, discernimento e apuração profícua dos fatos.

Eu estou encerrando, Sr. Presidente.

Por isso a democracia guarda tanta relação com a liberdade de imprensa. Afinal, uma não vive sem a outra e ambas necessitam do trabalho do repórter para respirar a democracia autêntica. Nada pode cercear a liberdade de informar e a liberdade do repórter, a quem saúdo, mais uma vez, com muita satisfação, pelo Dia do Repórter ontem ocorrido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Eu também, com muita satisfação, cumprimento V. Exa por mais um digno pronunciamento e me associo, querendo cumprimentar e enaltecer todos os repórteres do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.
 - O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Presidente, V. Exa me permite?
- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Pois não, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.
- **O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT DF. Sem revisão do orador.) Apenas para dizer que, entre esses repórteres, eu coloco o Senador Lasier, que tem desempenhado, ao longo de sua vida profissional, o papel de jornalista em diversas posições, inclusive a de repórter. Então, esta homenagem é a todos os repórteres e especialmente ao senhor, que nos honra com a sua presença nesta Casa.
 - O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT RS) Muito obrigado, Senador.
 - O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Pela ordem, Sr. Presidente.
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Pela ordem, o Senador Reguffe.
- **O SR. REGUFFE** (Bloco Apoio Governo/PDT DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, ontem, nós vimos neste País uma cena inusitada; o Ministro de Estado da Saúde deixa o Ministério da Saúde, deixa uma crise, uma epidemia desse mosquito, uma epidemia envolvendo o zika vírus, que está deixando uma enorme parcela da população brasileira preocupada, para simplesmente voltar a ser Deputado para votar em uma eleição para a Liderança do PMDB na Câmara. Isso é algo que não pode ser encarado, como está sendo, como algo normal e natural, porque isso não é normal e natural.

Não pode a pessoa sair do Ministério da Saúde, algo importante, deixar lá suas atribuições, para, durante um dia, voltar a ser Deputado, para votar numa eleição para a Liderança do PMDB na Câmara. Eu não posso acreditar que a Liderança do PMDB na Câmara é mais importante do que o problema da saúde pública brasileira.

Eu tenho nesta Casa uma PEC – que eu apresentei no ano passado, no início do meu mandato –, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2015, que proíbe que Parlamentares, eleitos Parlamentares, vão ocupar cargos no Executivo. Se forem, terão que renunciar ao mandato. Não podem estar num dia no Poder Legislativo, no outro dia no Executivo, depois voltar para o Legislativo. Isso está errado. Se a pessoa pediu uma procuração da população para representá-la num cargo, ela tem de ocupar esse cargo. Ela tem o direito de ir para lá, mas tem de renunciar ao mandato. Aliás, não estou propondo nada de original. Nos Estados Unidos, quando o Presidente Barack Obama convidou a então Senadora pelo Estado de Nova lorque, Hillary Clinton, para ser Secretária de Estado, que é equivalente a Ministro das Relações Exteriores aqui no Brasil, ela teve de renunciar ao mandato de Senadora pelo Estado de Nova lorque. Não pode a pessoa estar um dia no poder fiscalizador, no outro dia no fiscalizado e voltar para o fiscalizador. A Constituição brasileira é clara: os Poderes têm de ser independentes.

Então, isso que nós vivemos ontem é surreal. E está sendo encarado pelas pessoas como se fosse algo normal, natural. Saiu do Ministério da Saúde, vai lá, vota, volta para o Ministério da Saúde...

Isso não é normal e natural, não posso aceitar isso e peço a esta Casa que analise a minha proposta de emenda à Constituição com seriedade. É uma proposta que, inclusive, respeita o eleitor, porque, se o eleitor votou numa pessoa para ser Parlamentar, é ali que ela tem de exercer o seu mandato.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Sem revisão do orador.) – Presidente, aproveitando um certo vazio aqui e sabendo que há inscritos, inclusive eu, quero manifestar o meu apoio à proposta do Senador Reguffe. É mais do que essa falta de vergonha, até, das coisas. É mais. É que, ao permitir que uma pessoa seja secretário de Estado, secretário municipal ou ministro, estando ainda com o seu mandato de Parlamentar, o Parlamento fica atrelado ao governo. Há prefeituras em que o número de secretários e vereadores, às vezes, é tão grande, que define o resultado. Por quê? Porque o suplente sabe que, se votar contra o Prefeito, o Prefeito tira o mandato dele. No Brasil, os Prefeitos e os Governadores – não é, Senador Reguffe? – podem cassar mandato. É simples para eles cassarem mandato: é só mandar de volta o titular.

Então, o Poder Executivo cassa os mandatos porque nomeia secretários com mandato. Isso é verdade. Eu acho que a gente deveria tomar providência.

Ele citou Nova York, o Senador Reguffe citou os Estados Unidos; eu cito o Brasil. Quando o Presidente Lula chamou Meirelles para ser Presidente do Banco Central, Meirelles tinha sido eleito Deputado Federal pelo PSDB em Goiás. Ele teve de renunciar para ser Presidente do Banco Central. Ora, por que secretários e ministros podem ser também? Eu estou de acordo. E eu, porque não havia isso, terminei sendo beneficiado quando fui nomeado Ministro sendo Senador; fui e voltei. Eu acho que a Constituição devia ter-me obrigado a escolher: vai e não volta ou, então, não vai.

Em quase todos os lugares é assim, a não ser em parlamentarismo porque, no parlamentarismo, é o contrário: você quase que tem de ser parlamentar para ser ministro, e aí é provisório tudo, e cai a confiança, e você senta nos dois lugares – você é parlamentar e ministro ao mesmo tempo. Então, é diferente. O governo está no parlamento. Esta é a diferença: no parlamentarismo, o governo está no parlamento, não tem essa independência que falou o Senador Reguffe, que é a nossa opção.

Então, pode contar com todo o meu apoio. Eu já coloquei isso teoricamente muitas vezes; escrevi e propus isso, mas o Senador Reguffe tomou a iniciativa, e eu quero apoiar a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu quero apoiá-la também, se eu puder subscrever.

Com a palavra agora na tribuna, como Líder partidário, o Senador Benedito de Lira. E aí quero fazer um esclarecimento: o próximo orador inscrito, como está aqui, é o Senador Cristovam Buarque, após é o Senador Aloysio Nunes, e V. Exª, Senador Roberto Requião, que recentemente recebeu o título de o maior e mais ilustre conciliador do Paraná, está inscrito em 15º lugar, mas V. Exª, na ordem em que nós estamos aqui, seria o próximo, logo em seguida ao Senador Aloysio Nunes, a não ser que V. Exª se inscreva como...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Eu só queria passar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Nesse sentido da proposta do Senador Reguffe, existe uma proposta minha já muito antiga – ela não teve até hoje sequer relator –, que é a proposta da proibição de que um parlamentar possa exercer um cargo de secretário municipal, secretário estadual ou ministro de Estado simultaneamente a seu mandato, podendo ir e voltar.

A nossa Mesa aqui faz pautas maravilhosas de modernização, mas, quando há uma proposta com essa qualidade e essa intenção, sequer é premiada com um relator, desaparece na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a palavra V. Exa, Senador Benedito de Lira. O seu tempo já está à disposição.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, aproveitei seu aparte para tocar em um assunto que traz algumas controvérsias nesta Casa, que é um projeto de lei que deverá ser objeto de discussão na próxima semana, o Projeto de Lei no 131, de 2015, que trata da Petrobras.

Vou tecer algumas considerações a meu juízo.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a nossa empresa símbolo, a Petrobras, foi transformada em uma situação vexatória nesses últimos meses. Realmente, é difícil entender a queda estrondosa de uma empresa que já esteve entre as maiores do mundo.

Em 2011, aparecia como a oitava colocada no ranking das grandes empresas, elaborado pela revista

Forbes. Em 2013, ainda era a 20ª maior companhia do mundo. Em 2014, caiu para a 30ª posição, mas a derrocada mesmo deu-se em 2015, fortemente influenciada pelos motivos que estamos observando em grande parte do noticiário dos principais meios de comunicação.

Em 6 de maio de 2015, o jornal *Folha de S.Paulo*, em matéria intitulada –abre aspas: "Petrobras despenca em *ranking* das maiores empresas do mundo" – fecha aspas, destacou que a estatal brasileira perdeu 386 posições, passando a ocupar a colocação do número 416. Certamente, uma calamidade!

E a revista *Forbes*, responsável por esse *ranking*, classificou a Petrobras como uma das maiores perdedoras de alto perfil, destacando os problemas contábeis e de corrupção que atingiram a companhia no ano anterior.

Mas uma gigante do porte de nossa Petrobras não é fácil de se abater e, certamente, irá se reerguer, acordando desse pesadelo; vai voltar e continuar sendo motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a revista *Forbes* leva em consideração vendas, lucros, ativos e valor de mercado para calcular o tamanho das empresas do *ranking*. Muito prestigiada no mundo da economia tem uma classificação que toma por base as receitas totais. Com base nesse critério, a Petrobras ainda foi avaliada como a 28ª entre as maiores empresas, apesar da perda de US\$7 bilhões em 2014.

O destaque negativo, na avaliação da *Fortune*, foi o fato de a Petrobras ser a empresa mais endividada do mundo, necessitando cortar custos. O plano de recuperação envolve a venda de R\$58 bilhões em ativos até 2018, com o objetivo de financiar o desenvolvimento de projetos de petróleo em águas profundas. É aqui onde existe o principal objetivo do Projeto de Lei nº 131.

Portanto, a Petrobras tem o problema e a solução. Não vai deixar de ser assim tão facilmente a grande empresa que eleva o conceito e angaria respeito pela capacidade técnica de pessoal e pelo desenvolvimento tecnológico invejável a que chegou, principalmente no que diz respeito a pesquisas minerais e a extração de petróleo em águas profundas no oceano.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, temos de ser otimistas em relação ao desempenho e à capacidade de recuperação da Petrobras, apesar de sua imagem ter sido significativamente arranhada pelos episódios de corrupção, que a vêm mantendo na berlinda por tão largo período.

A matéria divulgada no *site* G1, no dia 15 de janeiro de 2016, já nos enche de esperança na possibilidade de ascensão dessa empresa no lugar que tem direito no cenário mundial.

Segundo a empresa, houve alta de 4,6% na produção de 2015, superando, pela primeira vez, nos últimos 13 anos, a meta fixada para o período de acordo com o plano de negócio e gestão da companhia. Foram 2,128 milhões de barris por dia, 0,15% acima dos 2,125 milhões previsto no plano de negócios da Petrobras.

Esses números confirmam o recorde anual histórico de produção de óleo da companhia. Abro aspas, Sr. Presidente: "A média anual da produção operada na camada pré-sal em 2015 também foi a maior da [...] história [da companhia], atingindo uma média de 767 mil barris por dia, superando a produção de 2014 em 56%", conforme comunicado da empresa.

Ora, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, com esses números e pelo tempo da existência do pré-sal, exatamente imaginemos o que vai acontecer no decorrer desses próximos dez anos com essa empresa e com a produção de petróleo em nosso País.

Então, creio que esses números falam muito alto, demonstrando que a Petrobras não vai naufragar, mesmo levando-se em conta o período tempestuoso que atravessa.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, os números apresentados reforçam a ideia de que a Petrobras tem de ser preservada no interesse da Nação e de nossa independência tecnológica. Em poucas áreas, fomos capazes de demonstrar ao mundo que o Brasil esbanja conhecimento, como no caso da produção e exploração de petróleo.

Também para resguardar o interesse nacional, não podemos deixar prosperar o PLS 131, de 2015, que tramita nesta Casa, que propõe a revogação da participação obrigatória da Petrobras no modelo de exploração de partilha de produção na camada pré-sal. De acordo com essa proposição, também deixaria de existir a obrigatoriedade de a estatal participar com ao menos 30% da exploração e produção de petróleo nessa camada geológica.

Isso equivaleria a entregar de mão beijada, como se diz na linguagem popular, uma riqueza inestimável dos brasileiros às empresas internacionais, que certamente se engalfinhariam para disputar uma presa tão substanciosa.

A Petrobras teve, sim, uma queda absurda em sua avaliação patrimonial, mas basta corrigir os descalabros que a fizeram perder tanto de seu valor, para que ela recobre a confiança e o brilho de sua imagem. Dessa forma, seu valor de mercado se recuperará com bastante facilidade, e ela voltará a deter novamente uma grande capacidade de investimentos.

A quem pode interessar entregar essa enorme riqueza mineral no oceano profundo, mas que pertence

a nós, brasileiros?

O PLS 131, de 2015, pretende alterar a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que "dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas", fecho aspas.

Se isso vier a acontecer, nossa grande empresa de petróleo deixará de ter participação obrigatória em todos os projetos de exploração e produção...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... o que resultará em perda significativa de futuras riquezas, que poderiam aumentar o patrimônio nacional.

Não basta vigiar e orar. Temos de atuar na defesa daqueles que nos outorgaram o mandato e fazer que sejam realmente destinados para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos, conforme o que determina o art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, nos seguintes incisos:

III - 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos pelo Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; e

IV - as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção de que trata o art. 36 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Aliás, não apenas o Fundo Social, que representa apenas uma parcela da arrecadação do Poder Público, mas também as demais receitas decorrentes de *royalties* e de participações especiais dos contratos firmados a partir de 3 de dezembro de 2012, das três esferas de governo, estarão direcionados para a educação e para a saúde pública.

É o que determina o §3º do art. 2º dessa mesma Lei:

§3º União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na minha modesta opinião, devemos rejeitar o PLS 131, de 2015, por ser danoso aos interesses nacionais. Devemos ter sempre em mira a capacidade da Petrobras de proporcionar valiosos *royalties*, que se revertem em benefícios inestimáveis em favor da educação de nosso povo, bem como da melhoria das condições de saúde, sempre tão necessitada de recursos.

É preciso fazer valer o texto da Lei nº 12.858, de 2013.

Sr. Presidente, pediria mais paciência de V. Exa, porque estou encerrando já.

Além dos *royalties*, devemos ressaltar o seu art. 4°, que prevê, abro aspas, "Os recursos destinados para as áreas de educação e saúde na forma do art. 2° serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal."

Vejo, claramente, a possibilidade de injetar novos recursos na saúde e na educação, áreas que apresentam situações dramáticas, notadamente a saúde pública à beira da falência. Vejo a oportunidade de essas duas áreas de atuação do setor público saírem do estado deplorável em que se encontram, tornando mais visíveis os esforços do Estado no sentido de melhorar as condições de vida da parcela mais necessitada da população.

Daí eu ter, Sr. Presidente, aproveitado essa oportunidade para tentar demonstrar aos nobres colegas, nesta Casa, que não é conveniente aos interesses nacionais e aos interesses da população brasileira a aprovação do PL 151, de 2015.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que, quando cheguei na Câmara dos Deputados, exatamente em 1994, havia uma luta terrível para que nós pudéssemos preservar o monopólio do petróleo. Pois bem, numa noite memorável, varando a madrugada, no Governo do Dr. Fernando Henrique Cardoso, nós, na Câmara dos Deputados – o meu querido amigo, na época, Deputado Aloysio, deve estar muito bem lembrado disso –, varamos a madrugada e aprovamos a matéria para dizer: "O petróleo é nosso".

Lembro-me também ainda muito jovem, Senador Aloysio, lá no meu Estado querido de Alagoas, de que a Petrobras, à época, era comandada por gringos americanos, que foram para lá, Senador Raimundo Lira, para perfurar poços, perfuraram uma média de 20 poços. Quando estava vindo o petróleo, eles diziam que não havia petróleo, aí botavam cimento com concreto e tapavam os poços. Quando a Petrobras colocou esses caras para fora daqui, voltaram a cavar os poços. O poço estava nessa posição, a dez metros, paralelo,

perfuravam de novo, e estava lá o petróleo. Daí a preocupação que nós temos.

Ao longo do tempo, a Petrobras se aperfeiçoou, a tecnologia melhorou, a capacidade de investimento também. Está passando por dificuldades? Está, mas nós haveremos de resgatar a dignidade daqueles que trabalham naquela casa, naquela grande empresa.

Por essa razão, Sr. Presidente, temos que lutar para preservar esse patrimônio extraordinário, que é dos brasileiros.

Então, depois de todo esse investimento, de tudo isso, Senador Raimundo – V. Exª tem noção de empresário; é político, mas tem noção de empresa –, depois de todos os investimentos que V. Exª faz na sua empresa, ela alcança um patamar extraordinário. Está lá embaixo, no pré-sal, exatamente a autossuficiência do petróleo neste mundo. Infelizmente, está passando por dificuldade de preço, mas será, sem dúvida nenhuma, resgatada a dignidade dessa empresa.

Então, depois dos investimentos que a Petrobras faz, agora, eu, que nunca tive nada, não tenho nada a ver, chego aqui e digo: "agora eu quero esse pedaço". Não; a Petrobras vai ter, na minha opinião, o exercício pleno para executar as tarefas para as quais ela foi criada.

Daí eu ter aproveitado esta oportunidade...

- **O Sr. Raimundo Lira** (Bloco Maioria/PMDB PB) Quando for oportuno, Senador Benedito de Lira, eu gostaria de um aparte.
- **O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP AL) Eu darei o aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

Era exatamente isso, Sr. Presidente, que eu desejava trazer aqui para os companheiros.

Infelizmente, o plenário, hoje, está em um dia em que mais as redes sociais, a TV Senado e a Rádio Senado levarão ao conhecimento da população brasileira a preocupação que estamos trazendo.

Com muita alegria, concedo o aparte ao eminente Senador Raimundo Lira.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Benedito de Lira, quando V. Exa defende a Petrobras, V. Exa está falando...

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... em nome da grande maioria do povo do nosso País. A Petrobras é uma empresa querida e estimada. Sobretudo, ela é um dos símbolos da nacionalidade brasileira. Está passando por dificuldades, sim, mas temos que considerar que a Petrobras é uma pessoa jurídica de direito público, é uma empresa de economia mista, é uma empresa que só vai bem ou só vai mal dependendo das pessoas, porque, sendo ela detentora do monopólio do petróleo do País...

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB-PB) – ... tem todas as condições, com um bom gerenciamento – acreditamos que está sendo iniciado dessa forma, com bom gerenciamento –, nos próximos anos, de encontrar o seu caminho de grandeza, de estabilidade e o retorno da respeitabilidade, não só no Brasil, mas no mundo. Temos a certeza: Petrobras e Brasil são duas coisas que não podem se distanciar, são duas coisas que fazem parte da mesma nacionalidade. Então, quero parabenizar V. Exa por essa defesa da Petrobras. Não estamos aqui, Sras e Srs. Senadores, Sr. Presidente, no mérito do mal que algumas pessoas fizeram à Petrobras, seja em decorrência do impatriotismo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... seja em decorrência da irresponsabilidade, seja em decorrência da ganância das pessoas, mas o fato é que a Petrobras é uma empresa grande, vai continuar sendo grande e vai voltar ao seu nível de respeitabilidade, sobretudo porque ela é detentora das tecnologias mais avançadas em prospecção de petróleo em águas de grande profundidade. Ela possui tecnologias invejadas pelo mundo todo, mercê do trabalho, da dedicação, do patriotismo, do esforço e da competência dos verdadeiros brasileiros, que amam a Petrobras e que dedicam a sua vida à Petrobras. Portanto, Senador Benedito de Lira, foi muito oportuno o seu discurso.

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele será, naturalmente e automaticamente registrado nos *Anais do Senado Federal*, e constituirá mais uma manifestação de apoio e de defesa da Petrobras. Muito obrigado, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Agradeço a V. Ex^a. Seu aparte será incorporado ao meu pronunciamento.

V. Exa tocou numa tecla – permita-me, Presidente, só para encerrar – que me chamou a atenção. Será que as pessoas ou as empresas de outros países, ao virem para o Brasil, na hipótese de aprovarmos esse projeto, e terem uma participação efetiva na exploração de petróleo em áreas profundas, não vêm para cá para pescar da tecnologia? A tecnologia que a Petrobras, como V. Exa bem disse, aprendeu? Ela tem a maior tecnologia de prospecção de petróleo em águas profundas do mundo.

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Então, é preciso ter muito cuidado com isso. Muitas vezes, o cara vem e faz como os outros fizeram no passado, nobre Presidente. "Aqui não tem petróleo, fecha o poço". Porque ele queria outra coisa.

Então, eu queria agradecer a V. Exa pela tolerância e dizer que eu estou muito à vontade para tratar deste assunto com essa empresa, que é a maior empresa estatal do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Quero congratular-me, também, com o Senador Benedito de Lira, que aborda um tema importantíssimo, a nossa maior empresa nacional.

Com a palavra V. Exa, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, agradecer a gentileza proverbial do Senador Cristovam Buarque, que consentiu permutar a sua vez comigo para que eu possa, logo depois do meu discurso, dedicar-me a um trabalho sobre uma matéria que está sob exame da Comissão de Ciência Tecnologia, que ele preside. É um projeto de lei da Senadora Ana Amélia, que visa regulamentar, de maneira racional, as pesquisas clínicas no Brasil. Estão, hoje, amarradas por um cipó de normas infralegais que fazem com que o nosso País perca oportunidades importantes de avançar em pesquisas clínicas.

Mas venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Senador Dario Berger, tratar de um tema que foi de alguma forma mencionado por V. Exa em seu discurso, nos apartes do Senador Cristovam Buarque e pela Senadora Ana Amélia, que é o tema do saneamento básico. Vou abordar o tema do saneamento, uma vez que V. Exa e os meus colegas se referiram como um dos grandes dramas do Brasil: a saúde, a saúde pública. E saneamento é requisito da saúde.

Me lembro de que falei pela primeira vez aqui, desta tribuna, sobre esse tema, comentando um discurso da Senhora Presidente, em que ela, na televisão, anunciou às mães brasileiras um programa que se destinava a combater a miséria na faixa etária de 0 a 6 anos. Um nome meigo, Brasil Carinhoso, era o programa, que se baseava em três grandes eixos: o acesso às creches, a ampliação da cobertura à saúde dessas crianças e o reforço da renda familiar.

Naquele momento, Sr. Presidente, eu me referia ao fato de que faltaria mais um eixo, exatamente o eixo do saneamento básico adequado, que é uma das principais causas de doenças em crianças na primeira infância, especialmente entre as famílias mais pobres, que vivem em situação de maior precariedade, em contato com lixo, com esgoto correndo a céu aberto e outras mazelas que não estamos sendo capazes de superar.

É claro que a situação da saúde pública no Brasil é muito grave e foi também objeto de comentários. Está faltando penicilina no Brasil, foi uma matéria hoje nos jornais: aumentou o número de casos notificados de sífilis crônica e falta penicilina para tratar. Ainda há pouco tempo, há dois ou três dias, os jornais televisivos noticiaram a falta de vacinas em uma série de Estados brasileiros. O Ministério da Saúde disse: estamos providenciando. Quando uma autoridade do Governo utiliza um verbo no tempo gerúndio, o senhor pode estar certo de que é enrolação: estamos providenciando, estamos fazendo. E uma das desculpas mais fantásticas foi a de que as vacinas estão ainda sob exame da alfândega, como se fosse a alfândega do Cazaquistão e não a alfândega do Brasil.

Agora, faltam médicos, falta qualificação profissional, faltam agentes comunitários de saúde, faltam programas como os Programas de Saúde da Família, falta muita coisa. Mas falta saneamento básico, que integra o conjunto das carências, cuja presença é um fator muito grave para a saúde das pessoas aqui no Brasil.

Muita coisa se prometeu, Sr. Presidente, e pouca coisa se cumpriu. E o Brasil vive, hoje, o drama do Zika. Talvez este drama chame novamente a atenção do Governo, do Congresso, sobre a necessidade de avançarmos, de efetivarmos um programa de saneamento básico que seja digno desse nome e esteja à altura das exigências do povo brasileiro. O drama do Zika já será objeto de uma audiência pública, aqui neste Plenário e é tema de noticiário internacional. O Brasil foi recordista de casos de dengue, com 1.600 milhão de

casos com mais de 800 mortes. Os casos de microcefalia associados ao Zika não param de crescer.

Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que, quanto maiores os investimentos em saneamento, menores são os gastos para o combate no tratamento a doenças evitáveis. Na definição que a Organização Mundial de saúde dá de saneamento básico, encontramos ali "o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social", sobretudo apontando sobre a necessidade, cito, do "controle de vetores de doenças transmissíveis (insetos, roedores, moluscos, etc.)". Creio que não há necessidade de insistirmos sobre a importância do saneamento para a saúde e para o controle de endemias e de epidemias.

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária divulgou dados que demonstram que a implantação de 1% da cobertura sanitária na população de zero a cinco salários mínimos reduziria em 6,1% o número de mortes na infância. E eu tive a oportunidade de mencionar, aqui da tribuna, um trabalho do Prof. José Eli da Veiga, publicado na *Folha de S. Paulo* alguns anos atrás. Dizia o Prof. José Eli que há uma relação muito íntima entre as infecções parasitárias que derivam da ausência de saneamento básico e problemas de desenvolvimento mental de crianças. Diz, ainda, o Prof. José Eli que as "infecções parasitárias desviam energias para ativar o sistema imunológico. Repetidas diarreias até os cinco anos de idade roubam do cérebro as calorias necessárias ao seu desenvolvimento, comprometendo a inteligência para sempre", conclui o professor. Isso é um crime contra as gerações futuras.

Ouço o aparte do Senador Cristovam Buarque. Se quiser que eu prossiga um pouco mais...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Como quiser, não tenho pressa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vou prosseguir um pouco mais, acho que poderíamos, depois, discutir um pouco mais amplamente.

Também, segundo a Organização Mundial de Saúde, outro dado importante, 25% de todos os leitos hospitalares do mundo são ocupados por enfermos portadores de doenças veiculadas pela água, facilmente controladas pelas ações de saneamento.

No Brasil, esse percentual pode chegar a 65% dos leitos hospitalares.

V. Exa ainda há pouco dizia que saúde não depende apenas de engenharia; mas depende também – e muito – de engenharia, em obras de infraestrutura e saneamento básico, desde que compreendidas sob essa ótica. E o povo brasileiro compreende o saneamento básico hoje sob essa ótica. Cada vez menos é verdade a afirmação cediça de que obras de saneamento são obras enterradas e que não dão voto, o povo não valoriza. Valoriza, sim. Eu me lembro, quando trabalhei na Prefeitura de São Paulo, ao lado do Prefeito Serra, da reivindicação, dos bairros mais distantes, da canalização de córregos, que pressupunha a construção de rede de esgoto. Eram reivindicações muito, muito fortes, sentidas pela população da periferia paulistana.

Faz sentido a preocupação manifestada pela Presidente Dilma Rousseff, recentemente, numa solenidade. Se não me engano foi numa solenidade em que ela se referiu à necessidade de combatermos "a mosquita", que é o feminino do mosquito, na prosódia particular da Presidente. Mas ela se referia, nessa solenidade, às décadas de abandono do saneamento, como se não tivesse o Partido dela presidido o Brasil há 13 anos, Senador Agripino. E ela fala com conhecimento de causa. Ela se credenciou, aos olhos dos cidadãos, como candidata a Presidente por ser a mãe do PAC. As obras de saneamento faziam parte das diferentes e sucessivas edições do PAC e a realização efetiva dessas obras ficou sempre muito, muito abaixo do anunciado, do garganteado, do propagandeado.

É importante que nós nos detenhamos no momento sobre números. Dizia Maquiavel, numa passagem celebérrima, que quando se estuda algum fenômeno social, é preciso nos atermos à verdade efetiva das coisas, e não às fantasias. "La verità effettuale delle cose," dizia Maquiavel. Uma lição para todos nós. Vamos ver a "verità effettuale delle cose" dessa matéria: passados oito anos do governo Lula, vamos ver os resultados dos investimentos e os níveis de investimento; pois bem, os níveis de investimento na área de saneamento caíram para os níveis registrados na década de 1990.

Depois de terem passado de 0,13%, na década de 90, para 0,25%, durante o governo Fernando Henrique, as taxas de investimento voltaram a cair abaixo de 0,13% durante o governo Lula.

Durante a campanha presidencial de 2010, diante das críticas de que não havia investimentos suficientes em saneamento, a então candidata, hoje Presidente, essa que fala em décadas de abandono, disse o seguinte: "Não são corretas as críticas de que falta saneamento básico. O povo não é tolo, não pode ser subestimado com essas críticas, que são uma estratégia eleitoral dos elitistas." A realidade é que não eram críticas eleitoreiras nem críticas de elitistas, mas, sim, a verdade efetiva das coisas.

Das 8.509 ações planejadas para o período 2007/2010, somente 1.058, ou seja, 12% delas, foram concluídas.

E no Governo Dilma não foi diferente. A mãe do PAC deu mais importância a proezas como Abreu e

Lima, como as refinarias Premium I e Premium II – bilhões de reais foram gastos nessas obras superfaturadas –, enquanto minguavam as verbas para o saneamento básico.

Se os nossos telespectadores e ouvintes quiserem conferir, basta digitarem no Youtube: "Dilma e saneamento". Está lá a promessa, para conferir, para comparar com os dados de hoje. Uma hora, ela prometia 2,8 bilhões. Em 2013, prometeu mais 508 bilhões. E o resultado de 2015 é que apenas 26% das obras do PAC Saneamento foram concluídas, meu caro Senador José Agripino.

O fato é que a Presidente lança hoje uma campanha para erradicar o mosquito da dengue. Desejo que essa campanha dê bons resultados, que a população se conscientize da necessidade de eliminar os focos de criação dos mosquitos. Mas o fato é que, se não tivermos serviço de esgoto sanitário e serviço de saneamento básico capazes de atender as populações do nosso País, não vamos enfrentar com êxito e resolver essa epidemia e outras que poderão vir, meu caro Senador Berger, pois apenas 48%, dos Municípios brasileiros possuem rede de esgoto.

Felizmente, no meu Estado, esse índice passa de 90%. Nós temos uma companhia de saneamento básico muito eficiente, temos parcerias com prefeituras municipais, programas exitosos e atingimos mais de 90% em cobertura de esgoto sanitário. Mas, infelizmente, essa está longe de ser a realidade brasileira. Na Região Norte, por exemplo, apenas 14% do esgoto é tratado; no Nordeste, 28,8%, Senador Lira; no Centro-Oeste, 45%.

Mais de 50% das escolas, meu querido Senador Cristovam Buarque, não têm acesso à coleta de esgoto; seis milhões de brasileiros não têm acesso a banheiro. E no meio rural a situação é ainda muito mais grave.

Então, Sr. Presidente, venho novamente tratar desse assunto, ao qual eu poderia acrescentar também a vergonha dos lixões, cuja erradicação é adiada, adiada, adiada, permanentemente, sem que se resolva o problema dos lixões, onde trabalham, de uma maneira degradante, mais de 800 mil pessoas. São 800 mil catadores de lixo no País, dos quais 75% são mulheres.

Sr. Presidente, infelizmente, a perspectiva que nos vem do Governo Federal não nos anima, pois, depois de toda a marquetagem no dia 13, o Governo inteiro saindo atrás de mosquito, o Tombini, Presidente do Banco Central, correndo atrás de mosquito, enfim, o Secretário Nacional de Saneamento declarou que o Governo não vai cumprir a meta do Plano Nacional de Saneamento básico, que prevê o uso de R\$508 bilhões em vinte anos, anunciado lá atrás pela Presidente Dilma.

O plano de se completar toda essa estrutura, que era em 2025, segundo o Secretário Nacional de Saneamento Básico, não será atingido em 2033. Não sei por que ele fixou essa data para dizer que não será atingido. Quer dizer que não será atingido nunca se continuar esse ritmo de execução dos programas.

E não adianta jogar a culpa nos Municípios. Diz a Presidente: "A culpa é dos Municípios, que não apresentam os projetos." Meu Deus, será tão difícil montarmos aí um mutirão de projetos com tantos engenheiros competentes em nosso País para ajudar as prefeituras a fazerem projetos corretos?

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E não se trata de projetos de uma complexidade extraordinária. É rede de esgoto. São estações de tratamento de esgoto e tratamento de água. "A culpa é dos Municípios, os Municípios não priorizam a necessidade de projetos." Então, vamos encontrar estímulos e punições para o Município que não levar em conta essa sua obrigação.

Pois bem, Sr. Presidente, no Congresso Nacional, existem providências que precisam ser tomadas. Algumas já foram. A Presidente Dilma e o seu Governo se propõem a um diálogo com o Congresso. Dialoguemos. Mas nessa matéria já estão na Câmara dos Deputados duas proposições que já foram aprovadas pelo Senado. Elas estão hoje numa Subcomissão de Saneamento Básico, que é presidida por um extraordinário Deputado do PSDB de São Paulo, que é o João Paulo Papa, que foi Prefeito de Santos, foi Diretor da Sabesp, em São Paulo. São vinte recomendações, algumas providências administrativas e outras legislativas, entre as quais cito um projeto de lei do Senador José Serra, que cria o Regime Especial de Incentivo Para o Desenvolvimento e o Saneamento, e um projeto de lei complementar do Deputado José Nunes, que elimina restrições para que os entes da Federação realizem operações de crédito para investir em obras de saneamento. Essas duas proposições já foram aprovadas pelo Senado e estão lá na Câmara dos Deputados. Quer dialogar? Vamos então tomar uma providência prática em favor do Brasil, em favor da Saúde.

Aqui, no Senado, o Senador Aécio Neves apresentou, tão logo chegou aqui, um projeto de lei que tem por objetivo dar, digamos, consequência a uma promessa da própria Presidente Dilma Rousseff, uma providência que estava prevista no Plano Nacional de Saneamento aprovado pelo Congresso, em um artigo que depois foi vetado pela Presidente. E a providência é a seguinte: suprimir, reduzir a zero as alíquotas de contribuição do Cofins, do PIS e do Pasep às receitas incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto. Quer dizer, é você transformar essa

obrigação tributária dessas empresas de saneamento, a maioria delas públicas, em investimento. Essa simples providência iria permitir uma grande expansão do serviço de saneamento básico em nosso País.

Está aqui no Senado. O Senador Aécio apresentou, como sempre o Governo pede o apensamento a uma outra matéria que está tramitando, mais uma terceira matéria, faz um bolo de matérias tramitando conjuntamente, e não tramitam nunca. Eu comentava ainda há pouco com o Senador Requião que esse é o destino de todas as matérias que, de alguma, incomodam a maioria: serem apensadas a projetos já tramitando, de modo que elas nunca se livrem das comissões designadas para dar parecer sobre elas.

Se querem dialogar, vamos, sobre questões práticas, úteis e que não são matérias de grande indagação, mas cuja concepção teria um enorme efeito prático sobre a condição de vida dos brasileiros. Além do quê, são investimentos de saneamento que geram emprego em setores de atividade nos quais nós, brasileiros, somos muito competentes, que são os setores de Engenharia Civil e de construção civil.

O Senador Cristovam Buarque pediu um aparte. Não sei se ainda é oportuno.

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Lamentavelmente é oportuno. Eu gostaria que esse assunto do zika, Aedes aegypti, dengue, já estivesse superado. Mas vai continuar.
- **O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB SP) Infelizmente, Senador Cristovam, se não resolvermos problemas como esses, haverá outra epidemia. E mais outra, e mais outra.

O nosso amigo comum, Dioclécio Campos Melo, escreveu coisas muito interessantes sobre exatamente esse tema do problema da saúde na primeira infância e das enfermidades decorrentes da falta de saneamento nessa fase.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas eu quero apenas colocar que tudo isso vem de equívocos na maneira como o Governo leva adiante a sua política de saúde.

(Soa a campainha.)

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Há pelo menos duas coisas. Primeira: o aparelhamento político da máquina que cuida da saúde. O Governo escolhe seus ministros para saber se vão ajudar ou não no impedimento do *impeachment*. É assim que é a escolha de ministro: escolhe pelo partido. Antes era por ser do PT. Agora, é por ser de um partido que lhe dê apoio na luta contra o *impeachment*. Não é pela competência, pela qualidade. Eu tanto falei aqui de diálogo, e hoje eu confesso que já não acredito que seja possível, pela falta de crédito de um dos lados. Mas, sabe, Senador Aécio, se houvesse diálogo, o Ministro da Saúde neste País deveria ser um que foi um bom ministro: José Serra. E foi um ministro as pessoas não gostam mais desta palavra –, sim, de esquerda, no sentido de olhar o interesse do povo.
 - O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB SP) Popular.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Afinal de contas, quebrar patentes de remédios é uma luta de quem tem garra para fazer transformação.
- **O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB SP) Combate ao tabagismo, ao comércio de sangue.
- O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Combate ao tabagismo, por exemplo, conseguir reduzir centenas de milhares de mortes, comprando briga com as empresas de cigarro; os genéricos; levar, para o Brasil, os agentes de saúde que cuidam do povo lá embaixo, que foi uma criação do Tasso Jereissati. Essa é a proposta que deveria ter, mas, nesse caso, precisa duas coisas: uma, precisa ter a visão geral do processo da saúde e não a visão hospitalar. Segundo, querer colocar o interesse do público na frente do interesse político e o interesse do doente na frente do interesse das corporações dos funcionários dos órgãos estatais, e os nossos últimos governos não sabiam fazer isso. A saúde foi vista como uma coisa dos funcionários da saúde, não como uma coisa da população para não ficar doente e, depois, para os doentes, que não conseguimos evitar que ficassem doentes, não conseguiram ter essa perspectiva. Duvido que o Lula tivesse enfrentado as empresas de cigarro, e não porque ele fumava, mas porque duvido que conseguisse enfrentar. Sabe por quê? Porque iam dizer que gera desemprego na fábrica de cigarro. Portanto, deixa morrer gente de câncer no pulmão, mas não vamos tirar o emprego daqueles que votam na gente. Quando deveríamos procurar emprego em outros setores de saúde, quebrar patente. Foi preciso muita luta, mas o Governo, incapaz de pensar o interesse público e entender que, nessa luta, a partidarização vai contra o interesse público. Creio que, por trás disso, é uma concepção de política, é uma concepção de gestão pública, é uma concepção do poder pelo poder que faz com que agora estejamos discutindo a zika.
- **O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB SP) E não se esqueça, Senador Cristovam Buarque, da incompetência, que é um fator importantíssimo para criar governos errados e encrencados.

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Mas a incompetência vem por isto: ao invés de procurar os competentes, procuramos os próximos.
 - O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB SP) Exatamente.
 - **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Mesmo que sejam incompetentes.
 - O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB SP) É uma decorrência.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) É uma decorrência. Então, foi a irresponsabilidade, o corporativismo, o partidarismo, o aparelhamento que produziram a zika, que fizeram com que este País estivesse discutindo, hoje como dizia hoje de manhã na sua Comissão –, quais os melhores proponentes para enviar foguete ao espaço, ao invés de estarmos discutindo qual o melhor repelente para não deixar os mosquitos morderem a gente.
 - O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB SP) Aliás, está faltando nas farmácias.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) E ainda está faltando! Creio que esse debate deveria ser feito mais vezes. Fiz, recentemente, um artigo dizendo que o nosso problema está na saúde da gestão pública e não da gestão da saúde pública apenas. Nossa saúde pública está muito doente, e, assim, vêm todas as outras doenças: do desemprego, da inflação, da violência e do zika.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Eu só tenho a concordar com V. Ex^a.

Vejo que o Senador Agripino também pede o aparte, e o Presidente concordar, uma vez que já ultrapassei o meu tempo.

- **O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM RN) Eu vou procurar ser rápido, Senador Aloysio, porque eu não poderia deixar de dirigir uma palavra à oportunidade do seu discurso. Nos preocupamos muito com temas políticos, com temas até partidários, mas V. Exª traz uma questão nacional que virou comoção. Eu tiro pela minha casa: minha mulher anda agora com uma pulseirinha de plástico que comprou não sei onde e que espanta mosquito; a minha nora não vai a Natal porque teme que, em Natal, onde há foco de zika, ela contraia o vírus transmitido pelo mosquito do zika e tenha problemas de microcefalia Deus me livre! com o filhinho dela que vai ser meu neto. Ontem, na eleição do Líder do PMDB, o Ministro da Saúde, que é Deputado Federal, foi recebido na Câmara por manifestantes fantasiados de mosquito. Quer dizer, é uma comoção nacional; virou uma peça de apreciação, de acompanhamento nacional como eu nunca vi.
 - O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB SP) E internacional!
- **O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM RN) Internacional pelo fato de o Brasil ser o centro zika no mundo. O meu filho mais velho mora nos Estados Unidos, e eu me comunico com ele, todos os fins de semana, pelo Whatsapp, pelo FaceTime. Há dez dias, ele colocou no Face Time Face Time é aquele sistema que você pode se comunicar vendo som e imagem –, na tela do telefone, as capas dos três mais importantes jornais de Nova lorque, onde ele mora: o *Financial Times*, o *New York Times* e um terceiro Jornal de que não me lembro mais. As manchetes principais de todos, Senador Cristovam, tratavam do vírus do zika no Brasil, falando especificamente da incapacidade do Governo brasileiro de combater uma endemia, um problema que afetava o mundo e que estava surgindo a partir de maus cuidados no Brasil. Então, isso é, na verdade, manifestação de despreparo anterior e despreparo no presente. É anterior porque o PAC veja a sutileza, a esperteza do Governo do PT. Lula, que é uma pessoa esperta, ninguém pode negar isso, queria fazer Dilma Presidente e, aí, apelidou-a de mãe do PAC. Por quê? Porque havia dinheiro,...

(Soa a campainha.)

- O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB SP) Aliás, espertíssimo.
- **O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM RN) ... ela organizou um plano de trabalho com o dinheiro disponível deixado pelo milagre do Plano Real, organizou o Programa de Aceleração do Crescimento, anunciou ao Brasil, começou a fazer algumas coisas...

(Soa a campainha.)

- **O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM RN) É verdade que hoje só 25% do que foi programado está realizado. Foi um grande blefe. Maior do que o blefe da energia elétrica foi o blefe da venda da proposta do PAC. E o fato é que isso a fez Presidente da República. E nós estamos aí com o saneamento básico, que era peça de resistência do PAC, realizado em níveis ridículos.
 - O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB SP) Ridículos.

O Sr. José Agripino (Bloco Oposição/DEM - RN) – Ridículos! "Ah, vamos sanear 100% das cidades A, B, C." Vai lá ver: o que há é vala aberta prejudicando o trânsito e obra interrompida. Vala aberta, trânsito interrompido e congestionamento de trânsito por promessa feita e não cumprida. Essa é que é a verdade. Por incompetência pretérita e por incompetência instantânea, do momento, porque nem tiveram competência para fazer aquilo que se propunham, que imaginavam ou que ofereciam à população como um sonho a se realizar...

(Soa a campainha.)

- **O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM RN) ... nem sabem, no momento, atacar de frente, com competência, com quadros qualificados, o problema que aflige o Brasil inteiro, que leva minha nora a usar a pulseirinha e não ir à cidade onde moram o pai e a mãe dela. E por aí vai.
- **O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB SP) E os meus netos a cancelarem as férias em Natal, o que é uma coisa terrível.
- **O Sr. José Agripino** (Bloco Oposição/DEM-RN) É isso, prejudicando o turismo, prejudicando o vai e vem das pessoas. De modo que, por isso tudo, Senador Aloysio, eu quero cumprimentar V. Exa pela oportunidade do pronunciamento. Nós ficamos aqui preocupados com a economia, com a perda do grau de investimento, com a volta da inflação, com o preço do combustível, com o preço da energia elétrica, e um assunto que comove o Brasil e bota para fora do Brasil uma imagem negativa do nosso País fica sem o devido comentário. Então, nesta tarde de quinta-feira, V. Exa, com dados, com consistência, com equilíbrio, provoca o assunto, e eu me vejo obrigado a fazer essas manifestações, que faço com sentida sinceridade, cumprimentando-o pela oportunidade do seu pronunciamento.
- **O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Oposição/PSDB SP) Muito obrigado, Senador. Gratíssimo pelo seu aparte.
 - Sr. Presidente, obrigado mais uma vez pela tolerância e benevolência de V. Exa.
- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Um tema dessa relevância, com esse orador, nós não poderíamos de forma nenhuma deixar de ouvir.
 - O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Pela ordem, Sr. Presidente.
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Pela ordem, Senador Cristovam.
- **O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Só para pedir que a Mesa coloque em votação a solicitação que eu fiz de uma sessão solene para homenagear o centenário do nosso ex-Senador de Brasília Pompeu de Souza, que estaria comemorando, se estivesse conosco, cem anos de idade no começo de março. Já fiz o pedido deixando aberta a possibilidade da data, tendo em vista a Semana Santa, que é mais ou menos naquela época. Eu gostaria que fosse votado.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ao mesmo tempo, eu gostaria de comunicar aqui – muitos já devem saber – o falecimento, antes de ontem, do Boutros Boutros-Ghali, que foi uma figura até lendária no século XX, no Brasil, como Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Tive o privilégio de conviver com ele e de ser membro de um conselho de uma entidade que ele criou, chamada Centro Sul, que discutia os problemas do Terceiro Mundo. Convivi com ele na França e no Egito – os dois lugares onde ele morava. Foi um político e diplomata egípcio, sexto Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, de 1992 a 1996, acadêmico e Vice-Ministro do Exterior do Egito, supervisionou a ONU num momento em que ela lidou com várias crises mundiais, inclusive a desintegração da lugoslávia e o genocídio em Ruanda.

Ele nasceu em 14 de novembro de 1922 e faleceu com 93 anos. Na última vez em que estive com ele, que realmente já estava muito decaído fisicamente, mas com uma lucidez brilhante, tive oportunidade não apenas de conversar na sua casa, mas de assistir uma palestra dele.

Seu avô foi assassinado em 1910, quando era primeiro-ministro. Formou-se em Paris, tornou-se professor de direito na Universidade do Cairo e publicou vários livros. Era egípcio não muçulmano, era cristão copta, e, mesmo assim, conseguiu ter alguns dos cargos mais importantes no seu País. Por pouco não foi presidente.

É uma grande perda para o mundo. Eu gostaria de deixar aqui esta manifestação e pedir que o Senado faça chegar à família uma manifestação de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O Senado providenciará a solicitação de V. Ex^a.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, a Presidência informa que a pauta está trancada pela Medida Provisória nº 692, de 2015. Assim sendo, por acordo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em relação à Ordem do Dia, Presidente. Eu não sei se já chegou ao conhecimento de V. Exª: ontem eu conversava com o Presidente Renan sobre um requerimento de minha autoria para constituição de um grupo parlamentar de amizade Brasil-Argentina. Acontece que a Vice-Presidente da Argentina, que é Presidente do Senado de lá, virá ao Brasil e visitará o Presidente Renan na próxima terça-feira. De modo que se nós pudéssemos aprovar esse requerimento, que foi hoje examinado e aprovado pela Comissão de Relações Exteriores, seria um gesto importante, penso eu, do Senado em relação ao Senado argentino.

Eu já adiantei esse assunto com o Presidente Renan e ele imediatamente acedeu, tanto é que hoje nós corremos, na Comissão, para poder aprovar a matéria. Se fosse possível deliberarmos sobre isso hoje, é uma matéria que pode escapar do trancamento de pauta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Será providenciada a apreciação do requerimento, como solicitado por V. Ex^a.

Esse requerimento foi aprovado hoje na Comissão de Relações Exteriores, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Fora do microfone.) – Isto!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Perfeito. O requerimento não chegou à Mesa ainda, mas a nossa assessoria está providenciando para que chegue a tempo, para que possamos apreciá-lo.

O próximo orador inscrito, pelo que está na nossa lista, seria o Senador Cristovam Buarque. Antes, porém, vou pedir licença a V. Exa para dizer que o orador inscrito em seguida é o Senador Raimundo Lira, que falará como Líder do PMDB, e depois aquele que está ansiosamente esperando, o nosso grande Líder, o Senador Roberto Requião.

Solicito um minuto de atenção de V. Exa, porque esta Presidência ...

Para atender à solicitação de V. Exª, Senador Aloysio, porque o tema é relevante e importante, como o requerimento não chegou ainda à Mesa e eu tenho a preocupação de que, se abrirmos a Ordem do Dia, o requerimento poderia não chegar a tempo de ser apreciado, sugiro continuarmos com os oradores inscritos. Em seguida, nós abriremos a Ordem do Dia e apreciaremos essa e outras matérias pertinentes que estão aguardando aqui.

Com a palavra o Senador Cristovam. (Pausa.)

O Senador Raimundo Lira falará como Líder do PMDB. V. Exa tem a palavra.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a minha fala será muito breve porque são pequenas comunicações.

Quero aproveitar para dizer que, na tarde dessa quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal aprovou, pela maioria do Pleno, uma decisão que considero histórica e que, com certeza, atendeu aos anseios da maioria do povo brasileiro. Não podemos deixar de exaltar a mudança de entendimento da presunção de inocência pronunciada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do *Habeas Corpus* nº 126.292. Por sete votos a quatro, os Ministros decidiram que não fere o princípio da presunção de inocência a execução penal de julgamento proferido por órgão de segundo grau, ainda que seja pendente de recurso especial ou extraordinário.

O povo brasileiro, de modo geral, Sr. Presidente, não entendia muitas vezes como o autor de um assassinato brutal era julgado em primeira instância pelo Tribunal do Júri; depois julgado pelo Tribunal de Justiça do seu Estado, ou seja, julgado por um colegiado, também confirmando a condenação, e, mesmo assim, esse réu tinha o direito de apresentar em liberdade tantos recursos protelatórios quanto fosse da competência do seu advogado. Então, sem dúvida nenhuma, essa decisão do Supremo Tribunal – que não entendo como uma decisão que retira a atribuição do Congresso Nacional, mas, sim, como um aperfeiçoamento dos procedimentos da Justiça brasileira – tem como objetivo fundamental, Senador Roberto Requião, reduzir a impunidade do nosso País.

Temos conhecimento – e é conhecimento geral de todos nós e da população brasileira – de que os presídios do nosso País são precários, mas nós não podemos adaptar as leis penais do nosso País às condições do sistema penal. O que nós temos que fazer é União e Estados trabalharem forte no sentido de melhorar as condições dos presídios brasileiros, acabando com o que chamo muitas vezes na tribuna de uma segunda punição: o réu é punido, recebe a sua pena, e as condições precárias do presídio passam a ser uma segunda pena, o que é absolutamente ilegal e inconstitucional.

Nessa direção, tendo como objetivo primordial reduzir a impunidade que tanto incomoda a população

brasileira no País, impunidade que leva à insegurança, angústia, desespero e, muitas vezes, morte para as famílias brasileiras, nesse sentido, eu quero dizer a todos os brasileiros que tive a satisfação de apresentar no Senado Federal o PLS nº 2, de 2016, que trata exatamente do aumento da pena para os crimes hediondos.

Aquele criminoso que for punido por crime hediondo, sendo réu primário, a sua pena foi aumentada de três quintos para quatro quintos, a sua permanência; aliás, ele só terá direito à progressão de regime depois de cumpridos, em regime fechado, três quintos da sua punição, ou seja, ele terá de cumprir 60% da sua pena para ter direito à progressão de regime. Já o criminoso reincidente terá de cumprir 80% da pena para ter direito à progressão de regime. Então, é um fortalecimento do Código Penal Brasileiro no sentido de que possamos, passo a passo, reduzir a impunidade no nosso País.

Mas eu queria falar um pouco desse PLS que tive a satisfação, Sr. Presidente, de apresentar na Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico, digo, de Desenvolvimento Nacional, uma comissão especial do Senado Federal. Esse projeto insere-se na chamada Agenda Brasil, que está fazendo a prospecção dos melhores projetos que a Comissão considera como os mais urgentes para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Eu já tive um projeto escolhido, que foi o projeto da revitalização do Rio São Francisco, criando as condições para que essa revitalização seja permanente, sem depender de recursos do Tesouro, sem depender de recursos do Orçamento, a exemplo do que já acontece em outros países. Eu me inspirei na revitalização do Rio Mississípi, nos Estados Unidos, que, de 1910 até hoje, nunca teve um dia de interrupção dos trabalhos de revitalização. Isso quer dizer que as empresas que geram energia com a água do Rio São Francisco vão pagar um percentual sobre o seu faturamento bruto para criar esse fundo administrado pela Codevasf, de forma permanente, para a revitalização do Rio São Francisco e dos seus afluentes.

Portanto, Sr. Presidente, tive a satisfação de dizer a V. Ex^a que já tive dois projetos selecionados pela chamada Agenda Brasil, sendo que o da revitalização já foi aprovado em caráter terminativo, seguindo para a Câmara.

Gostaria também de fazer aqui uma comunicação aos paraibanos. A maior reivindicação, no momento, da cidade de Cajazeiras, no sertão da Paraíba, cidade onde nasci, é exatamente a construção do Instituto Médico Legal, porque o Instituto Médico Legal mais próximo está na cidade de Patos, a 170 quilômetros. Eu consegui aprovar uma emenda de R\$1 milhão. A Prefeitura já conseguiu o terreno, e o Governo do Estado vai complementar os recursos que forem necessários para a construção definitiva do Instituto Médico Legal da cidade de Cajazeiras.

E, a pedido da cidade de Sousa, outra cidade de porte médio do sertão da Paraíba, nós também estamos, a partir deste momento, trabalhando no sentido de conseguir os mesmos recursos para a cidade, para atender ao pedido de terem esse grande equipamento necessário para a população, não só de Cajazeiras, não só de Sousa, mas de dezenas de Municípios que estão no entorno de Cajazeiras e no entorno de Sousa.

Eram essas, portanto, Sr. Presidente, as comunicações, em nome da liderança do PMDB...

(Soa a campainha.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... que eu estou fazendo aqui neste momento. E, se Deus quiser, que o Senado Federal, como eu gosto de dizer, Senador Cristovam Buarque, como poder moderador da República brasileira, possa agora, no ano de 2016, ajudar o País de uma forma inteligente, consistente e objetiva, para que nós saiamos desta crise que, sem dúvida nenhuma, é a maior crise econômica de que nós temos notícia.

Vamos acreditar no nosso Brasil, vamos sair desta crise, vamos levar esperança e expectativas positivas para o povo do nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Eu que agradeço e cumprimento V. Exa pelo pronunciamento e por ter sido distinguido, por esta Casa, para relatar já dois projetos importantíssimos da Agenda Brasil legitimamente, diga-se de passagem, pela competência que o senhor demonstra aqui no Senado Federal.
- **O SR. RAIMUNDO LIRA** (Bloco Maioria/PMDB PB) Só complementando um pouco, Sr. Presidente, os dois projetos são de minha autoria.
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Melhor ainda.
 - O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB PB) Melhor ainda, não é?
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Parabéns a V. Exa
 - **O SR. RAIMUNDO LIRA** (Bloco Maioria/PMDB PB) Muito obrigado, Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Agora, por permuta, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião. Em seguida, nós abriremos a Ordem do Dia, Senador Cristovam Buarque, que é

bem rapidinha, e aí passo a palavra para V. Exa.

Com a palavra o Senador Roberto Requião, legítimo representante do Estado vizinho, do Paraná, gente do Paraná.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Dário Berger presidindo o Senado da República, representando aqui a nossa Santa Catarina, doce e Santa Catarina.

Inicialmente, uma observação sobre o pronunciamento do Senador Raimundo Lira. Eu sou a favor da prisão dos corruptos, dos condenados, após a condenação em segunda instância. E, nesse sentido, há um projeto de minha autoria tramitando no Congresso, mas alguém pediu que ele fosse apensado a outras coisas, e ele foi paralisado, teve a sua tramitação praticamente suspensa.

Mas eu tenho uma preocupação: eu acho que isso deveria ser objeto de lei. Concordo, de forma absoluta, com a prisão, mas deveria ser objeto de lei. E nós deveríamos tomar um cuidado: sim, cadeia na condenação em segunda instância, mas teremos que determinar uma prioridade absoluta para a velocidade no julgamento dos recursos. Senão, pode-se dar o inverso: nós queremos que vão para cadeia, se condenados em segunda instância, para evitar a impunidade, mas, se o tribunal superior também postergar o julgamento para 20 anos, 30 anos, nós poderemos ver um sujeito absolvido depois de ter cumprido 20 anos, 30 anos de pena indevida.

É o reparo que eu faço, e eu acho que o Congresso devia resolver esse problema por lei. Não é função do Supremo Tribunal legislar, embora o que tenha feito neste momento agrade ao Brasil e principalmente a nós, que somos autores. Iniciativa, inclusive, do Sérgio Moro, da Ajufe, através da sua organização nacional, e companheiros do Paraná nesse sentido. Mas me preocupa que o tribunal passe a legislar.

Imagine, Senador Raimundo, de repente temos um processo parado no Supremo por 10 anos, 12 anos. Eles dizem: "O tribunal supriu a morosidade do Congresso". Então, vamos avocar esses processos que estão parados no Supremo e nós vamos julgar no plenário.

Os defeitos da Justiça se assemelham muito aos defeitos do Congresso Nacional.

Mas eu acho que foi oportuna a medida, ela chama a atenção para o problema, e talvez fosse o caso de nós pedirmos urgência para o que tramita no Congresso Nacional.

Com a palavra, o Senador Raimundo.

- **O Sr. Raimundo Lira** (Bloco Maioria/PMDB PB) Senador Roberto Requião, inicialmente, gostaria de concordar com V. Exa em que o Senador Dário Berger, da nossa Santa Catarina, na Presidência...
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Doce e Santa Catarina.
- **O Sr. Raimundo Lira** (Bloco Maioria/PMDB PB) ... é sempre uma tranquilidade do bom funcionamento desta Casa, pelo seu espírito democrático, pela sua competência, pela sua objetividade; mas, reforçando o que V. Exª disse, vamos trabalhar, capitaneados por V. Exª, Senador Roberto Requião, para aperfeiçoar essa decisão do Supremo Tribunal Federal, da mesma forma que nós estamos fazendo aqui na PEC da Reforma Política. O Supremo Tribunal Federal decidiu que não pode haver financiamento de campanha por pessoa jurídica, e a população brasileira, a opinião pública brasileira até acha e entende, com plena convicção, que, se não houvesse financiamento público, ou melhor, financiamento de empresa privada nas campanhas eleitorais, possivelmente não tivesse acontecido...
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) O que aconteceu.
- **O Sr. Raimundo Lira** (Bloco Maioria/PMDB PB) ... o que aconteceu em relação, por exemplo, à Petrobras. E eu sou Relator da PEC da Reforma Política, e hoje a Câmara dos Deputados homologou essa PEC. A partir de hoje, 18 de fevereiro, há uma janela de 30 dias para que os Deputados, Vereadores, aqueles eleitos pelo voto proporcional possam mudar de partido sem o direito de levar o fundo partidário e o tempo de televisão. Mas nós também colocamos agora, na PEC da Reforma Política, a proibição constitucional do financiamento de campanha por pessoa jurídica, dando mais elasticidade à pessoa física, aumentando de 10% para 50% da renda bruta da pessoa física que quiser colaborar com a campanha do seu candidato. Então, nós vamos constitucionalizar o que o Supremo decidiu, trazendo para a nossa Casa, para o Congresso Nacional, essa decisão. E é isso que V. Exª está dizendo aí: vamos regulamentar isso, vamos criar uma lei; por exemplo, apenas a título de ideia do que V. Exª abordou, depois desse julgamento em segunda instância, que existam prazos prazos predeterminados para que as instâncias superiores decidam; e se, por exemplo, esse prazo for de dois anos, que o Congresso Nacional possa aprovar aqui, numa lei; e se, dois anos depois, a instância superior, o Tribunal Superior não tiver decidido a respeito daquela condenação, o réu passa a ter liberdade e continua recorrendo em liberdade, para que não aconteça o que V. Exª disse: depois de 20 anos ou 30 anos, um réu é declarado inocente após ter cumprido uma pena muito longa.
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) É uma ideia.
 - OSr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB-PB) É uma ideia. Acho que o importante é o aperfeiço amento

da legislação penal brasileira. Não estamos pensando só em legislação punitiva, mas legislação que seja racional, exequível e atenda aos interesses e às aspirações do nosso povo. Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – O objetivo, Senador Dário, da minha presença na tribuna nesta tarde é, mais uma vez – e eu não cansarei de retornar a este tema –, defender a Petrobras como proprietária e operadora única do sistema.

Um dos principais argumentos dos que querem alienar o petróleo brasileiro na mão das famosas sete irmãs, parecendo ignorar que o mundo está em guerra pelo desejo de dominação do petróleo, como reserva estratégica de países desenvolvidos – os conflitos estão aí, na Síria, no Iraque, os problemas são enormes e derivam diretamente da ganância do desejo da posse estratégica de reserva por países importantes –, é o argumento de que a nossa Petrobras está em dificuldade, e dificuldade em função, parcialmente, da corrupção, pequena dificuldade da corrupção, que tem que ser punida – quero ver essa gente toda na cadeia –, mas fundamentalmente dificuldade por uma guerra geopolítica que baixou o preço do petróleo no mundo de R\$140,00 para menos de R\$30,00. A Petrobras tinha feito um programa de expansão enorme, endividou-se em dólar, o dólar se valorizou em relação ao real, e essa dificuldade é concreta.

Pois muito bem. Dizem eles: "Uma empresa estrangeira agora investiria no Brasil e recuperaria toda a cadeia de produção do petróleo". Ledo engano. As petroleiras do mundo estão na mesma condição da Petrobras, com ou sem corrupção, pela queda do preço do petróleo. Está sobrando petróleo. Ninguém investe em extração. O único desejo dessas multinacionais é quebrar o monopólio de uma empresa brasileira explorar o petróleo do Brasil – com participação de outros sistemas de partilha, como nós vivemos hoje, principalmente no pré-sal –, para manter, como reserva estratégica, o petróleo brasileiro, que, neste caso, brasileiro não seria mais. Não há nenhuma possibilidade de uma exploração rápida de empresas que estão demitindo os seus funcionários.

Outro dia, eu estava na Colômbia, fazendo uma conferência sobre a pacificação daquele país e o atrito das Farcs com o governo, a convite de um grupo importante que opera nesse sentido, e tive a notícia de que a Pacific Oil, a mais importante empresa de petróleo da Colômbia, de propriedade canadense, tinha sido vendida, Senador Raimundo Lira, com um deságio de 88% sobre o preço de face. Então, não existe essa possibilidade de investimento, o que torna altamente suspeita essa tentativa de entregar o petróleo brasileiro.

Eu quero arrolar aqui para o debate mais seis argumentos que considero irrefutáveis e peço que os Srs. Senadores, no plenário, nos gabinetes, e os ouvintes da Rádio Senado prestem a devida atenção. Reflitam, ponderem e decidam a favor do Brasil, que, afinal, é isso que é importante.

Primeiro argumento: este é o pior momento para se vender uma grande reserva de petróleo extraído a baixo custo. O custo de extração do pré-sal brasileiro é de US\$8 por barril, mas o petróleo está valendo menos de US\$30. Um proprietário de imóvel, dizia-me, agora há pouco, o Senador Raimundo Lira, não venderia a sua propriedade num momento de baixa, não teria nenhum cabimento isso. E esse argumento é rigorosamente irrefutável.

Os preços do petróleo estão sendo mantidos artificialmente baixos por uma jogada geopolítica dos Estados Unidos e de alguns países do Golfo para controlar as reservas internacionais de combustível. Isso é mais velho que o processo que formou as jazidas de petróleo. Essa tática é conhecidíssima. É o famosíssimo dumping: baixam artificialmente os preços para tomar empresas e riquezas petrolíferas dos países e das empresas mais fracas.

No entanto, em breve, os preços do petróleo retornarão ao seu curso normal, em torno de US\$80 o barril. E o petróleo será novamente uma fantástica fonte de lucros. Hoje, com os preços lá no chão, dezenas de petroleiras que têm que arcar com os altos custos de extração do petróleo estão falindo e sendo vendidas a preço de fim de feira.

Esse não é o caso do pré-sal com US\$8 por barril de custo de extração. Daí por que as superpotências e magnatas do petróleo estão de olho no pré-sal, porque a Petrobras consegue manter alta lucratividade com extração do óleo dessa camada, mesmo com os atuais preços do petróleo. Tão claro é isso, tão simples assim.

Apenas nações fortes e corajosas conseguirão manter suas reservas petrolíferas e conseguirão enfrentar essa maciça campanha de convencimento, para que países, como o Brasil, vendam as suas maiores riquezas neste momento de baixos preços.

Segundo argumento: sem o pré-sal, a Petrobras entraria em falência, estaria liminarmente liquidada. A Petrobras está financeiramente bem, apesar do alto endividamento, porque está obtendo lucros operacionais, graças ao pré-sal.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Em contraposição, as petroleiras mundiais estão com alto endividamento e com dificuldades financeiras em razão dos baixos preços do petróleo e dos altos preços de sua extração.

Reafirmando para que fique bem marcado: a Petrobras está muito melhor que a maioria das petroleiras do mundo em razão dos baixos custos de extração e alta produção obtida no pré-sal. Ao contrário do que dizem certos analistas a serviço dos magnatas do petróleo, o pré-sal hoje já é a principal fonte de lucro da Petrobras e será a salvação da empresa, sendo a fonte de recursos que saldará, em um futuro próximo, as suas dívidas.

Srs. Senadores, o pré-sal é a última grande reserva de petróleo disponível no mundo com baixos custos de extração: US\$8 por barril. O custo de extração do pré-sal é baixo em razão da alta produtividade dos poços, da alta tecnologia desenvolvida pela Petrobras e da ótima localização dos poços, que são próximos dos grandes centros consumidores, processadores e logísticos no Brasil.

Além disso, a carga tributária no pré-sal é uma das menores do mundo para grandes jazidas de petróleo. É por isso que todas as petrolíferas mundiais querem o pré-sal. Elas querem o pré-sal para resolver seus problemas financeiros e voltar a lucrar. Seria como se, numa situação de eventual dificuldade que pode ser superada, alguém propusesse a outrem: "Venda a sua casa, venda agora mesmo a preços baixíssimos, mas garanta que a sua mãe será mantida como a cozinheira da nova família que vier habitá-la." Quero que vocês entendam isto: essa é a tese de manter a Petrobras como produtora, mas tirar a propriedade parcial do projeto de extração.

O terceiro argumento que eu quero levantar é o de que a Petrobras é fundamental para a segurança estratégica do Brasil. A cadeia de petróleo e gás é a espinha dorsal da economia brasileira e do financiamento do Estado nacional. A Petrobras, sua cadeia produtiva e a renda gerada indiretamente por ela são responsáveis por 20% do PIB. Isso resulta em dezenas de bilhões de reais em impostos que são investidos em saúde, educação e serviços sociais.

O próprio desenvolvimento tecnológico nacional e grande parte da nossa indústria de máquinas e equipamentos e de setores estratégicos dependem da Petrobras e agora do pré-sal. A Petrobras é a maior geradora de patentes do Brasil. Logo, enfraquecê-la agora, quando há um agressivo dumping internacional movido pelas grandes potências, perdoem-me a franqueza e a dureza da afirmação, é crime de lesa-pátria.

Quarto argumento: o desemprego avança no País. A Petrobras e suas operações no pré-sal são de extrema importância para retomar o desenvolvimento e para combater o desemprego. A Petrobras é a espinha dorsal do desenvolvimento industrial brasileiro, comanda a maior cadeia produtiva do Brasil, que responde, direta e indiretamente, por cerca de 15% da geração de emprego e renda no País, são milhões de trabalhadores e famílias desse segmento produtivo. Mas a cadeia produtiva da empresa está debilitada. Muitos canteiros de obras estão praticamente abandonados e os equipamentos se enferrujam. Há enormes perdas em consequência da paralisação injustificada e desnecessárias de muitas obras.

Todos sabemos – e todos criticam o Governo – que o Brasil enfrenta uma aguda crise econômica e de emprego, com dois anos sucessivos de contração e poucas perspectivas de retomada no próximo ano. No entanto, com a retomada dos investimentos da Petrobras aos níveis históricos de meados de 2014 ainda há tempo de reação.

Quinto argumento: a Petrobras e o Brasil devem reservar-se o direito de propriedade, exploração e conteúdo nacional sobre o pré-sal, porque foram conquistas exclusivamente brasileiras, após décadas de pesado esforço tecnológico, político e humano.

Nos anos 50, os melhores geólogos norte-americanos diziam que não havia grande volume de petróleo no Brasil e que não era necessário criar uma empresa estatal para explorá-lo.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Mas o povo brasileiro, por teimosia, fé e coragem, insistiu em procurar petróleo no País, à base do "custe o que custar". "O petróleo é nosso" – gritávamos nas ruas. E isso custou até mesmo a vida do grande brasileiro que criou a Petrobras.

Se não achamos muito petróleo em terra, fomos buscá-lo no mar. Investimos tudo que estava disponível e tivemos que chegar a lugares nunca antes alcançados. Ano após ano, com ou sem crise econômica, com ou sem crise política, realizamos o que para outros parecia impossível, batendo recordes sobre recordes na exploração do petróleo em águas profundas.

Os recordes são nacionais. A cada semana, a Petrobras bate um recorde de produtividade. E bateu o recorde de retirar petróleo de onde ninguém retirava, com uma tecnologia própria. Fizemos isso tudo com nossos próprios meios e desenvolvemos a nossa própria tecnologia, uma tecnologia desenvolvida por

brasileiros e para os brasileiros.

Assim, com o pré-sal, o esforço de gerações foi premiado. A exploração brasileira do pré-sal é uma homenagem que fazemos a nossos avós, que lutaram para construir a Petrobras, e grande herança que deixaremos aos nossos netos. Logo, não podemos entregar, de mão beijada, para o primeiro forasteiro capaz de convencer jornalistas e lobistas de que o pré-sal é grande demais para ser apenas do povo brasileiro.

Sexto argumento: o projeto Serra, que já era inconveniente e antinacional, passou a ser lesivo com os baixos preços do petróleo. A meu ver, é um crime contra o Brasil. O projeto do Senador José Serra tem como objetivo retirar a Petrobras da condição de operadora única do pré-sal, isto é um fantástico equívoco.

O Senador parte de uma premissa errada, a falsa premissa de que a Petrobras não tem condições financeiras para dar conta desse programa. Se fosse verdade, seria terrível para nós, na medida em que, possuindo a mais competitiva petrolífera do mundo por sua capacidade de produção em águas profundas, com imenso patrimônio, teríamos, mesmo assim, que dividir com os estrangeiros o controle do uso estratégico dessa imensa riqueza.

Para que teria servido desenvolver e dotar de alta tecnologia a nossa Petrobras? Uma empresa que já tem de 50 bilhões de barris a 100 bilhões de barris comprovados de petróleo no pré-sal não pode ser apontada como financeiramente fraca. Pergunto: acaso seria uma base insuficiente esta, para que a Petrobras, por algum expediente, financie seus investimentos? São os meus argumentos para uma reflexão dos Srs. Senadores, dos telespectadores da TV Senado. Mais clareza do que isso, confesso que eu não saberia onde buscar.

Abrir mão do pré-sal é condenar o Brasil ao inferno eterno...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... do subdesenvolvimento, da corrupção e da degradação social. Não se pode, Senador Cristovam, sob o pretexto de a empresa estar sendo roubada por algum de seus administradores, entregá-la para forasteiros, para as sete irmãs, para as empresas que – insisto – estão desencadeando guerras genocidas, no mundo inteiro, pela posse estratégica de jazidas. A Petrobras tem, sim, condição de operar.

E numa reunião histórica da Bancada do PMDB, quando o Senador Romero Jucá dizia: "A Petrobras está desmoralizada, falida, não tem condições de fazer o investimento e de levantar recursos", o ex-Ministro das Minas e Energia, nosso Senador Lobão, intervinha: "Como você está dizendo isso? Tem condição, pode fazêlo e pode fazêlo amanhã, praticamente sem custo algum". Os 30% são o investimento em equipamentos, que já estão comprados. E simplesmente não se avança hoje com novos poços no mundo porque o petróleo está sobrando, porque há uma guerra de *dumping* geopolítica para quebrar Irã, Iraque, Venezuela e a própria Rússia. É uma jogada geopolítica de enfraquecimento de muitos, para que se estabeleça o monopólio do controle das jazidas no planeta.

O Brasil não pode ser um títere desse jogo, um brinquedo na mão dessas potências. Nós temos que reagir. Agora, os ladrões que roubaram cerca de 80 bilhões? Na cadeia! Na cadeia, inclusive com essa medida do Supremo Tribunal, que, logo depois da segunda instância, sejam imediatamente levados a uma enxovia pública.

Nós queremos a punição, mas o valor da Petrobras, sua importância estratégica para a própria segurança do Brasil é infinitamente maior do que esses 82 bilhões. E se o petróleo estivesse a 140, esse valor não seria sequer percebido, dado o volume e a importância financeira do desenvolvimento das atividades precípuas da nossa petroleira.

Senador Cristovam, com todo prazer lhe dou um aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, esse é um debate para o qual eu lamento que estejamos tão poucos aqui. Primeiro eu quero elogiar, porque o senhor é um dos poucos que põem valores na frente de análises financeiras, valores que alguns não gostam quando a gente chama de ideológicos, mas eu gosto. Eu ponho esses valores também. No que a gente pode não concordar é quais são esses valores centrais. Para mim o valor central, ideológico, do futuro do Brasil...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – …está no cérebro de cada brasileiro. É aí que está o futuro, é aí que está a energia. Para isso, a gente precisa de terra para produzir comida, para exportar, para gerar riqueza. A gente precisa de petróleo também, ou seja, petróleo, para mim, é um instrumento; o cérebro de cada brasileiro é a finalidade. Essa é uma diferença. A gente tem que explorar o petróleo brasileiro para servir ao Brasil, não às sete irmãs, não ao exterior. Mas servir ao Brasil para mim não é servir à Petrobras. A Petrobras é um instrumento...

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Mas não há nenhuma dúvida disso. É uma empresa, não mais do que isso.
 - **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Eu sei, é uma empresa.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) O meu discurso é em defesa do Brasil, da visão estratégica do País.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Eu sei. Mas eu quero analisar para chegar à minha dúvida.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Inclusive me permita, Senador. Se a Petrobras não pudesse funcionar, o País deveria criar outra empresa, jamais entregar o petróleo para a exploração das sete irmãs.

(Soa a campainha.)

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Como não vamos entregar as terras de Mato Grosso onde se produz soja. A gente não pode entregar terras, não pode entregar riqueza.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Mas já está na Câmara Federal um projeto para alienação de terras brasileiras para aqueles grupos estrangeiros.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Já existe, é claro, e a gente não pode admitir. Pois bem, então a gente tem que analisar como aproveitar o petróleo que está ali. A maneira mais correta, eficiente, nacional e nacionalista é a Petrobras fazer isso, porque, além do mais, é um símbolo. A gente também não pode ignorar o símbolo que a Petrobras representa. Embora o meu objetivo e o seu não seja a Petrobras em si, é um símbolo. E isso é importante. Temos que aproveitá-la, e não o resto. A pergunta e aí, sim, a gente precisa debater é se há ou não há condições. Até aqui não está claro se a Petrobras vai ter condições, nos próximos cinco ou dez anos, de explorar, como também pode ser que nenhuma outra tenha.
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Que é o que está ocorrendo no momento.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Que é o que está ocorrendo, até porque o preço do petróleo está tão baixo...

(Soa a campainha.)

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) ... que talvez não se justifique, em nenhuma hipótese, tirar do pré-sal. Talvez esteja abaixo do ponto de equilíbrio.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) O pré-sal está, Senador, permita-me a interrupção, a US\$8.00 o barril.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Muito bem, então já dá bastante bem para explorar, mas a gente precisa analisar isso com cuidado, a capacidade financeira da Petrobras. Agora a proposta sobre a qual eu queria ouvir a sua opinião, se atenderia a esse espírito, são duas coisas: aproveitar em benefício do Brasil, com as finalidades que o Brasil quer, por exemplo, a educação, a infraestrutura econômica. A pergunta é: e se se coloca na lei do Senador Serra um artigo, como eu creio que o Senador Ricardo Ferraço já tentou eu também coloquei algo assim -, algo que diga: a Petrobras tem a opção inicial da exploração de qualquer um dos poços de petróleo?

(Soa a campainha.)

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Se ela disser que não tem condições, aí se abre para outras empresas. É essa a pergunta que eu gostaria de ver...
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Senador, permita-me novamente a antecipação.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Então, é essa a pergunta. Eu gostaria de ver qual é a sua reação a essa proposta.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Eu estou pensando como V.Exª, eu penso no Brasil. A Petrobras foi vítima de um assalto, seu quadro dirigente foi retirado e, por pressão de uma visão que era capitaneada pelo Ministro Joaquim Levy, ela foi entregue a homens de mercado, que se preocupam com o resultado para os seus acionistas privados e que têm uma visão privatista.

Eles não estão interessados em defender necessidades estratégicas do Brasil. Eles não têm a menor preocupação com aquilo que a nossa Escola Superior de Guerra chamaria de objetivos nacionais permanentes.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eles são privatistas do ponto de vista ideológico.

Eles entregam as jazidas de petróleo, sim. São homens do mercado, não são homens comprometidos com o Brasil, como ontem, num arrobo de sinceridade, colocava aí, nessa primeira fila à sua frente, o Senador Pimentel quando se referiu a um despropósito administrativo do ex-Ministro Joaquim Levy. Mas esse Ministro já saiu, porque não tinha nenhum compromisso com o Brasil, com a visão de futuro, com a visão nacional.

Pela Petrobras, falamos nós, que representamos o povo brasileiro, não eventuais homens de mercado colocados à sua frente num momento de crise. É esta a visão que eu tenho. Fala pela Petrobras o interesse nacional, não de pessoas que atendem apenas ao interesse do mercado.

Não se pode, Senador, servir a dois senhores: a Deus e a Mamom.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É importante o dinheiro, como diz o nosso Papa Francisco, quando cria uma empresa, quando cria empregos, dá oportunidades a pessoas, mas a visão do dinheiro não pode comandar o mundo, muito menos numa eventual dificuldade a nossa Petrobras.

Não confio no Conselho Nacional do Petróleo. Não confio na direção de mercado colocada no momento emergencial pela nossa Presidente Dilma. Quem fala pela Petrobras é o interesse permanente do País.

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Ou seja, nós, com essa proposta do senhor, que eu li inclusive ontem, estamos nos protegendo dos dirigentes da Petrobras...
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Inclusive.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) ... e do Conselho Nacional do Petróleo em nome do Brasil.
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Em nome do Brasil.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Mas isso pode inviabilizar tudo porque, em nome do povo, estamos tomando essa decisão de congelar enquanto tivermos alguém que pense nacionalisticamente. E se não tivermos? O que eu penso também é o seguinte: já que são US\$8 o preço para explorar...

(Soa a campainha.)

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) ... e hoje já vai chegar a US\$30, nós vamos ter um *spread*, vamos ter um lucro. Desse lucro...
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Em cima desses US\$8 vai ter imposto.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Sim, mas vai ter um lucro. Desse lucro aí, no fim, pelo menos um dolarzinho chega ao *royalty* que vai para a educação. Cada barril lá embaixo é um dolarzinho a menos para a educação. É nesse sentido que eu digo. E um dolarzinho a menos para a educação é um cerebrozinho a menos sendo desenvolvido. Como é que a gente faz para não desperdiçar congelando? Como é que a gente faz para não desperdiçar guardando? Até porque, daqui a 20 anos, 50 anos, petróleo talvez já seja um recurso superado.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Senador, no momento, está sobrando petróleo no mundo. O *shale gas* dos Estados Unidos abaixou o preço, a Arábia Saudita abaixou, mas eu vejo esse açodamento para votar esse raio desse projeto do Serra de uma forma muito estranha.

Ontem, chegou a notícia de que a Arábia Saudita, a Rússia e a Venezuela...

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) ... tinham concordado em abaixar o volume de petróleo no mundo. Vai voltar o preço. Por que esse desespero no momento em que nem a Petrobras nem outra empresa fariam grandes investimentos porque está sobrando petróleo? Por que essa loucura? Isso não vai trazer um centavo para a educação, mas aliena definitivamente a propriedade das jazidas para um projeto nacional.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Esta é a discussão: como não alienar? Aí estou de acordo com o senhor. Alienar essa riqueza, nós não temos o direito. Agora, congelá-la sem aproveitá-la, também não. Como se combina isso? Aí se exige uma análise mais...
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) A extração de petróleo está congelada no Planeta, Senador.
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Sim, mas...
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Agora, nós podemos retomar com investimentos públicos, podemos recorrer ao Banco do BRICS através do BNDES, voltar a Petrobras à situação em que estava

em 2014, retomar toda essa cadeia de produção e de emprego.

Essa visão entreguista não tem nenhuma razão de ser.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Eu dizia, agora há pouco, V. Exª não estava no plenário, que seria como se, num momento de dificuldade, uma família fosse instada a vender a sua casa, uma dificuldade que poderia ser superada logo depois, e alguém dissesse: "Não, vocês vendem a casa, mas vocês podem manter a sua mãe como cozinheira da família que vier a habitá-la".

Não tem cabimento dizer: "Não, entregamos a extração para a Petrobras, mas a propriedade para os estrangeiros".

Temos que manter a soberania. E não é só petróleo, não é só combustível. É uma miríade de derivados que alimentam a ciência, a tecnologia e a indústria do mundo hoje que deriva do petróleo.

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Mas a pergunta chave é: como controlar os dirigentes desses órgãos, da Petrobras e do CNP, para que eles tenham uma visão do interesse de manter a casa como sendo do Brasil, e não da mãe como a cozinheira? Estou de acordo...
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Entre outras coisas.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Mas o grande problema é como ter pessoas que sejam capazes de zelar pelo interesse nacional. Essa é a pergunta. Pode chegar um momento em que pessoas muito sérias, zelando pelo interesse nacional, não queiram colocar a mãe como cozinheira, mas possam dizer: a gente vai ter que aproveitar outras pessoas para limpar a casa, para manter a casa. E até mesmo, no caso do petróleo, dizer: daqui a 50 anos não se mora mais em casa, vai-se morar em outra coisa. E guardá-la agora significa ficar sem nada.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Aproveitar outras pessoas é fundamental. Eu conversava com V. Ex^a, agora há pouco, sobre a crise da educação norte-americana, que, como a nossa, não tem a qualidade que nós desejaríamos e que eles desejam. Mas como se salvam os Estados Unidos? Como eles geram empregos, fábricas, patentes?
- Os Estados Unidos recolhem as melhores cabeças do mundo para projetos de ciência, tecnologia, graduação e pós-graduação. Eles estão absorvendo a inteligência do Planeta. Então, quando V. Exa diz: "Nós temos que procurar outras inteligências", eu estou aberto. Eu não sou um imbecil de um xenófobo.

(Soa a campainha.)

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Mas a propriedade tem que ser nacional, o interesse tem que ser brasileiro.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Eu estou falando das nossas inteligências mesmo, mas não só da inteligência, da ética deles em defender o interesse nacional. Como fazer isso?
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Aqui no Senado tramita um projeto. Primeiro, foi uma iniciativa minha de fazer uma modificação no sistema de contratos das estatais e da Petrobras especificamente, que está uma vergonha. O Fernando Henrique escancarou isso e deu origem a essa roubalheira toda. Não foi só o pixuleco eleitoral; foi a abertura absurda.

Eu lembro – acho até que V. Exa estava presente – eu e o Senador Simon brigando pela necessidade absoluta de publicarmos os salários de todas as estatais e a resistência que encontramos do pessoal ligado ao Sistema S e de próprios representantes do nosso Governo. Conseguimos aprovar na comissão, mas caiu no buraco negro da Mesa, que nunca mais fez com que ele fosse trazido ao plenário.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não sei onde está; não sei que mágica fizeram. É a mágica recorrente quando não interessa aos grupos de interesse que dominam o Congresso Nacional e o Senado da República.

Mas do meu projeto derivou um projeto do Senador Tasso Jereissati que estabelece a transparência e cria regras de administração para evitar os desmandos. Com alguns exageros, creio que ele foi assessorado pela Bovespa e por algumas visões privatistas, mas eu apresentei um substitutivo. É um caminho.

Nós temos que começar a nos manifestar, abrir essas caixas-pretas. E temos todo um processo de amadurecimento no Brasil. Nós devemos ter aprendido alguma coisa com esse espetacular roubo de que foi objeto nossa empresa petroleira. Instrumentos de fiscalização.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Instrumentos de fiscalização.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Agora, nós precisamos restabelecer o orgulho nacional, a dignidade nacional. E isso não é impossível. Agora, transparência. Acima de tudo, transparência!

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Seria muito interessante, Senador, começarmos a quebrar essa caixa-preta do Senado. A tal Agenda Brasil. A própria Presidência escolhe os Senadores que vão participar de comissões especiais, e as coisas tramitam sem passar pelas outras comissões, ou seja, sem passar pelos Senadores eleitos pelos seus Estados que estão aqui para analisar tudo isso. Tudo fechado, tudo dirigido num jogo estranhíssimo. Temos que começar a quebrar essa situação no nosso próprio Congresso Nacional.

Ora, temos de avançar! Não podemos achar que, entregando-a para bandidos do mercado internacional do petróleo, vamos resolver o problema da transparência, muito pelo contrário!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A grande pergunta que acho que nos une é: como colocar a Petrobras para servir aos interesses nacionais de curto, médio e longo prazo? É isso que a gente tem de fazer. E não é só a Petrobras, mas todas as outras entidades estatais e até as privadas também. Essa é a pergunta. Agora, aí temos de discutir onde é que estão as convergências e as divergências na hora dos artigos.

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Agora, esse projeto do Serra não tem nenhum sentido, não tem nenhuma razão. Se fosse o momento de abrir, o momento não seria este, com o petróleo no preço que está!
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Agora, digo uma coisa: creio que fui um dos que conseguiram barrar esse projeto até ele ir para as comissões. Ele está seguindo nas comissões?
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Não, não! Ele está novamente sendo jogado no plenário, onde estamos conseguindo bloqueá-lo algumas vezes para travar um debate.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Então, estou de acordo com o senhor. Esse projeto tem de ir para as comissões, para a de economia. Aliás, eu me lembro de que falei da Comissão de Ciência e Tecnologia, que presido ou presidia como saio do PDT, entrego essa Comissão. Esse projeto, mais do que quase qualquer outro, tem de passar por diversas comissões. Aí estamos totalmente de acordo.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Então, uma ideia seria quebrar a urgência disso e levar essa discussão para frente. Não me recuso a discutir nada, mas essa história de vir num fim de tarde, quando há meia dúzia de Senadores no Plenário, e jogar um projeto para ser votado, com uma maioria organizada, sem a consciência, sem o conhecimento do conjunto, é a desmoralização do Congresso Nacional!
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) É suicídio nacional.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Não tem cabimento o avanço desse projeto do Senador José Serra neste momento. Agora, discutir o tema? Estamos aqui para isso. Este é um Parlamento. Parlamento vem de *parlare*. Estamos aqui para discutir e decidir essas coisas.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) E discutiremos até em cima do projeto dele.
 - **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Mas esse açodamento não tem nenhum sentido.
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Estou de acordo totalmente.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) E não me venham com essa conversa de que a Petrobras está desmoralizada, de que ela não consegue crédito! Estamos falando do Brasil, não de uma empresa.
 - **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Não há essa pressa.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) E temos de defender também as empresas públicas aqui encontro alguma sintonia com o Senador Tasso Jereissati não só dos abusos vinculados ao processo eleitoral, mas também das ambições extremamente corporativas. Mas o Tasso avançou de forma extraordinária. Ele queria proibir que sindicalistas participassem de um conselho de administração. Isso é um absurdo total!
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) É um absurdo!
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Por exemplo, na Alemanha, hoje, por lei, as empresas privadas, de capital privado aberto ou fechado, têm de colocar na sua administração um representante dos funcionários. Eles diziam que tinham de proibir que políticos filiados a partidos participassem de conselhos de empresas estatais. Não há nenhum cabimento! A estatal não tem como objetivo o lucro dos seus acionistas, ela cumpre uma função do Estado. E nada mais do que um político no bom sentido da palavra para encaminhar

esse processo sem se preocupar com o lucro de acionistas eventuais.

Por exemplo, se nós transformássemos o PAC em uma sociedade anônima, o que seria? O projeto do Senador Jereissati levava a isso. Mas é um bom projeto, tem qualidades, e nós vamos examiná-lo no plenário.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, fui contra o projeto, também influí na interrupção da votação do projeto, por uma estatal, a estatal que cuida dos hospitais universitários.

(Soa a campainha.)

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Ela é uma empresa estatal, que está funcionando muito bem. Procurei o Presidente dela, o ex-Deputado Newton Lima, do Partido dos Trabalhadores, e ele me tranquilizou muito no que se refere ao projeto do Tasso Jereissati para essa empresa. Fui procurado depois por outro problema: as estatais municipais e estaduais.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Elas não existiriam mais, seriam sociedades anônimas.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Que não terão tempo de se adaptar, inclusive. Quanto a essas, sim, a gente está trabalhando em como fazer uma emenda.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Há estatais que estão no mercado e são dependentes exclusivamente de recursos públicos. Elas são instrumentos de políticas públicas.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Mas esse dos hospitais universitários é dependente. Diz a direção que não haverá problema. Ele me disse isso. O Presidente da entidade, que é uma figura respeitadíssima, ex-Reitor da Universidade de São Carlos, ex-Prefeito de São Carlos, ex-Deputado Federal, estudou e disse isso.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Senador, perdoe-me pelo argumento que vou usar.

(Soa a campainha.)

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Sou ex-Prefeito de Curitiba e ex-Governador do Paraná por três vezes e não acredito nesse sistema, com a experiência que tive nas administrações de que participei.
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Em qual? No que o Tasso propõe?
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Acho que esse sistema de privatização dos hospitais universitários leva a um desnível absurdo de salários, para começar. De repente, um médico que trabalha em um hospital desse ganha x, e o do SUS ganha x menos y. É uma confusão interessante. Essas empresas não podem ser administradas do ponto de vista de uma empresa privada, visando ao quanto o sistema vai dar de lucro. Não! Elas têm de atender à saúde das pessoas.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Se a Nasa tivesse de dar lucro, o homem não teria ido à lua.
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Exatamente!
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) O lucro, às vezes, não é o lucro financeiro, é o lucro da força da Nação, da consolidação da Nação.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Mas são experiências que estão sendo feitas. Se se votou, na minha opinião, essa barbaridade, vamos ver no que isso dá. Sempre há a possibilidade de consertar.

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Havia dificuldade de contratação, de gestão, de tudo mais. Mas privatizar e jogar o lucro como o escopo fundamental de tudo isso não tem cabimento. É a razão, por exemplo, de aqui no plenário se pretender discutir a abertura do jogo no Brasil. "Não, o jogo vai trazer dinheiro, pode haver imposto." Mas o lenocínio, a lavagem de dinheiro, a desmoralização, a erosão do tecido social não valem nada?
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Se for por aí, vamos legalizar a cocaína.
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) É claro, sem sombra de dúvida!
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Não é por aí. Há coisas que nós temos de barrar, independentemente do lucro que deem.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Eu acho, Senador, como tem acontecido muitas vezes, que, nos debates em plenário, acabamos convergindo. O interesse nacional...

- O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) É isso.
- **OSR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) ... o interesse das pessoas tem de ser fundamental.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) É isso. Podemos divergir sobre onde é que está o limite disso. Mas aí é uma questão de sentar e debater. Por isso, temos de debater o projeto do Serra não aqui no plenário, mas em cada uma das comissões. Até na Comissão de Direitos Humanos, ele deve ser discutido.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Mas não em cima destas bandeiras: "A Petrobras está desmoralizada! Roubaram a Petrobras."

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Muitos dos que se beneficiaram dos pixulecos roubados da Petrobras estão hoje levantando a bandeira da sua privatização. Será que há algum pixuleco atrás disso? Espero que não.

Mas o importante é que, do meu ponto de vista, a Petrobras foi uma bandeira de luta do meu avô, do meu pai. Foi bandeira de luta da minha participação na política universitária. Não havia petróleo no Brasil, não havia petróleo no pré-sal, nós não tínhamos capacidade para isso, e, hoje, se repete tudo isso numa crise. Atrás dessa corrupção que leva à indignação o povo brasileiro, querem entregar o País.

Quem é que pode imaginar que uma petroleira internacional não é dez vezes mais corrupta que a Petrobras? Estão promovendo guerras no mundo pela posse das jazidas, pela posse estratégica de jazidas minerais.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – E nós vamos largar isso nas mãos delas, sob o pretexto de que vão fazer o que nós não fazemos, num momento em que elas não estão fazendo nada? Elas estão demitindo funcionários.

Senador, numa forma bem clara, o pré-sal é a salvação da Petrobras e do petróleo nas mãos dos brasileiros. Se tirarem o pré-sal, que apresenta essa vantagem extraordinária em virtude da tecnologia, da ciência brasileira, do baixo custo de exploração, acabou a Petrobras, mas acabou também o petróleo brasileiro e a luta de décadas de um povo inteiro.

- O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Vamos continuar debatendo.
- O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.
- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Inclusive, considerando o teor do debate, eu me sinto quase na obrigação de participar dele também.
 - O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Isso! Todos nós.
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Quero só dizer também...

Pois não, Senador Cristovam.

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Primeiro, a Petrobras deve ser um símbolo dos avós de todos os brasileiros, não só do seu ou do meu, mas de todos.
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Exato.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) É uma construção da história do Brasil na rua.

- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Segundo, a discussão diz respeito a duas conclusões: não podemos entregar o petróleo a ninguém de fora, mas também não podemos guardá-lo definitivamente debaixo do chão.
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) É claro, é claro! Tem de ser cuidado.
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Então, como é que se combina isso, Senador, é o que temos de discutir.
- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) É isso aí! Então, só colaborando, para eu dar pitaco também com minha participação, inegavelmente, penso que a Petrobras exerce papel estratégico no desenvolvimento do Brasil. Só estou repetindo o que V. Exa, como nacionalista que é, defende. V. Exa defende temas importantes de consolidação do Brasil, do seu destino, do seu futuro. O que está em jogo aí, inclusive, é uma questão de soberania nacional, afinal de contas essa é a maior empresa nacional, orgulho dos brasileiros. Ela sempre foi referência para o Brasil e para o mundo inteiro.

Então, Senador Roberto Requião, V. Exa, mais uma vez, levanta um tema importantíssimo para o Brasil e para todos nós.

Esse movimento todo, no mínimo, no mínimo, no mínimo, no mínimo, é inoportuno, porque a Petrobras está em liquidação. Vender na baixa um produto dessa relevância, dessa importância, que representa um desenvolvimento estratégico para o Brasil, realmente, chega às raias de ser um crime de lesa-pátria para o Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Vou fazer um registro histórico na tribuna do Senado.

Eu era Governador do Paraná. Lula estava colocando grandes províncias petrolíferas em leilão, e eu não me conformava com isso. Sou nacionalista, sou brasileiro desde sempre. Eu estava indignado. Junto com Konder Comparato, entrei com algumas medidas no Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Nesse ínterim, fui conversar com o Presidente da República. E Lula me disse: "Requião, está acabando essa história do petróleo fóssil, do combustível fóssil. O mundo vai para os combustíveis renováveis. A mamona está aí. Vamos plantar mamona. A mamona substitui o combustível."

Senador Cristovam, o Brasil foi o maior produtor mundial de mamona, e 90% da mamona produzida no Brasil eram produzidos no Paraná. Conheço isso desde criança. Conheço até a história da licina, que é um veneno extraído da mamona. Conta a lenda que os espiões russos a colocavam em uma pequena seringa, na ponta de um guarda-chuva, e, na rua, cutucavam uma pessoa que desejavam liquidar, e, ao cabo de horas, ela estava morta, porque nem antídoto contra a licina existia.

Eu disse a ele: "Isso não é possível. Lula, você está enganado. O Petróleo vai continuar por muito tempo. Além de tudo, existem os derivados e tudo o mais."

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Ao lado da mesa de Lula, havia um pote com algumas sementes secas de mamona, que se assemelhavam, inclusive, a chocolate. Eu peguei algumas e disse: "Lula, eu como isto, mas isto não vai substituir o petróleo." Alguém fotografou, e eu virei, na lenda, o Requião que come mamona. Eu como mamona, mas não vou deixar que vendam o petróleo brasileiro, mesmo num fim de feira, num momento de extraordinária dificuldade.

Pelo que senti do Plenário, o meu amigo Serra que ponha as barbas de molho! No plenário do Senado, essa proposta entreguista não passa.

- O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Parabéns a V. Exª!
- **O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Antigamente, era a cicuta, que um grande homem tomou para poder morrer sem abrir mão dos seus valores, que foi Sócrates.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Mas veja bem que convenceram Lula, em determinado momento, de que o petróleo podia ser alienado! "Temos de retirar isso rapidamente, senão o que vai acontecer? Amanhã ou depois, surgem outros combustíveis, outras fontes de energia, e nós vamos perder isso tudo."

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Veja bem como estavam fazendo a cabeça dele naquele momento. Ele se arrependeu muito, mudou de posição e, hoje, pelo que tenho visto, defende a mesma postura nossa: a Petrobras tem de pôr seus ladrões e depredadores na cadeia, mas é um patrimônio do povo brasileiro.
 - Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Pois, então, esse foi um...
 - O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PMB DF) Eu gueria, nobre Presidente...
 - O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Pois não, Senador Hélio José.
- **O Sr. Hélio José** (Bloco Maioria/PMB DF) Eu gostaria de me manifestar a respeito dessa importante fala do nobre Senador Requião. Até me levantei aqui. Nós, como servidores públicos concursados, como empregado público que fui da Companhia Energética de Brasília e empregado público da Eletronorte, sei o tanto que é importante uma empresa pública do naipe da Petrobras, com economia mista. Então, Requião...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PMB - DF) – …essa questão que você nos traz é uma questão de cidadania. Tenho total acordo com você de que vai ser muito difícil alguém querer entregar isso, vai ser difícil um entreguista querer passar isso como estava no projeto original do nosso querido amigo Senador Serra. Então, precisamos fazer esse debate com a tranquilidade com que ele deve ser feito. Desde a época de Monteiro Lobato, do "ame-o ou deixe-o" e coisa e tal, o que interessa é que temos de valorizar o petróleo. A maior empresa brasileira não pode ser destruída por causa de um bando de pessoas incompetentes que passaram por lá. Está certo? Então, estou com você. Acho que temos de fazer este debate com a tranquilidade necessária, não é, Sr. Presidente? Temos de encaminhar as questões da melhor forma possível, para defender o Brasil. Ao defender uma empresa pública do naipe da Petrobras, estou defendendo o Brasil, não só a Petrobras. Está certo? Então, estamos juntos.

(Soa a campainha.)

- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Senador Hélio José, na linha do que disse o Senador Cristovam, os debates não ocorrem, o projeto não foi para as comissões, mas os gabinetes dos Senadores estão sendo invadidos por lobistas...
 - O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PMB DF) É verdade.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) ...para tentar convencê-los a entregar o petróleo brasileiro para multinacionais como Shell, British Petroleum.

Por quê? Elas estão numa situação tão ruim quanto à da Petrobras, porque o petróleo baixou para menos de US\$30,00 o barril, mas não se vai manter assim eternamente. No momento da dificuldade, querer alienar o patrimônio nacional?

- O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PMB DF) Correto. Não tem lógica.
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Ladrões na cadeia, os que roubaram lá dentro e os que se beneficiaram eleitoralmente também.
 - O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PMB DF) Correto. É um absurdo!
- **O SR. ROBERTO REQUIÃO** (Bloco Maioria/PMDB PR) Sr. Presidente, o meu motorista me espera. Tenho dentista agora para me atender.
- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) V. Ex^a deu *show* hoje! Foi um monopólio de opinião que elevou a discussão nesta Casa.
 - O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB PR) Obrigado, Dário!
- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) Quero te parabenizar e transmitir, mais uma vez, a minha mais legítima admiração pelo seu passado e pelo seu futuro, que é brilhante, ainda pela frente.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Obrigado.

Eu acredito que, realmente, essa visão errada de entreguismo do petróleo brasileiro não passa pelo muro do Senado Federal. Temos muitas discordâncias, mas esse sentimento de brasilidade, a defesa dessa bandeira do petróleo, que é uma bandeira antiga, é da família brasileira, é uma defesa ancestral, vai segurar qualquer tentativa, por mais que tentem levar essa discussão sem passar por comissão, para vir diretamente ao plenário. O Senado Federal vai mostrar a que veio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Concordo com V. Exa.

Parabéns, mais uma vez, ao Senador Roberto Requião. Acho que esse foi um dos debates mais longos e mais profícuos dos últimos dias no Senado Federal, Senador Cristovam Buarque, desde que V. Exª não peça mais um aparte a respeito desse assunto, porque agora esta Presidência informa que a pauta está trancada, em função da Medida Provisória nº 692, de 2015. Sendo assim, por acordo de Lideranças, passaremos à apreciação dos requerimentos de audiências nas Comissões e de tramitação em conjunto.

Portanto, vamos à

ORDEM DO DIA

Itens extrapauta:

Votação em globo dos **Requerimentos de nºs 1.352, 1.370, 1.371, 1.372, 1.375 e 1.398, de 2015, e 22, de 2016**, que solicitam audiência de outras comissões de matérias que relaciono.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.) Aprovados (**Vide item 1.2.3.1 do sumário**)

Item extrapauta:

Requerimento nº 1.456, de 2015, do Senador Eunício Oliveira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado Federal nºs 364, de 2013; 127, de 2014; 114, de 2015, piso salarial nacional para os profissionais de educação básica pública.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado. (Vide item 1.2.3.1 do sumário)

Item extrapauta:

A pedido do Senador Cristovam, também submeto à apreciação do Senado Federal requerimentos que, em sessão anterior foram lidos. Trata-se dos **Requerimentos nºs 5 e 46, de 2016**, do eminente e brilhante Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 18 de abril de 2016, destinada a homenagear o centenário de nascimento do ex-Senador, professor e sociólogo Pompeu de Sousa, falecido no dia 11 de junho de 1991, aos 75 anos.

Diga-se de passagem, igual a idade do eminente Senador Luiz Henrique da Silveira, que também nos deixou prematuramente.

Submeto à discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Item extrapauta:

O Senador Humberto Costa apresentou o **Requerimento nº 4, de 2016**, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado na 39ª reunião do Conselho de Administração ParlAmericas, a se realizar na cidade de Ottawa, Canadá, no período de 7 a 13 de março do corrente ano.

Nesse sentido, nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, encontra-se sobre a mesa parecer favorável oferecido à matéria pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será publicado na forma regimental.

É o parecer. (Vide item 1.2.3. 2 do sumário)

Está em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação o Requerimento nº 4 de 2016, do Senador Humberto Costa.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Voltamos, então, aos oradores inscritos. E, como orador inscrito, aguardando já por um bom período, nada mais nada menos do que o prezado Senador Cristovam Buarque, o Senador defensor da educação no Brasil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pela ordem, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Só para me inscrever, para falar pela Liderança do PDT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com muito prazer, faço a inscrição de V. Exª, ao tempo em que passo a palavra, então, ao eminente Senador Cristovam Buarque. Agora, depois da Ordem do Dia, o tempo aumenta significativamente. Entretanto, V. Exª sempre conta com minha simpatia e benevolência, para que nós possamos ouvi-lo mais uma vez.

V. Exa tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem

revisão do orador.) – Mas eu espero não passar do limite, até em respeito a essa grande figura que é o Senador Acir, que é o próximo da vez.

Senador, ontem, eu tive o privilégio de participar de uma sessão em que, ao comunicar uma mudança de sigla partidária, depois de dez anos no Partido Democrático Trabalhista, sigo para outra agremiação. Ficou faltando dizer quais as bandeiras que eu quero levar para o Partido. Não deu tempo. Tomamos todo aquele tempo; o Senador Hélio teve sua participação, o Senador Acir também.

Eu disse aqui que estava mudando porque não sentia um terreno firme por onde carregar as bandeiras que carrego desde a adolescência e que são muito inspiradas nas figuras do trabalhismo. Desde Getúlio, eu menino ainda, ouvindo na minha casa; Brizola, que conheci e em quem votei para Presidente, meu primeiro voto; Darcy Ribeiro, que foi um dos mestres que eu tive.

Eu quero continuar carregando essas bandeiras que eu tentei e carreguei por quinze anos no PT e que carreguei por dez anos no PDT. Por diversas razões, eu sinto que o terreno não está firme. Eu quero começar a falar dessas bandeiras; e vou falar ao longo das próximas semanas, talvez. Eu vou falar de uma hoje.

Eu não vou começar – não para desmenti-lo, porque o senhor falou "o Senador da educação" – pela educação, embora, em todas as bandeiras, a educação termine aparecendo. Eu vou começar pela bandeira – o Senador Acir, inclusive, é um dos mais preparados, está aqui – da economia.

Qual é a bandeira da economia que eu imagino? Aqui, quero dividir em duas partes: a primeira, vou chamar de a bandeira da chave da roda, que a gente tem que usar para consertar o carro que está ruim, trocar os pneus. É um ajuste.

Ninguém pode falar em economia sem falar na crise atual. Fica abstrato, teórico, absurdo! Falar de economia sem falar da crise, sem falar da inflação, sem falar dos déficits fiscais, sem falar do endividamento das empresas – terrível endividamento –, sem falar do endividamento das famílias e do endividamento do setor público; sem falar da crise das nossas estatais, sem falar da baixa taxa de poupança que o Brasil tem, uma das menores do mundo, pelo menos dos países que têm economia razoável.

Nós temos que cuidar do ajuste. Temos que mudar a opinião do carro. É o período da chave de roda, e, aí, Senador, as bandeiras com as quais caminho preveem, sim, ajuste, mas preveem um ajuste, Senador Hélio, com quatro princípios. O primeiro princípio é não ignorar o longo prazo. O curto prazo não pode ser desprezado, mas o longo prazo não pode ser ignorado. Então, em toda hora de fazer o ajuste, nós temos que olhar duas coisas de longo prazo: um, as consequências disso para as camadas mais pobres; dois, as consequências disso para a infraestrutura. Não podemos imaginar, por exemplo, Senador Hélio – o senhor defende tanto isto – um ajuste que sacrifique o setor energético das novas fontes alternativas.

E um outro ponto é a participação. O ajuste não pode ser imposto de maneira autoritária, não pode ser por medida provisória. Tem que ser por debate, e esse debate tem que incluir as oposições; e as oposições não têm o direito de recusar-se a participar quando o Brasil precisa; e quem fala pelo Brasil é a Presidente da República, queiramos ou não, votando nela ou não.

A gente tem que dar as sugestões necessárias, mas dentro desses princípios. Ajuste não deixa de considerar o longo prazo. Logo, o ajuste não pode ser de choque. O ajuste tem de ser também ao longo de anos.

Um documento que eu fiz uma vez dizia que, se eu fosse a Dilma, eu propunha cinco anos para conseguir fazer o ajuste, mesmo que a inflação fosse enfrentada mais devagar, mesmo que o déficit fiscal fosse enfrentado mais devagar, mas é preciso proteger as camadas pobres, é preciso proteger a infraestrutura e é preciso dialogar.

Essa é a bandeira imediata da roda do carro, mas eu acho que uma proposta transformadora como aquela que eu quero conduzir, a bandeira de longo prazo, tem que trazer o GPS. Não basta a roda de carro. Talvez, por isso, a gente não atraia a juventude. A gente está querendo consertar, com "s", o carro sem fazer um concerto com "c", definindo para onde ele vai.

A economia também tem que ser pensada para os próximos 20, 30, 50 anos, sem esquecer os próximos quatro. E, aí, na minha bandeira, na bandeira que eu quero ajudar a conduzir, a carregar em um terreno sólido, a primeira coisa que eu quero colocar é a necessidade, Senador Hélio, de mudar – e o senhor vai gostar disto – o perfil do Produto Interno Bruto.

De imediato, o que a gente precisa fazer é parar a recessão, ou seja, retomar o crescimento. Mas, no longo prazo, não basta retomar o crescimento, é preciso mudar a cara do PIB. Não basta um PIB grande, é preciso um PIB bonito. E o PIB grande pode ser da agroindústria, pode ser da metalmecânica, pode ser até de produtos que poluam, e a economia cresce poluindo. Esse é um PIB grande. O PIB bonito é o PIB que produz bens de alta tecnologia, porque isso que é o futuro. O PIB bonito é o PIB que se distribui para a população. O PIB bonito é o que não polui, que não depreda.

Aquilo que aconteceu em Mariana aumentava o PIB, mas um PIB feio, um PIB que terminou destruindo uma cidade inteira, matando pessoas, matando até mesmo um rio tão bom cujo nome é Doce, e que a gente matou pelo menos por algumas décadas, talvez.

Temos que propor ao Brasil um PIB bonito; e, possivelmente, grande também. Mas é a beleza do PIB, a contemporaneidade do PIB distribuído, equilibrado ecologicamente e de alta tecnologia. Três coisinhas. Esse é o PIB do futuro.

Sobre ser distribuível, há PIBs que não se distribuem. A indústria automobilística, por exemplo, não é distribuível. Primeiro, porque não cabe um número infinito de carros nas ruas; segundo, para se ter um carro, é preciso ter uma renda elevada ou um endividamento de longuíssimo prazo. Então, não é por aí que vamos ter o PIB desejável, que vamos atrair a juventude para nos apoiar no futuro.

Além disso, para ser distribuível, produzindo coisas que cheguem às pessoas, é preciso que ele sirva para aumentar o bem-estar, e não apenas a riqueza.

Nós esquecemos de chamar de riqueza o que é bem-estar. Por exemplo, aumentar o número de automóveis aumenta a riqueza; nem sempre o bem-estar, quando você fica duas, três horas num engarrafamento. O transporte público – metrô ou ônibus – é capaz até de não aumentar igualmente o Produto Interno Bruto, porque o número é menor, de produção anual. Você faz um trem daqueles, aumenta o PIB naquele ano, e fica anos sem precisar de outro. O PIB não cresce, mas o bem-estar aumenta. E o que a gente quer é o bem-estar. Um PIB bonito é o PIB do bem-estar, não é o PIB da renda, da riqueza.

Nós temos que subordinar a economia a objetivos sociais. A modernidade fez com que nós submetêssemos a economia ao avanço técnico. Tem que ser o contrário: submeter o avanço técnico à economia, a economia aos objetivos sociais, e os objetivos sociais aos valores éticos de uma sociedade. Essa é uma bandeira que eu quero carregar, a bandeira dessa economia bonita, dessa economia colorida, dessa economia justa. E para isso ela tem que ser eficiente.

O Brasil tem uma das economias menos eficientes do mundo. Todo mundo se vangloria de que o Brasil é um país que era a sexta, sétima, chegou à quinta, dizem, economia do mundo no PIB. Mas é que nós temos 220 milhões, nós somos tantos, que o PIB fica grande mesmo que caiba pouquinho para cada um. Não basta. É preciso que fique bem para todos. Para isso a produtividade tem que aumentar.

Nós temos uma produção alta, mas uma produtividade baixa. Qual é a diferença? A produção é a soma, a produtividade é o que cada brasileiro produz. Cada brasileiro produz muito pouco. Agora, a soma de todos os brasileiros termina produzindo muito, mas fica pouco para cada um.

Nós vamos precisar aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro. E aí começa a aparecer a educação. A produtividade vem da educação. Aí dizem: "Não, vem das máquinas que a gente usa". Mas para usar as máquinas precisa da educação, senão não usa.

Um dia desses, eu tive um almoço no Comando do Exército, Senador Acir, e os generais com quem eu almocei disseram: "Hoje nós teríamos problemas se houvesse uma guerra, porque nossos soldados não vão saber usar as armas modernas". Havia um tempo em que o papel do soldado era apertar o dedo para puxar o gatilho, olhando o outro lado. O soldado de hoje não puxa mais o gatilho, ele aperta o botão do computador. Não é mais aquele gesto, é este gesto aqui.

Sabe qual é a diferença? Aquele gesto é o da mecânica; este gesto é o digital. Para aquele gesto basta ter força; para este gesto é preciso ter conhecimento. O que se fala para a segurança, para a guerra, para os soldados, vale para o que antes a gente chamava de operário e que hoje a gente tem de chamar de operador. Não existe mais, daqui para frente, operário, a gente tem é operador. Isso vai exigir educação e vai exigir uma formação muito especial dos nossos trabalhadores para aumentar a produtividade. Não basta aumentar o PIB, é preciso um PIB bonito. E não basta um PIB bonito, é preciso um PIB em que cada brasileiro tenha produtividade.

O outro ponto dessa bandeira, ainda na economia, é a abertura internacional. Acabou-se o tempo em que nós, nacionalistas – o que me considero – podíamos ser isolacionistas. Nacionalismo era você se fechar. Não! Nacionalismo, hoje, é ter a força suficiente para se abrir sem medo e para conviver internacionalmente, com força. A força que vem também do saber, a força que vem do conhecimento de produzir as coisas de que a sociedade precisa lá fora.

Nós precisamos, por isso, de algo fundamental na bandeira da economia do futuro: inovação. Somos um país paupérrimo em inovação – paupérrimo em inovação.

No Brasil hoje, pode-se dizer, qualquer produto que a gente vê por aí – estes aqui, este aqui, em tudo isto – a gente pode escrever: "Produzido no Brasil". Como se registra em todos os lugares do mundo: *Made in Brazil*. Mas não se pode colocar, Senador Dario: *Created in Brazil*, porque não são criados no Brasil.

Aliás, nem isto aqui foi criado no Brasil, porque isto aqui tem mais de mil anos, talvez: a ideia do copo.

Isto aqui foi fabricado, provavelmente, no Brasil, mas as invenções, aqui dentro, vieram de fora. Os remédios que nós tomamos são fabricados, hoje, em laboratórios brasileiros, mas é a mistura das fórmulas que vêm de fora. Dos equipamentos médicos que nós usamos raros são criados no Brasil, raríssimos, como as canetas que o senhor está usando.

O Brasil é um País paupérrimo em inovação. E o que acontece? O que tem valor hoje é a inovação. O que tem valor hoje não é mais a produção. O que tem valor é inventar o produto e que outro o produza. Quando se produz um celular no Brasil – e há produção de celular no Brasil – o lucro vai para quem o inventou.

Senador Hélio, quando o senhor toma o seu remédio para diabetes – não é isso? – o senhor está enriquecendo algum suíço, mesmo que o laboratório que o fabricou seja brasileiro, isso porque é a fórmula que dá o dinheiro. Isso vale para todos os equipamentos que nós usamos. A engenharia vem de fora. A mão é daqui; o cérebro, lá de fora.

Por isso, uma economia do futuro – e eu quero carregar a bandeira – tem que ter a inovação como objetivo. E aí há que se mudar algumas coisas. Por exemplo, não faz sentido o BNDES ser um banco que financia, às vezes, a fusão de empresas que já existem. O BNDES tem que financiar inovação. À indústria que quiser inovar o BNDES dá o dinheiro. A indústria que quiser produzir coisas antigas que procure no mercado privado.

Pouca gente sabe, mas a empresa que produzia esse telefonezinho, que foi o primeiro a pegar no mundo, se não me engano, o Nokia, produzia papel higiênico, madeira. Quiseram o dinheiro para isso, mas o governo não deu. Disseram: "Vamos dar o dinheiro para que se fabrique algo novo". Aí, eles bolaram a ideia do telefone celular, que estava começando. O BNDES da Coreia só financia produtos de alta tecnologia, e nós não fazemos isso.

Finalmente, nessa ideia da bandeira da economia que tem um PIB bonito, que se distribua, que não polua, de alta tecnologia, inovando e com alta produtividade, é preciso haver um sistema nacional do conhecimento e da tecnologia.

Eu disse que não ia falar de educação, a bandeira da educação talvez seja a última neste ciclo que eu quero fazer aqui, mas ela vai entrar em todos os lugares, porque está por traz de tudo que for moderno, de tudo que for novo, de tudo que for futuro.

Um sistema nacional de ciência e tecnologia vai exigir centros de pesquisa; vai exigir o envolvimento dos empresários na inovação; vai exigir que o sistema nacional de financiamento de empreendimentos cuide da inovação; vai exigir, portanto, universidades com qualidade, convivendo com o setor privado, e não isoladas; vai exigir, portanto, um bom sistema de educação, de ensino médio na área da produção, na área técnica. Portanto, isso vai exigir um ensino médio de qualidade, um ensino fundamental de qualidade e cuidar dos cérebros, desde pequeninos, para que não apenas o *Aedes aegypti* transmita a microcefalia, mas que também não a falta de educação produza uma espécie de microcefalia.

Há duas microcefalias: a microcefalia biológica, do cérebro pequeno, e a microcefalia do cérebro grande, mas sem conhecimento em quantidade, por falta de educação. Da mesma forma que eu tenho também falta de músculos, por falta de exercícios, provavelmente, alguns têm falta de conhecimento, por falta de educação. Não sei como é que diria: "micromúsculo", temos "micromusculatura", por falta de exercícios. E existe microcefalia por falta de exercício intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pois bem, só para fechar aqui e passar a palavra.

Então, eu gostaria de usar as próximas sessões para discutir bandeiras que a gente precisa carregar. Eu comecei pela bandeira da economia, mas espero trazer aqui as outras bandeiras também, que eu penso que são fundamentais para um futuro que o Brasil precisa ter.

Terminaria aqui, Senador, mas eu passo a palavra ao Presidente, Senador Dário, que pediu a palavra, e ao Senador Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu não tive a oportunidade de ontem apartear V. Exª, que foi uma unanimidade nesta Casa. V. Exª abordou, de forma sensata, objetiva – como sempre faz – e muito inteligente, a maneira como acabou se desligando do seu ex-partido e ingressando em outro partido. Queria ter eu o dom da palavra para expressar com exatidão a grandeza que, naquele momento e neste, seu discurso representa para todos nós e para o Brasil inteiro. Entretanto, permita-me dirigir a V. Exª para dar a impressão que tenho de V. Exª. V. Exª me parece um homem simples, agradável, humilde, humano, enfim, um grande homem. E grande é aquele que enxerga o futuro respeitando as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Essa que é a grande verdade. E V. Exa reúne esses requisitos todos, o que engrandece sobremaneira o Parlamento brasileiro e, sobretudo, o Senado Federal, a Casa moderadora, a Casa mais alta do Legislativo brasileiro. Quero desejar a V. Exa paz de espírito, serenidade, equilíbrio – o que não lhe falta – para que enfrente este recomeço. E quero ainda dizer que, enquanto existirem pessoas como V. Exa, que é uma pessoa que estende a mão com prazer e com alegria, que dá um abraço apertado, que tem um sorriso no rosto, enquanto V. Exa mantiver suas ideias e seus ideais e, sobretudo, suas bandeiras, sempre haverá um tempo para recomeçar.

(Soa a campainha.)

- **O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB SC) V. Exª é um homem experiente, mas com ideias inovadoras, novíssimas, um homem por quem tenho muita admiração, depois de conviver esse período com V. Exª. Ouço seus pronunciamentos sempre que tenho oportunidade e neles tenho me inspirado, inclusive, para consolidar a minha posição de que a educação é o início, o meio e o fim, não só do Brasil, mas de todas as civilizações. Parabéns a V. Exª.
 - **O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Muito obrigado, Senador. Senador Hélio, V. Exa havia pedido um aparte.
- **O Sr. Hélio José** (Bloco Maioria/PMB DF) Senador Cristovam, faço das palavras do Senador Dário as minhas também, corroboro com tudo que S. Exª disse. Como eu já falei ontem aqui, V. Exª é um líder nosso aqui no Distrito Federal, pela inteligência, pela sabedoria, pela maneira como encaminha as questões. Deixou um legado muito grande quando foi governador desta cidade, todos se lembram. Hoje, V. Exª vem aqui para discorrer sobre as bandeiras que o levaram a este novo caminho, o que demonstra que está bem intencionado e que quer o melhor para o Brasil. As bandeiras que V. Exª aqui externou são fundamentais. Essa questão da diferença entre o PIB grande e o PIB bonito é tudo.
 - O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Muito obrigado.
- **O Sr. Hélio José** (Bloco Maioria/PMB DF) O que adianta o PIB grandão e essa confusão que nós conhecemos lá no Oriente?
 - **O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Exatamente.
- **O Sr. Hélio José** (Bloco Maioria/PMB DF) Não adianta o povo viver daquela forma. Com relação ao nosso País, se nós conseguirmos fazer um PIB bonito, como V. Exª falou, já seremos vencedores. E alcançaremos esse PIB bonito com o desenvolvimento tecnológico, como o senhor bem relatou aqui. Necessitamos de evolução tecnológica e de educação. V. Exª tem cem por cento de razão. Quero apenas fazer esta pequena intervenção. Não a fiz antes porque o discurso estava tão bom, tão concatenado, que não faria sentido algum de nós interromper, estragar o discurso de V. Exª. Então, quero parabenizá-lo e dizer que é essa linha mesmo. O senhor está de parabéns. E sucesso na nova empreitada.
 - O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT DF) Muito obrigado, Senador.

E eu quero lhe fazer um pedido e um convite: no dia em que eu vier aqui falar sobre a bandeira da energia, eu gostaria muito de ter a sua presença.

- O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PMB DF) Com certeza.
- **O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT DF) O senhor é um dos que carrega aqui a formulação de uma proposta que mude o perfil da energia no Brasil.
- Srs. Senadores, muito obrigado! Fico satisfeito de estar terminando com a presença do meu querido amigo e Líder Acir Gurgacz.
- **O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT RO) Meus cumprimentos, Senador Cristovam, pelo seu pronunciamento. E continuemos a nossa luta em favor da educação e das pessoas que mais precisam da ação do governo, sejam governos estaduais, municipais ou do Governo Federal.

A população não faz essa diferenciação, se o buraco na sua rua ou a falta de educação pública é uma responsabilidade do Município, do Estado ou da União; eles querem que haja uma ação política, e nós devemos e vamos continuar trabalhando para que possamos levar uma qualidade de vida melhor à população brasileira.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.)

- **O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT RO) Passo a palavra ao ilustre Senador Hélio José, através da Liderança do PMB.
 - O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PMB DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) Quero cumprimentar

o nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz, cumprimentar aqui também o nosso eminente Senador que me antecedeu, Senador Cristovam.

O que me traz aqui hoje é lembrar um importante evento que ocorreu esta semana aqui na gráfica do Senado comemorativo ao Dia do Gráfico e ao Dia do Repórter. Foi um importante evento organizado e coordenado pelo Sindilegis, sindicato aqui dos servidores do Senado Federal, lembrando a importância do trabalho do gráfico e do repórter.

Então, meus caros ouvintes da TV e Rádio Senado, nobres Senadores e Senadoras, senhores e senhoras, é com muita honra que compareci a um evento que o Sindilegis promoveu para comemorar o Dia do Gráfico e o Dia do Repórter. Essas são categorias de importância incomensurável, pois juntas formam a essência do que chamamos imprensa, a imprensa que nos informa, a imprensa que comunica e que deixa todo mundo bem esclarecido.

Gutemberg foi o primeiro gráfico. Sua prensa de tipo móvel revolucionou o mundo; e, que me perdoem os *geeks*, simpatizantes da tecnologia, foi uma revolução muito maior do que a deflagrada pela internet nos últimos anos.

Com certeza, o advento da gráfica foi fundamental para o registro histórico da cultura de nossos antepassados.

Sabe por quê? Porque tirou das trevas uma população absolutamente destituída de livros, lançando sobre ela a luz da palavra escrita. A Bíblia Sagrada, desde sempre o livro mais lido, foi também o primeiro livro impresso. Antes da invenção da prensa móvel, ela precisava ser copiada inteiramente à mão, geralmente por um monge. Os exemplares quase não circulavam, pois custavam uma fortuna.

Então, por isso a importância da imprensa, nobre Senador Garibaldi Alves, que é muito bem-vindo a este plenário.

Depois da revolução gráfica, os livros difundiram-se rapidamente entre os povos; primeiro, apenas os da Europa, mas logo chegaram também no Novo Mundo, onde os cristãos puderam ter o seu Livro Sagrado. Nós, no Brasil, temos algumas edições da Bíblia daqueles tempos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Isso por si só seria suficiente para que celebrássemos os gráficos todo santo dia. Mas há algumas razões para que este dia seja tão especial aqui no Senado Federal. É que a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, que nós chamamos carinhosamente de "Gráfica", é uma das entidades que melhor funcionam no Senado Federal. Produz o Diário do Senado Federal, o Diário do Congresso Nacional, a Ordem do Dia, os Avulsos, o Jornal do Senado. E por isso é absolutamente essencial para o trabalho parlamentar, nobre Presidente Senador Acir Gurgacz.

O que seria de nós se não fosse a nossa gráfica do Senado, os nossos gráficos, os nossos repórteres para reverberarem e colocarem ao público e ao Brasil tudo o que fazemos nesta Casa.

Então, esta semana em que comemoramos o Dia do Gráfico e o Dia do Repórter é essencial. Eu estive na gráfica do Senado em nome do Senado Federal, parabenizando e cumprimentando os funcionários pelo evento importante que o Sindilegis organizou.

Sem contar que ela se destaca na publicação de materiais acessíveis, como os livros em braile – saibam que a gráfica do Senado é uma das únicas gráficas do Brasil que publica livros em braile –, livros brasileiros históricos; materiais destinados a divulgar as ideias dos Senadores, entre outros, e sempre com a qualidade e a eficiência que a caracterizam desde a sua fundação.

Eu, que recentemente fiz um pronunciamento em comemoração aos 20 anos de nossa TV e Rádio Senado, não podia deixar de vir aqui para comemorar o Dia do Gráfico com os nossos eminentes profissionais da Gráfica do Senado, com o nosso Diretor de lá, que é uma pessoa fantástica, que tem feito um trabalho maravilhoso. Eu fiz questão de fazer este pronunciamento.

É claro que nada disso seria possível se não fosse o trabalho diligente dessa importante massa crítica que constitui o pessoal gráfico do Senado Federal, a quem nós, Senadores e cidadãos, devemos todos os agradecimentos possíveis.

Para V. Exa ter uma ideia, nobre Senador Acir Gurgacz, são mais de 2 milhões de exemplares da Constituição que a nossa Gráfica do Senado já fez, nobre Senador Garibaldi, e que já distribuiu – tudo aqui da nossa gráfica do Senado, mais de 2 milhões de exemplares da Constituição brasileira.

Senhoras e senhores, o mesmo pode ser dito a respeito do Dia do Repórter: o trabalho do repórter constitui a essência da imprensa. O repórter é jornalista, mas não é qualquer jornalista: é o jornalista que vai a campo, que apura os fatos, que dá a cara a tapa.

Nós vimos os repórteres – essa semana, quem assistiu ao Fantástico – no meio do terremoto. Então o repórter está onde está acontecendo a questão.

Muitas vezes, literalmente, o que, ao tempo em que diz muito sobre a incivilidade de alguns – porque

alguns até põem em risco sua própria vida –, diz muito mais sobre a coragem e o valor desses profissionais, indomáveis combatentes do jornalismo, que são os nossos repórteres.

O jornalismo brasileiro já teve inúmeros triunfos, afirmando-se como parceiro da sociedade; e isso obviamente é produto do trabalho dos repórteres. Mas eu queria aproveitar esse evento que aconteceu no Sindilegis para homenagear os repórteres que trabalham aqui, no Senado Federal.

O trabalho deles no Jornal do Senado, obviamente, é imprescindível para a minha atividade parlamentar. Mas não é só por isso que eu gostaria de congratulá-los hoje. É também por causa do trabalho excepcional de jornalismo que eles fazem em publicações como as revistas *Em Discussão*, *Especial Cidadania*, entre outras publicações tão importantes que são feitas.

Muitas vezes, esses trabalhos, por serem feitos por órgão público, ficam distantes dos holofotes da grande mídia. Mas nem por isso deixam de ter sua qualidade e sua independência reconhecidas; pelo contrário, com muita justiça, reportagens feitas pelos profissionais aqui do Senado Federal sempre figuram entre os finalistas dos maiores prêmios nacionais de jornalismo.

Senhoras e senhores, não surpreende que o Dia do Gráfico e o Dia do Repórter se comemorem na mesma semana. São categorias que desempenham funções sociais afins. Gráficos e repórteres fazem a imprensa, e a imprensa faz a consciência de um povo. Nada mais, nada menos.

Então, para concluir, eu gostaria de agradecer fortemente ao Sr. Petrus Elesbão e ao pessoal do Sindilegis por terem organizado e me convidado para participar de um importante evento, que ocorreu na Gráfica do Senado Federal, em comemoração ao Dia do Gráfico e ao Dia do Repórter.

Fiz questão de comparecer, porque sei que a sociedade valoriza muito o trabalho dos gráficos e repórteres do Senado Federal. E eu, como representante social, não poderia deixar de prestar essa importante homenagem.

Muito obrigado. Agradeço ao nobre Senador Acir Gurgacz.

Com muita alegria pronunciei essas pequenas palavras, porque é imenso esse trabalho que os nossos repórteres e gráficos fazem; foi para reforçar o trabalho digno que eles fazem aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Hélio José.

Peço a gentileza de, se puder, assumir os trabalhos, para que eu possa fazer um breve pronunciamento.

(O Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Passo a palavra ao nobre Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da Rádio Senado e da TV Senado, antes de entrar no tema que escolhi para falar nesta tarde, quero cumprimentar o Senador Roberto Requião pelo pronunciamento que fez há alguns instantes.

Eu não tive a oportunidade de estar aqui para fazer um aparte, mas quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e posicionamento com relação à Petrobras. O petróleo é brasileiro, é nosso, e nós não vamos deixar que ninguém tire isso do povo brasileiro. É uma questão de brasilidade.

Quero cumprimentar mais uma vez o Senador e dizer que nós estaremos juntos na semana que vem para defender aquilo que é nosso, aquilo que é da população brasileira, que é do povo brasileiro, principalmente o petróleo brasileiro. Essa é uma questão já discutida, debatida também dentro do PDT, onde fechamos questão, ou seja, nós não vamos abrir mão de que essa riqueza tenha que ser da população brasileira. Então, contem também com o nosso apoio nessa questão.

Saúdo também o nosso ex-Ministro Manoel Dias, que é o Presidente da ULB, a nossa Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini, que hoje fez uma reunião, na sede do Partido, o PDT, com os presidentes da ULB de todos os Estados, para fazer uma reorganização da nossa Fundação, para que nós possamos tê-la à disposição não só dos pedetistas, mas também de toda a população do nosso País. A ULB é importante para o nosso Partido, é importante para a organização partidária. Tivemos participantes de todos os Estados brasileiros. Essa organização política é muito importante para o futuro do nosso País. Nós dependemos dos partidos e queremos ter o nosso Partido cada vez mais organizado, cada vez mais firme em defesa da população brasileira. Mas para isso nós queremos ouvir sempre, como fez hoje o nosso ex-Ministro e Presidente da ULB ideias, sugestões para reorganizar a nossa Fundação, ouvir pessoas de todos os Estados da Federação. É assim que se faz política partidária e se fortalece um partido. Portanto, meus cumprimentos ao nosso grande Líder Manoel Dias.

Hoje estivemos reunidos com a Presidente Nacional do Ibama, a Marilene Ramos, junto com a Senadora

Sandra Braga, junto com a Senadora do PCdoB, Vanessa Grazziotin, para discutirmos e debatermos a manutenção da BR-319, uma BR importante para a integração da Amazônia, importante para o Estado do Amazonas, para o Estado de Rondônia. Já debatemos isso por várias vezes aqui no plenário. Fizemos audiências públicas, diligências, duas já na BR-319, com a presença do Senador Valdir Raupp também, de deputados estaduais de Rondônia, de deputados estaduais do Amazonas.

Tivemos uma grande audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, com a presença de todos os Deputados Estaduais, com o Diretor Geral do DNIT, para que nós pudéssemos reabrir essa BR, que é importante para todos nós. Estamos dependendo agora, mais uma vez, de uma licença ambiental, que foi designada ao Estado do Amazonas, para que o Ipaam desse essa licença para a manutenção da BR-319. Infelizmente, o Ipaam não se pronunciou, não se posiciona com relação à autorização para a sua manutenção.

Nós voltamos ao Ibama, porque é uma responsabilidade dele, de fato, a autorização para a manutenção dessa BR-319. Inicialmente, nós queremos a sua manutenção, que precisa ser continuada, pois já está contratada, as máquinas estão ao longo da BR-319, mas está paralisada neste momento. Nós precisamos dessa autorização. Os técnicos do Ibama, junto com a Presidente Marilene Ramos, mostraram muito interesse em dar essa liberação, uma liberação controlada, limitada, com cuidado em relação ao meio ambiente. Nós concordamos com isso. A equipe do Ibama nos coloca que, no mais tardar, em duas, três semanas, essa licença já estará à disposição do DNIT, que já tem o contrato da execução dessa manutenção.

Assim, as empresas poderão dar continuidade a essa obra tão importante para toda a Amazônia, para o País, mas principalmente para o nosso Estado de Rondônia, em especial para as pessoas que moram em Porto Velho, que estão no início, na ponta da BR-319, e têm uma ligação muito forte com a cidade de Manaus e com o Estado do Amazonas. E a economia de Porto Velho tem também uma ligação forte com a cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Então, nós esperamos que isso aconteça nesse mês próximo de março.

Também combinamos com a Presidente do Ibama, com a Senadora Vanessa e com a Senadora Sandra uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura, para debatermos junto com o Ibama, com o DNIT e com os nossos pares Senadores que tipo de rodovia nós queremos que seja construída entre Porto Velho e Manaus. Só a manutenção não nos dá a segurança de trânsito, de qualidade de trafegabilidade entre as duas capitais. Portanto, vamos debater esse tema.

- O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB DF) Nobre Senador Acir...
- O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT RO) Pois não, Senador Hélio.
- **O SR. PRESIDENTE** (Hélio José. Bloco Maioria/PMB DF) O senhor tem plena razão. Hoje o transporte é um direito social e a gente precisa ter condição de melhor realizá-lo. Então, esse pleito colocado pelo senhor, pela Vanessa e pela Sandra, nossas Senadoras nesta Casa, é muito justo e precisa ser realizado. Aqui em Brasília, por exemplo, nós temos uma dificuldade em uma saída da BR-080 que vai para Brazlândia e para uma cidade chamada Padre Bernardo, que fica aqui no Estado de Goiás, em que há acidentes gravíssimos. Essa BR até agora não foi duplicada, é a única saída de Brasília que não é duplicada. Precisamos realmente ter estradas de qualidade, para que o trânsito flua de acordo com a necessidade do nosso povo. Lá é uma simples BR que nem é duplicada, nós precisamos acabar de fazê-la para dar vazão à nossa produção, para dar condição para aquele povo poder acessar melhor as possibilidades de uma vida mais moderna e melhor.

Então, quero parabenizá-lo, dizer que o senhor está com toda a razão e que conta com o nosso apoio integral nesta Casa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Hélio José, pelo seu aparte.

Nós queremos não apenas a reabertura da BR-319, mas a sua reconstrução, que ela aconteça com todo o cuidado ecológico. Nós queremos uma estrada parque, então, vamos fazê-la, vamos cuidar do "meião", vamos cuidar da reserva, vamos cuidar da nossa mata da Amazônia. Para isso, nós queremos ouvir os nossos pares, ouvir o Ministério do Meio Ambiente, através do Ibama, ouvir qual é a opinião do DNIT, para que possamos definitivamente achar o modelo que atende à população do nosso Estado de Rondônia e a todos os brasileiros, para cuidar da reserva da Floresta Amazônica.

Nós não queremos desmatamento, nós não queremos o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia; nós queremos que o desmatamento ilegal acabe. A reabertura da estrada ou a construção de uma estrada, com mais confiança, com mais segurança na BR-319, vai facilitar aos órgãos de fiscalização e ao Ibama verificar o desmatamento ilegal. Mas, para isso, nós temos que dar condições para que os fiscais possam chegar até esses possíveis focos de desmatamento ilegal ou de ocupação ilegal da área que deve ser preservada.

Então, esse debate tem que acontecer. No mesmo momento em que o Ibama dá autorização para fazer a manutenção, nós queremos discutir que modelo de rodovia queremos construir, que nos dê trafegabilidade

com segurança e também segurança para cuidarmos do meio ambiente, da nossa reserva amazônica.

Outro tema que eu abordo, Sr. Presidente, é que, nessa quarta-feira, nós nos reunimos com empresários e representantes do governo da China, juntamente com Parlamentares de Rondônia, do Acre, do Mato Grosso, também com o Vice-Governador do Mato Grosso, o Vice-Governador Daniel Pereira, de Rondônia, e a Vice-Governadora do Acre, para debatermos a Ferrovia Bioceânica.

Há um interesse muito grande de todos nós brasileiros, é evidente, na construção dessa ferrovia, principalmente para nós de Rondônia, para aqueles que moram no Estado do Acre e no Estado do Mato Grosso. Essa ferrovia é da maior importância, até porque a nossa BR-364 já não suporta mais tanto tráfego de caminhões pesados. Isso está, evidentemente, atrapalhando muito a vida da população que transita, a passeio e a trabalho, misturando automóveis, caminhões e ônibus – uma quantidade de caminhões muito grande. É bom porque é a produção do Estado de Rondônia, do Estado do Amazonas, do Estado do Mato Grosso que está sendo exportada, isso é muito importante; agora, nós temos que dar condições de infraestrutura, para que nós possamos aumentar ainda mais a produção de grãos nesses Estados já citados. Então, a construção dessa ferrovia é da maior importância para todos nós.

Já tivemos um acordo trilateral assinado entre Brasil, Peru e China, para que se viabilize essa obra tão importante. Vai ajudar o Brasil, o Peru, todos os países asiáticos, e nós precisamos dessa ligação. Nós temos que mudar o foco de exportação, mudar o embarque de exportação, que hoje, no Brasil, em sua maioria, acontece através dos portos do sul do País: temos que utilizar também o Arco Norte. Através dessa ferrovia, nós vamos mudar todo o mapa de exportação não só aos países da Ásia, mas a alguns países da América Latina também, como é o caso do Chile, para quem está lá em cima, para quem está em Rondônia, para quem está no Amazonas, para quem está no Acre e no Mato Grosso. Será muito mais perto exportar por essa ferrovia do Pacífico do que descer por rodovia até os países vizinhos na América Latina.

Foi uma reunião muito importante. Tivemos a participação de três vice-governadores, dois vice-governadores e uma vice-governadora, do Embaixador da China e de vários empresários também, que cobram do Governo brasileiro mais agilidade no processo de concessão ou definição. No meu entendimento, já está feita a definição, é através de concessão. Consórcios brasileiros com participação de empresas brasileiras e internacionais que queiram participar – e poderão participar –, mas ainda não está, como se diz na gíria, "na rua" esse processo licitatório ou processo de leilão. Não sei qual é o sistema, mas nos cobram mais agilidade e menos burocracia do Governo brasileiro.

Houve o convite aos Governos de três Estados, Mato Grosso, Rondônia e Acre, para colaborar junto ao Governo Federal na desburocratização ou definição do modelo, para que se coloque na praça esse consórcio e a gente possa ver esse sonho se tornar uma realidade. Uma obra importantíssima para o Brasil, uma obra importante para a América Latina. Entendo que nós vamos engrandecer muito o nosso País com a construção dessa ferrovia.

Agradeço a vinda do nosso Vice-Governador Daniel Pereira, de Rondônia, da nossa Vice-Governadora do Acre e também do Vice-Governador Fávaro, de Mato Grosso, representando os Governadores Pedro Taques, Confúcio Moura e Tião Viana. Eles estiveram debatendo esses temas e colocando os três Estados à disposição não somente do Governo Federal, mas também dos governos do Peru e da China, para que possamos colaborar para que essa obra possa ser construída o mais rápido possível.

São os registros que faço, agradecendo a permanência de V. Exª para que eu pudesse fazer esses pequenos, mas importantes registros para o nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Quero congratular-me com o nosso nobre Senador Acir Gurgacz pela importância do pronunciamento.

Eu sou um analista de infraestrutura e sei do que o senhor está falando, como engenheiro que sou. É fundamental, realmente, desengarrafar, destravar essas obras que estão nos nossos 15 ministérios de infraestrutura nacional. Por isso, sou um defensor ferrenho de resolver a crise por que passa a carreira de analista de infraestrutura, que é a carreira responsável, em todos os ministérios, por essa área de infraestrutura, inclusive pelas estradas, como V. Exª está aqui relacionando.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Se não tivermos bons projetos, Senador Helio José, nós não teremos boas obras. E não há obra sem projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não há.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Portanto, nós precisamos dessa categoria. Essa categoria é da maior importância para todos nós. Não podemos construir nem um barracão sem projeto, nem uma ferrovia tão importante como essa Ferrovia Bioceânica sem projeto. A importância do projeto está em

todas as obras. O projeto significa eficiência e economia. Essa é a grande importância de bons projetos, como V. Exa coloca muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PMB - DF) – Com certeza, nobre Senador. Eu quero novamente parabenizá-lo por tudo. Conte com a gente.

Em nome da Mesa, vamos fazer um relato do nosso nobre Senador Reguffe.

Ofício nº 1, de 2016.

Ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

Assunto: Desfiliação partidária.

Comunico a minha desfiliação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e informo que estou neste momento sem filiação partidária.

Atenciosamente,

Reguffe.

Senador da República. (Vide item 1.2.1.2 do sumário)

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada esta sessão. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 43 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazos

Os Projetos de Lei da Câmara nºs 157 e 163, de 2015, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 28, de 2016, da CAS, concluindo contrariamente ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2015.

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

Comunicação



SENADO FEDERAL Gabinete do Senador Reguffe



Oficio n.º 001/2016

Ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

Assunto: Desfiliação partidária

Comunico minha desfiliação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e informo que estou nesse momento sem filiação partidária.

Atenciosamente,

Senador da República

Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores

A Presidência do Senado Federal recebeu o Ofício nº 31, de 7 de julho de 2015, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento de Informações nº 622, de 2015, de autoria do Senador Romário.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Pareceres



SENADO FEDERAL PARECER N° 23, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 127, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador José Pimentel, que "altera o art. 109 da Constituição Federal, para dispor sobre a competência da justiça federal para o julgamento de ações decorrentes de acidentes de trabalho em que a União, entidades autárquicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista federal forem interessadas".

RELATOR: Senador JOSÉ MARANHÃO

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 127, de 2015, de autoria do Senador José Pimentel e outros 28 signatários, que visa à alteração do art. 109 da Carta Magna, a fim de (1) incluir na competência dos juízes federais (a) as causas de acidentes de trabalho, bem como (b) as causas em que sociedades de economia mista federais sejam interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, salvo as de falência. Além disso, (2) pretende-se desconstitucionalizar a autorização para delegação de competência, da Justiça Federal para a Estadual, nas causas em que sejam parte instituição de previdência social e segurado e em que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, mantendo tal regra em nível infraconstitucional, como já é hoje para os demais casos dessa espécie de delegação.

O **art. 1º** encarta a essência da PEC nº 127, de 2015, ao alvitrar, para o inciso I e o § 3º do mencionado art. 109 da Constituição Federal (CF), alterações condizentes com as finalidades da proposição.

O art. 2º encerra a cláusula de vigência imediata da proposta.

Na justificação, é lembrado que "o infortúnio laboral pode gerar, a um só tempo, a responsabilidade civil do empregador, na existência de dolo ou culpa, e a concessão de benefícios ou serviços pelo [Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)] em favor do segurado ou de seus dependentes, em decorrência da relação previdenciária. No primeiro caso, eventual discussão judicial competiria à Justiça do Trabalho (art. 114, VI, CF), já que a demanda resulta de típica controvérsia entre empregado e empregador. A segunda situação, por outro lado, estaria, segundo regras atuais, sob a competência da Justiça Estadual".

Ocorre que, desde a promulgação da Carta Magna vigente – sobretudo, com a edição das Leis nº 8.212, 24 de julho de 1991 (que *Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências*), nº 8.213, também de 24 de julho de 1991 (que *Dispõe sobre os Planos de Beneficios da Previdência Social e dá outras providências*), e nº 9.032, de 28 de abril de 1995 (que *Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências*) –, estar-se-ia revelando a tendência do legislador pátrio à unificação do campo acidentário com o previdenciário *stricto sensu* e, por conseguinte, à extinção das distinções entre os chamados "benefícios acidentários" e "benefícios previdenciários".

Não a esmo, uma das alterações cogitadas na PEC em análise para o inciso I do art. 109 tornará possível precisamente o deslocamento, para a Justiça Federal, das ações acidentárias trabalhistas movidas em face do INSS, que é uma entidade autárquica federal. Com isso, centralizar-se-ão na Justiça Federal todas as demandas concernentes à concessão ou revisão de benefícios previdenciários, o que deverá implicar maior celeridade na tramitação dessas causas e maior efetividade à pretensão do segurado.

A segunda alteração, igualmente inserta no inciso I do art. 109, visa atrair para a competência da Justiça Federal as causas em que sociedades de economia mista federais figurem como autoras, rés, assistentes ou oponentes, salvo as ações de falência. Essa alteração seria necessária porque, hoje, a União, titular que é do controle das sociedades de economia mista, estaria sujeita a entendimentos adotados por cada um dos tribunais de justiça estaduais, eventualmente discrepantes entre si, visto que "são atraídas para a competência estadual demandas e temas cuja tipicidade está associada à Justiça Federal: mandados de segurança impetrados contra dirigentes de ente federal, ação popular e ação civil pública, em especial no que toca às questões de improbidade administrativa, meio ambiente e defesa do consumidor".

Ademais, "da mesma forma que na empresa pública, a sociedade de economia mista se dedica ao exercício de atividade econômica ou prestação de serviços públicos", o que evidenciaria a presunção de interesse da União nas causas judiciais de que tais entidades participem. Tal presunção poderia ser depreendida também da Súmula nº 517, do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual o interesse da União expresso em causas que envolvam sociedades de economia mista pode ter o condão de deslocar o foro para a Justiça Federal.

A terceira e última alteração dirige-se ao § 3º do art. 109 e pretende "desconstitucionalizar o detalhamento da regra de delegação de competência e das hipóteses de autorização para processamento e julgamento de causas previdenciárias pela Justiça Estadual, quando a comarca não sedia vara do Juízo Federal". Assim, pela proposta, ficaria a cargo da legislação infraconstitucional o detalhamento das hipóteses e dos critérios em que se dará essa delegação.

Consoante a justificação, a redação vigente da Constituição estaria a limitar e engessar a evolução no tratamento da questão. A almejada alteração permitirá, então, por exemplo, "que lei ordinária ajuste a competência jurisdicional delegada da Justiça Estadual simultaneamente à interiorização da Justiça Federal. Ou seja, a lei poderá estabelecer critérios que modularão essa competência conforme a Justiça Federal vá se enraizando pelo território nacional, sem necessidade de alteração da Constituição Federal a cada passo dado pela Justiça Federal rumo ao interior do País".

Não foram apresentadas emendas à PEC nº 127, de 2015.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão o exame das proposições quanto à sua admissibilidade e mérito, a teor do art. 356 do Regimento Interno do Senado federal.

Verifica-se, nesse sentido, que a PEC nº 127, de 2015, preenche com sobra o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, ultrapassando o número mínimo de subscritores, porquanto conta com a assinatura de 29 Senadores. Igualmente, são observadas as limitações temporais ao Poder de Reforma Constitucional, fixadas pelos §§ 1º e 5º do art. 60 da Lei Maior, bem como as limitações materiais incrustadas no § 4º do mesmo artigo.

Quanto ao mérito, é elogiável a iniciativa, pois busca reorganizar as regras para a delegação de competência da Justiça Federal para a chamada Justiça comum em face dos aspectos fáticos hodiernos enfrentados por cada uma das jurisdições e exaustivamente descritos na exposição de motivos da proposição.

Entretanto, para guardar melhor consonância com esse desiderato, a PEC nº 127, de 2015, necessita de ajustes que a aperfeiçoem tecnicamente e a harmonizem com as exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (que *Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*).

Caso se queira atrair para a competência da Justiça Federal as causas acidentárias trabalhistas em que o INSS figure como parte, basta suprimir da Constituição a exceção que se faz, na vigente parte final do inciso I do art. 109, a essa espécie de ação judicial, sendo, assim, absolutamente dispensável a expressão "inclusive nas decorrentes de acidentes de trabalho", que a proposição em tela cogita e que caracterizaria, ao cabo de contas, a perpetuação, no Texto Constitucional, de uma referência oblíqua e tecnicamente errônea precisamente ao trecho que ora se pretende revogar.

Finalmente, em atendimento ao art. 7°, *caput*, da Lei Complementar n° 95, de 1998, deve-se discriminar de modo mais preciso na ementa da PEC n° 127, de 2015, o objeto da lei porventura resultante do projeto.

III – VOTO

Assim, opinamos pela **aprovação** da Proposta de Emenda à Constituição nº 127, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1- CCJ

Dê-se a seguinte redação à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 127, de 2015:

"Altera o art. 109 da Constituição Federal, para incluir na competência dos juízos federais as causas de acidente de trabalho em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas, bem como as causas em que sociedades de economia mista federais forem interessadas, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho,

e para desconstitucionalizar a autorização para delegação de competência, da Justiça Federal para a Estadual, nas causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado e que tramitem em comarca que não seja sede de vara do juízo federal."

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 127, de 2015:

"**Art. 1º** O art. 109 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 109.
I – as causas em que a União, entidade autárquica federal empresa pública federal ou sociedade de economia mista federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
§ 3º As causas de competência da Justiça Federal poderão ser processadas e julgadas na justiça estadual, nos termos da lei, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2016.

Senador VALDIR RAUPP, Presidente

Senador JOSÉ MARANHÃO, Relator

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CCJ, 17/02/2016 às 10h - 1ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTES	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	
RICARDO FERRAÇO		3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)			
TITULARES		SUPLENTES	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	
JOSÉ SERRA		4. RICARDO FRANCO	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTES	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CCJ, 17/02/2016 às 10h - 1ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

SANDRA BRAGA



SENADO FEDERAL PARECER N° 24, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2012, de iniciativa das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação, que *altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal*.

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 47, de 2012, que altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal, foi apresentada, nos termos do inciso III do art. 60 da Carta Magna, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e pelas Assembleias Legislativas dos seguintes Estados: Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

A PEC modifica a repartição de competências legislativas entre a União e as Unidades da Federação. Nos termos da justificação, as autoras aduzem que, "no concerto entre os entes federativos, verifica-se a premente necessidade de ampliação do campo de atuação institucional dos Estados, os quais se veem como que 'comprimidos' entre a União e os Municípios".

Com base nessa premissa, a proposição, em primeiro lugar, reduz o escopo de matérias legisladas privativamente pela União, previstas no art. 22 da Constituição Federal (CF), e amplia a competência legislativa concorrente da União com os Estados e o Distrito Federal, disposta no art. 24 da Lei Maior. Ou seja, nesses temas, a União passará a editar apenas normas gerais, suplementadas por normas específicas editadas por cada uma das Unidades da Federação.

Assim, as seguintes matérias passariam a ser legisladas concorrentemente: direito processual, assistência social, licitação e contratação para a administração pública, propaganda comercial, trânsito e transporte, e direito agrário.

Ademais, a PEC insere novo § 2º no art. 24 da Lei Maior para determinar que as normas gerais das matérias tratadas naquele artigo e, portanto, de competência da União, versam apenas sobre princípios, diretrizes e institutos jurídicos. Por conseguinte, a proposição renumera os parágrafos subsequentes do art. 24.

A PEC nº 47, de 2012, também acresce ao art. 61 um parágrafo que prevê a possibilidade de a maioria dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional apresentar projeto de lei de iniciativa privativa do Presidente da República, exceto quanto a: criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; e matérias orçamentárias.

Demais disso, a PEC modifica o § 3º do art. 220 da Constituição, para eliminar a restrição de que apenas lei federal disponha sobre as matérias enumeradas no referido parágrafo, quais sejam: regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada; e estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. Segundo a justificação da proposta, essa alteração decorreria da nova competência para legislar sobre propaganda comercial.

Por fim, a proposição traz modificações que, supostamente, restringem-se à técnica legislativa do texto constitucional. São elas: acréscimo de menções ao Distrito Federal nos parágrafos do art. 24; revogação do inciso XXIV do art. 22 da Constituição, referente a diretrizes e bases da educação nacional; e remanejamento da matéria prevista no inciso XXVII do art. 22, referente a normas gerais de licitação e contratação, para o art. 24 da Lei Maior.

A proposição recebeu, no âmbito desta Comissão, a Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que propõe a supressão na PEC nº 47 de 2012, do seu art. 1º e a alteração proposta ao inciso XI do art. 24 da Constituição na forma do seu art. 3º.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cumpre a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) emitir parecer sobre propostas de emenda à Constituição.

No que tange à iniciativa, não vislumbramos vícios na proposição em exame. A PEC foi apresentada nos termos do inciso III do art. 60 da CF. Sua tramitação iniciou-se por esta Casa, segundo determina o art. 212, II, do RISF.

A proposição atende, também, às exigências de juridicidade, já que propõe inovação genérica e eficaz ao ordenamento jurídico, por meio do instrumento legislativo adequado – proposta de emenda à Constituição.

Quanto à constitucionalidade material, todavia, entendemos que o § 2º inserido no art. 61 viola a cláusula pétrea da separação dos Poderes, insculpida no art. 60, § 4º, inciso III, da Lei Maior, pelas razões a seguir expostas.

O constituinte originário estabeleceu um rol de matérias de iniciativa reservada de cada um dos Poderes, do Procurador-Geral da República e do Tribunal de Contas da União. No caso das matérias de iniciativa reservada do Presidente da República, o rol do § 1º do art. 60 elenca aquelas sobre as quais predomina o interesse do Chefe do Executivo na administração daquele Poder.

Sobre isso, devemos recordar que apenas as matérias elencadas na alínea "c" do inciso II do referido § 1º do art. 61 têm o condão de influir na administração dos demais Poderes da República. Trata-se de matérias afetas ao regime jurídico dos servidores públicos da União e Territórios, que é único.

Não obstante, permitir que o Congresso Nacional inicie as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República representa violação de prerrogativa daquela autoridade prevista originariamente na Constituição, qual seja, a de decidir sobre a oportunidade e conveniência de deflagrar o processo legislativo de normas regentes da Administração Pública

Quanto às demais disposições da PEC, não vislumbramos qualquer mácula de inconstitucionalidade material.

No tocante ao mérito das demais modificações propostas, teceremos algumas breves considerações. Oportuno frisar que, de fato, a competência legislativa estadual merece ser repensada. Entretanto, é preciso reflexão cuidadosa sobre as matérias que passarão a ser objeto de condomínio legislativo entre União, Estados e Distrito Federal.

Atualmente, a competência da União para editar normas gerais, em interpretação mais ampla, destina-se a promover a regulação uniforme, no território nacional, de determinadas matérias, seja pela necessidade de se resguardarem valores constitucionais relacionados à segurança jurídica e ao equilíbrio federativo, seja pela simples inexistência de situações de fato peculiares em nível estadual que justifiquem a regulação jurídica diversificada.

Considerando a dificuldade de estabelecer solução apriorística para indicar quais normas seriam consideradas gerais ou específicas, registramos um alerta. Sendo determinada matéria remanejada do art. 22 da Constituição (competência legislativa privativa da União) para o art. 24 da Lei Maior, não é possível antecipar com segurança quais de seus aspectos poderão ser regulados pelos Estados e pelo Distrito Federal. Os limites serão traçados pela literatura jurídica e pela jurisprudência.

Diante disso, acreditamos que a nova redação do art. 24, § 2°, da Constituição, nos termos propostos pela PEC n° 47, de 2012, traz para a Constituição um parâmetro a ser adotado em matéria sobre a qual a doutrina e o Supremo Tribunal Federal vêm se debruçando desde o regime constitucional anterior a 1988. O texto proposto pelas autoras da PEC n° 47, de 2012, ademais, confere maior alcance à legislação estadual.

A Emenda nº 1-CCJ, apresentada pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, assevera a importância do caráter nacional da legislação processual, principalmente com relação a discrepâncias legislativas que poderiam advir das incongruências entre o Direito Substantivo e o Direito Processual, caso esta última competência fosse transferida aos Estados.

De fato, assiste razão ao nobre colega, vez que transferir a mencionada competência para os Estados pode não trazer os benefícios pretendidos pelos autores da proposição, razão pela qual acatamos integralmente a Emenda nº 1-CCJ.

No que diz respeito a *direito agrário*, as normas atinentes à ocupação da terra possuem repercussões em relação à proteção do meio ambiente. A matéria ambiental, por sua vez, já é objeto de condomínio legislativo entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, inciso VI, da CF/88). Entretanto, a ideia legislar sobre *direito agrário* não pode ser confundida com o estabelecimento de políticas públicas a serem estabelecidas na seara agrícola.

Por essa razão, sugerirmos fixar *política agrícola* como competência concorrente, para que os Estados possam estabelecer suas prioridades nesse âmbito.

Em matéria de *trânsito e transporte*, a possibilidade de entes subnacionais regularem pormenores da matéria removerá os óbices atualmente encontrados para regulamentação de serviços adequados às condições econômicas, geográficas e sociais de cada região do país.

Em relação à *propaganda comercial*, lembramos que matéria correlata, qual seja, produção e consumo, é objeto de competência legislativa concorrente, nos termos do art. 24, V, da Constituição. No entanto, boa parte da propaganda comercial no Brasil se utiliza de meios de comunicação de massa de alcance nacional. A existência de peculiaridades em cada unidade da federação inviabilizaria a publicidade de âmbito nacional.

Já a modificação proposta no § 3º do art. 220 não se mostra necessária. As matérias ali tratadas são mais bem dispostas em legislação uniforme em todo o território nacional. Desse modo, entendemos que seja mais adequada a sua regulação por lei federal, como atualmente ocorre.

Quanto à assistência social, existem matérias afetas já enumeradas no rol das competências concorrentes do art. 24 do texto constitucional, quais sejam: proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (inciso XIV); proteção à infância e à juventude (inciso XV).

Diante disso, a PEC em comento é meritória ao transferir para os Estados e o Distrito Federal a legislação suplementar sobre assistência social. Importante notar que, atualmente, matéria de seguridade social, que abrange as ações na área de assistência social, insere-se na competência legislativa privativa da União, diante do estatui o art. 22, XXIII, da Lei Maior.

Passaremos agora às modificações trazidas pela proposição voltadas a, supostamente, aprimorar a técnica legislativa do texto constitucional.

A PEC em exame promove o remanejamento para o art. 24 Carta, da matéria atualmente prevista no inciso XXVII do art. 22, que trata de *normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades*. Uma vez no art. 24, por pressuposto, as normas gerais sobre licitação serão legisladas pelo ente central, e seus pormenores, por cada um dos demais.

De fato, as demais matérias contidas no art. 22 são aquelas legisladas integralmente pela União, não apenas quanto a normas gerais. Tanto que, por força do parágrafo único do mencionado art. 22, o poder central pode autorizar os Estados a legislarem sobre questões específicas daqueles assuntos. Por outro lado, é o art. 24 que enumera, por excelência, temas que são objeto de condomínio legislativo entre União e Unidades da Federação. Não faria sentido, portanto, atribuir competência legislativa privativa para legislar sobre "normas gerais", quando existe o mecanismo da competência legislativa concorrente.

Por oportuno, observamos que essa inadequação de técnica legislativa ocorre também no inciso XXI do art. 22 (normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares). Tal matéria não foi objeto da PEC em exame, mas deveria ser transferida para o art. 24, do

mesmo modo que a proposição tratou a disciplina de licitações e contratos da Administração Pública.

Sublinhamos que o remanejamento para o art. 24, contudo, possui outras implicações. Uma vez que a matéria seja legislada concorrentemente, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, na inexistência de lei federal sobre normas gerais, conforme determina o § 3º do mencionado art. 24. Essa modificação, portanto, inevitavelmente conduzirá Unidades da Federação a editarem normas gerais sobre determinados temas, alegando omissão da União.

A despeito disso, entendemos que são pertinentes as alterações propostas pela PEC nos incisos XI e XXVII do art. 22 da Lei Maior. Adicionalmente, entendemos que modificação análoga deveria ser estendida para o inciso XXI do art. 22.

Finalmente, entendemos desnecessária e inadequada a inclusão do Distrito Federal nos parágrafos do art. 24 da Constituição Federal. Há, no texto constitucional, outras disposições que se referem apenas aos Estados, mas cuja melhor exegese é de que também se estendem ao Distrito Federal, como, por exemplo, os arts. 22, parágrafo único; 27, § 4°; 155, § 2°, inciso V, alínea "b"; e 155, § 2°, inciso X, alínea "b".

Mais ainda, a inclusão daquele ente da federação nos parágrafos do art. 24 pode conduzir, no futuro, a interpretações errôneas de dispositivos que tratam dos Estados, mas que não fazem menção ao Distrito Federal.

III – VOTO

Nesse sentido, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação regimental da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2012 e da Emenda nº 1-CCJ, e votamos, quanto ao mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2012 e da Emenda nº 1-CCJ, nos termos do substitutivo a seguir:

EMENDA N° 2-CCJ (SUBSTITUTIVO) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 47 (SUBSTITUTIVO), DE 2012

Altera os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para ampliar a competência legislativa estadual.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 24 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24.
XII – previdência social, assistência social, proteção e defesa da saúde;
XVII – organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;
XVIII – licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública direta, autárquica e fundacional, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1°, III;
XIX – trânsito e transporte;
XX – política agrícola
" (NR)
2º O art. 24 da Constituição Federal passa a vigorar inte § 2º, renumerando-se os atuais §§ 2º, 3º e 4º como §§ tivamente:
"Art. 24.

§	2°	As	normas	gerais	versam	sobre	princípios,	diretrizes	е
instituto	os ji	uríd	icos.						
								" (NR)	

Art. 3º Ficam revogados os incisos XI, XXI, e XXVII do art. 22 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador ANTONIO ANASTASIA, Relator

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CCJ, 17/02/2016 às 10h - 1ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)				
TITU	LARES	SUPLENT	ES	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS		
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	4. ANGELA PORTELA	PRESENTE	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA		
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL		
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTES	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	PRESENTE
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	
RICARDO FERRAÇO		3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)				
TITULARES		SUPLENTES		
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE	
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA		
JOSÉ SERRA		4. RICARDO FRANCO		
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE		

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)				
TITULARES SUPLENTES				
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE		
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE	

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CCJ, 17/02/2016 às 10h - 1ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)				
TITULARES SUPLENTES				
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA		
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE	
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE	

Não Membros Presentes

SANDRA BRAGA



SENADO FEDERAL PARECER N° 25, DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2015 (nº 6.221/2013, na Casa de origem), que denomina Viaduto Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Relator: Senador ALVARO DIAS

Relatora ad hoc: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 157, de 2015 (Projeto de Lei nº 6.221, de 2013, na Casa de origem), de autoria do Deputado Edmar Arruda, que propõe seja denominado Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção o viaduto construído na rodovia BR-376, no km 183,7, cruzamento com a Avenida Colombo, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

A proposição consta de dois artigos: o art. 1º estabelece a referida homenagem, enquanto o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria alega que, pelo grande trabalho social que deixou, Dona Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção é um exemplo de vida para todos os maringaenses.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.221, de 2013, foi aprovado pelas Comissões de Viação e Transporte (CVT); de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 157, de 2015, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise da CE a matéria segue para a decisão do Plenário. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Como bem afirma o autor da matéria, Dona Elizete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção sempre foi uma pessoa muito ativa na área social, atuando como voluntária, dando seu apoio, e recursos financeiros aos mais necessitados, visitando doentes em hospitais e nas suas casas. Dedicou sua vida pessoal ao atendimento das necessidades das pessoas.

Faleceu de forma trágica, muito chocante para toda a sociedade Maringaense, no dia 03 de fevereiro de 2013, em um acidente de avião de pequeno porte, que caiu em uma propriedade rural na cidade de Cândido Mota, a 432 Km de São Paulo.

Vale destacar que o Viaduto ao qual se pretende denominar Elizabete Aparecida Romangnoli Piveta Assunção trouxe melhorias consistentes para o trânsito interestadual, beneficiando não somente os trabalhadores em torno da estrada, mas todos os brasileiros que circulam pela região.

Portanto, é inequívoco o mérito do preito proposto pelo ilustre Deputado Edmar Arruda, considerando a relevância nacional e local da homenageada, bem como seu importante papel no desenvolvimento da cidade de Maringá e do Estado do Paraná.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras-de-arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação, cuja disposição é a seguinte:

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Por fim, cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML), não encontramos denominação para a obra de arte viária em questão.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 2015.

Sala da Comissão, 16 de fevereiro de 2016

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora ANA AMÉLIA, Relatora ad hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 16 de fevereiro de 2016 (terça-feira), às 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
A I I Bloco d	e Apoip ao Governo(PDT, PT)
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT) Way
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Morais (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (RP)
Q. T.	Maloria (PMDB)
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB) Shund	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	Ricardo Ferraço (S/Partido)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PMB)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB) My Ly
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parla	mentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PV)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataides Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socia	lismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)
Lidice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB
Romário (PSB) 2/-	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlament	ar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
duardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Pouglas Cintra (PTB)	3. VAGO



SENADO FEDERAL PARECER N° 26, DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2015 (nº 6.226/2013, na Casa de origem), que denomina Viaduto Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva o viaduto construído no km 172,5 da rodovia BR-376 entre as avenidas Colombo e Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Relator: Senador ALVARO DIAS

Relatora ad hoc: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 163, de 2015 (Projeto de Lei nº 6.226, de 2013, na Casa de origem), de autoria do Deputado Edmar Arruda, que propõe seja denominado Pioneiro Manoel Revaldaves da Silva o viaduto construído no km 172,5 da rodovia BR-376 entre as avenidas Colombo e Sabiá, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

A proposição consta de dois artigos: o art. 1º estabelece a referida homenagem, enquanto o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria entende ser justa a iniciativa pela dedicação e trabalho do homenageado na construção da cidade de Maringá, fazendo parte, como muitos, da luta desbravadora e empreendedora da região.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.226, de 2013, foi aprovado pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT); de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justica e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 163, de 2015, foi distribuído para a apreciação exclusiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Após a análise da CE a matéria segue para a decisão do Plenário. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Como bem enfatiza o autor da matéria, o Sr. Manoel Revaldaves da Silva foi um pioneiro da cidade de Maringá, trabalhando como motorista profissional.

Mato-grossense, da cidade de Três Lagoas, o Sr. Manoel chegou à Maringá em 1930. Foi pioneiro como taxista na cidade, tendo, posteriormente, também atuado como caminhoneiro.

Sempre na cidade de Maringá, o Sr. Manoel casou-se e teve oito filhos. Seus filhos prosseguiram o trabalho do pai e hoje são sócios de uma empresa de transportes maringaense.

Sendo assim, considerando a importância estratégica do viaduto em questão para a infraestrutura de transportes da cidade de Maringá, entendemos que seja justa e meritória a iniciativa ora proposta, de homenagear esse cidadão maringaense que sempre atuou no ramo de transportes e deixou o legado para os seus filhos que continuam trabalhando no ramo, gerando empregos e contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da região.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras-de-arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação, cuja disposição é a seguinte:

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Por fim, cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML), não encontramos outra denominação para o viaduto em questão.

Dessa forma, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2015.

Sala da Comissão, 16 de fevereiro de 2016

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora ANA AMÉLIA, Relatora ad hoc



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 16 de fevereiro de 2016 (terça-feira), às 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
11/11/	de Apoio ao Governo(PDT, PT)
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT) Way
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Morais (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
DA.	Maioria (PMDB)
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB) Samply Z	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (S/Partido)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PMB)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB) by Lywy
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
/AGO	8. VAGO
Bloco Pari	lamentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ricardo Franco (DEM)	0 1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PV)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataides Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Soc	lalismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)
Lidice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB
Romário (PSB) 2/-	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlame	ntar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
duardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Oouglas Cintra (PTB)	3. VAGO



SENADO FEDERAL PARECER N° 27, DE 2016

Da COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL, sobre a Emenda nº 1 – PLEN, de autoria do Senador Humberto Costa, ao Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2014, do Senador Ricardo Ferraço, que altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2011, para constituir em auxílio financeiro para Estados, Distrito Federal e Municípios sessenta por cento da dotação orçamentária anual do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP.

RELATOR: Senador BLAIRO MAGGI

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão a Emenda nº 1 – PLEN ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 72, de 2014. O projeto original é de autoria do Senador Ricardo Ferraço e data de 11 de março de 2014. Em 30 de setembro último, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou relatório elaborado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, constituindo parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 72, de 2014.

Naquela mesma data a matéria foi encaminhada para esta Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), a qual cabe *propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional*, conforme o disposto no Requerimento nº 935, de 2015. O requerimento estabeleceu, ainda, que *as proposições legislativas que tratem da promoção do desenvolvimento nacional sejam encaminhadas à Comissão Especial destinada a tratar do tema, sempre que possível apensadas, para sistematização e parecer.*

A Senadora Lúcia Vânia foi designada relatora em 6 de outubro e apresentou relatório favorável ao projeto já no dia seguinte. Este foi aprovado pela Comissão em 21 de outubro, cabendo a mim atuar como relator *ad hoc*.

Em 4 de novembro, nos termos dos §§ 3° e 4° do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), houve a interposição do Recurso nº 9, de 2015, para que o PLS nº 72, de 2014, também fosse apreciado pelo Plenário. O recurso foi subscrito pelos Senadores Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Delcídio do Amaral, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa e Telmário Mota, entre outros.

No dia 11, o Senador Humberto Costa apresentou a emenda em questão. Trata-se de emenda substitutiva com dois artigos. O primeiro altera a redação dada pelo PLS nº 72, de 2014, ao art. 4º-A da Lei nº 10.201, de 2001, que *institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP*. O segundo contém a cláusula de vigência.

Na Justificação, o autor destaca que a experiência com o fomento às políticas de segurança pública e prisional demonstra que o mero repasse de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, quando desvinculados de programas e políticas estabelecidos e pactuados entre os entes, com responsabilidades mútuas definidas, não significa aumento de investimentos nessas áreas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

A redação original do art. 4°-A da Lei n° 10.201, de 2001, na forma do PLS n° 72, de 2014, instaura sistema de "repasse fundo a fundo", pelo qual 60% dos recursos do FNSP são entregues pela União automaticamente a fundos municipais, estaduais ou distrital de segurança pública, desde que os entes contem com conselho gestor, plano local de segurança pública e previsão orçamentária de recursos para o setor. Os repasses são rateados conforme os critérios dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados e do Distrito Federal (FPE), com cada rateio respondendo por metade dos recursos envolvidos.

A redação dada pela Emenda nº 1 – PLEN suprime a exigência de que 60% dos recursos mencionados sejam entregues aos fundos dos entes subnacionais, tornando opcional, para a União, a adoção do sistema de "repasse fundo a fundo": *as aplicações diretas da União tratadas no § 5° do art. 4°*

constituirão auxílio financeiro que **PODERÁ** ser repassado diretamente aos fundos dos Estados, Distrito Federal e Municípios (...).

Em termos de técnica legislativa, a emenda substitutiva apresenta algumas falhas. Os incisos I a IV do *caput* original foram incorporados, com alterações e com o acréscimo dos incisos V e VI, a novo § 1°. Os §§ 1° a 4° e o § 6° originais, que tratavam da compatibilidade dos planos municipais de segurança pública com os planos estaduais e da partilha dos recursos devidos aos entes subnacionais, foram excluídos. O § 5°, a seu tempo, foi renumerado como § 2°. Este, porém, manteve remissão aos incisos do *caput*, que, como apontado, deixaram de existir. Já o inciso VI do § 1° contém remissão ao próprio § 1°, embora os programas de segurança pública aludidos estejam definidos no *caput*.

Independentemente dessa última ressalva, entendemos que a emenda atenta contra o próprio cerne do projeto em comento, qual seja: desburocratizar o repasse de recursos federais para os outros entes da federação, como enfatizado pela própria Justificação do PLS nº 72, de 2014. Impõe-se notar que o art. 230, inciso II, do RISF estabelece que não devem ser admitidas emendas em sentido contrário à proposição. Isso vale para as propostas de emenda à Constituição e para os projetos de lei ou de resolução. Está claro, portanto, que a presente matéria não deve prosperar.

III – VOTO

Em face do exposto, voto pela rejeição da Emenda nº 1 – PLEN ao PLS nº 72, de 2014.

Sala da Comissão, em 17 de fevereiro de 2016.

Senador OTTO ALENCAR, Presidente

Senador BLAIRO MAGGI, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CEDN, 17/02/2016 às 14h30 - 14ª, Reunião

Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES	SUPLENTES		
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA		
LINDBERGH FARIAS	2. PAULO PAIM		
ACIR GURGACZ	3. CRISTOVAM BUARQUE		
BENEDITO DE LIRA	4. GLADSON CAMELI		
PAULO ROCHA PRI	ESENTE 5. DELCÍDIO DO AMARAL		

Maioria (PMDB)				
TITULARES	SUPLENTES			
JADER BARBALHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE			
SIMONE TEBET PRESENTE	2. GARIBALDI ALVES FILHO			
ROMERO JUCÁ	3. WALDEMIR MOKA PRESENTE			
RAIMUNDO LIRA	4. SANDRA BRAGA			
OTTO ALENCAR PRESENTE	5. LÚCIA VÂNIA			

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)				
TITULARES	SUPLENTE	S		
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA		
PAULO BAUER	PRESENTE	2. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	3. RICARDO FRANCO		

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)				
TITULARES	SUPLENTES			
ROBERTO ROCHA	1. RANDOLFE RODRIGUES			
FERNANDO BEZERRA COELHO	2. ANTONIO CARLOS VALADARES			

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)				
TITULARES	SUPLENTES			
DOUGLAS CINTRA	1. MARCELO CRIVELLA			
BLAIRO MAGGI PRESENTI	2. WALTER PINHEIRO			



SENADO FEDERAL PARECER N° 28, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2015, do Deputado Luiz Bittencourt, que obriga a fixação de cartazes nas farmácias com a lista dos medicamentos genéricos, inclusive com a diferença de preços entre eles e os demais.

Relator: Senador JOSÉ PIMENTEL

Relatoria "ad hoc": Senadora REGINA SOUSA

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.028, de 2000, na origem), do Deputado Luiz Bittencourt, que *obriga a fixação de cartazes nas farmácias com a lista dos medicamentos genéricos, inclusive com a diferença de preços entre eles e os demais*.

O art. 1º do projeto estabelece que os estabelecimentos comerciais que vendem medicamentos são obrigados a fixar cartazes, em lugar e com letras visíveis, com a lista de medicamentos genéricos disponíveis nos estabelecimentos, assim como dos seus preços em comparação com os demais de marca de fantasia.

O art. 2º explicita a cláusula de vigência, prevista para ocorrer na data de publicação da lei que se originar do projeto.

A proposição foi distribuída exclusivamente à apreciação da CAS e não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CAS, na forma definida pelo inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e sobre produção, controle e fiscalização de medicamentos.

Acerca do mérito, reconhecemos o valor intrínseco à proposição de medida para estimular o mercado de genéricos, que, à época de sua apresentação – o projeto original foi apresentado no ano 2000, pouco tempo após a edição da Lei dos Genéricos –, ainda era incipiente.

Não obstante, salientamos o crescimento acelerado desse mercado, que teve evolução significativa desde a chegada dos genéricos, após a publicação da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

Em março de 2001, havia 218 genéricos registrados, dos quais 146 eram comercializados, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Em julho de 2002, o Brasil contava com 35 laboratórios produtores de genéricos, tendo registrado 574 medicamentos. Em fevereiro de 2014, a Agência listava 436 princípios ativos registrados e produzidos por 102 laboratórios.

Resumo apresentado no *site* da Anvisa esclarece que, desde o ano 2000 até o fim do ano de 2014, 4.207 medicamentos genéricos foram registrados. Destes, 839 registros foram cancelados, restando, no final do ano passado, 3.368 medicamentos genéricos com registros válidos. Em 2015, até 26 de outubro, mais 231 medicamentos genéricos foram registrados. Dentre os 3.599 medicamentos genéricos com registros válidos até essa data, há 514 diferentes princípios ativos ou associações de princípios ativos, produzidos por 108 empresas detentoras dos registros.

Assim, ainda que concordemos com a necessidade de continuar a estimular o mercado de genéricos, consideramos que a forma idealizada no projeto em análise fica inviabilizada diante da magnitude atual desse mercado. Não nos parece factível nem benéfico exigir que as farmácias exponham e atualizem uma lista de mais de 3.500 medicamentos

acompanhados de seus preços e das diferenças em relação aos fármacos de referência. Também não nos parece viável fiscalizar o cumprimento dessa exigência em todo o território nacional.

Isso é ainda mais evidente numa realidade em que os recursos de telecomunicação e informática colocam as informações ao alcance de um clique, permitindo o acesso ilimitado aos dados sobre quaisquer assuntos por meio de celulares e outros equipamentos eletrônicos.

Além disso, entendemos que a população e os profissionais prescritores de medicamentos já estão bastante conscientizados sobre a existência e as vantagens econômicas dos genéricos. A nosso ver, as campanhas de conscientização continuam a ser a ferramenta mais efetiva para estimular o mercado de genéricos e, dessa forma, aumentar o acesso dos brasileiros à assistência farmacêutica.

Por fim, lembramos também a melhoria desse acesso proporcionada pelos programas públicos que facilitam a obtenção de alguns dos medicamentos de que os doentes brasileiros necessitam. Referimo-nos, principalmente, ao Programa Farmácia Popular, instituído pelo Governo Federal para ampliar o acesso da população aos medicamentos para as doenças mais prevalentes, como diabetes e hipertensão. Esse programa possui uma rede de Farmácias Populares e também inclui farmácias e drogarias da rede privada, por meio da parceria denominada *Aqui Tem Farmácia Popular*. O programa permite que vários medicamentos para diabetes e hipertensão sejam adquiridos a preços reduzidos ou obtidos de forma gratuita.

Assim, entendemos que a medida proposta no projeto em análise carece de viabilidade e que existem outras formas mais efetivas de estimular o mercado de genéricos e aumentar o acesso dos brasileiros à assistência farmacêutica.

III - VOTO

Diante do exposto, recomendamos a **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2015.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2016.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senadora REGINA SOUSA, Relatora "Ad Hoc"



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 17 de fevereiro de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTES				
Bloco de Apoio	ao Governo(PDT, PT)				
Humberto Costa (PT)	1. VAGO				
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)				
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT) 4. Walter Pinheiro (PT) 5. Fátima Bezerra (PT)				
Regina Sousa (PT) Wang					
Angela Portela (PT)					
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)				
Maio	oria (PMDB)				
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)				
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)				
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)				
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)				
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)				
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO				
Bloco Parlamentar da	a Oposição(PSDB, DEM, PV)				
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO				
Lúcia Vânia (PSB)	2. Ronaldo Caiado (DEM) lought circly				
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO				
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO				
Bloco Parlamentar Socialismo e	Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)				
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)				
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)				
Bloco Parlamentar Uniã	o e Força(PTB, PSC, PR, PRB)				
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)				
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO				
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO				
	-				



SENADO FEDERAL PARECER N° 29, DE 2016

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, do Senador Cyro Miranda, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.

RELATOR "AD HOC": Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Retorna à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para reexame, em razão da aprovação do Requerimento nº 635, de 2015, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 279, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que tem por finalidade alterar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) com o objetivo de reduzir de sessenta e cinco para sessenta anos a idade mínima para que o idoso que não tenha condição de prover a própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família, possa receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O autor justifica a proposição apontando a discrepância entre a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, que define a pessoa idosa como sendo aquela com mais de sessenta anos, e a Loas, que prevê o recebimento do BPC, nas condições mencionadas, a partir dos sessenta e cinco anos. A proposição pretende unificar os critérios expostos nessas duas leis, adotando a idade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como critério para as políticas voltadas à proteção da velhice. A vigência da proposta, se convertida em lei, será imediata.

O PLS nº 279, de 2012, foi inicialmente distribuído à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que o aprovou em caráter terminativo. Após a aprovação do Recurso nº 10, de 2013, a matéria foi submetida ao Plenário. Requerimentos subsequentes determinaram reexame da matéria pela CDH e pela CAS, bem como análise da proposição pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que concluiu pela sua rejeição devido ao que percebeu como sendo um desestímulo à contribuição de pessoas de menor renda para a Previdência Social, dada a garantia de recebimento do BPC, e também por identificar risco de diluição do orçamento da assistência social, limitando iniciativas como o Programa Bolsa Família.

Não foram recebidas emendas neste colegiado.

II – ANÁLISE

Conforme disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à proteção e à integração social dos idosos.

De início, compete esclarecer que a exclusão dos idosos com idade entre sessenta e sessenta e cinco anos do recebimento do BPC decorre do descompasso entre a Loas, mais antiga, e o Estatuto do Idoso, no qual a idade de sessenta anos foi fixada.

O mérito da proposição é evidente, pois sua conversão em lei proporcionará amparo a diversos idosos que não têm condições de prover o próprio sustento, nem de tê-lo provido por sua família. O suplemento de renda proporcionado pelo BPC eleva o padrão de vida desses idosos e de suas famílias, evitando que caiam na extrema pobreza, além de movimentar a economia nacional, pois o acompanhamento das políticas assistenciais tem demonstrado que esses recursos são utilizados quase exclusivamente na compra de medicamentos e alimentos.

Ademais, não vemos fundamento razoável para manter a falta de coesão nos critérios legais que reconhecem a condição de idoso.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, voto pela **aprovação**, no mérito, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012.

Sala da Comissão, 07 de outubro de 2015.

Senadora REGINA SOUSA, Presidente Eventual

Senador PAULO PAIM, Relator "ad hoc"



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:90ª Reunião, Extraordinária, da CDH Data: 07 de outubro de 2015 (quarta-feira), às 09h Local:Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de	Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloo	co da Maioria(PMDB, PSD)
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parla	mentar da Oposição(PSDB, DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socia	ilismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamen	tar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)



SENADO FEDERAL PARECER N° 30, DE 2016

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, do Senador Cyro Miranda, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do beneficio de prestação continuada.

Relatora: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Retorna à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para reexame, em razão da aprovação do Requerimento nº 635, de 2015, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 279, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que tem por finalidade alterar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) com o objetivo de reduzir de sessenta e cinco para sessenta anos a idade mínima para que o idoso que não tenha condição de prover a própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família, possa receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O autor justifica a proposição apontando a discrepância entre a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, que define a pessoa idosa como sendo aquela com mais de sessenta anos, e a Loas, que prevê o recebimento do BPC, nas condições mencionadas, a partir dos sessenta e cinco anos.

A proposição pretende unificar os critérios expostos nessas duas leis, adotando a idade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como critério para as políticas voltadas à proteção da

velhice. A vigência da proposta, se convertida em lei, será a partir da sua publicação.

O PLS nº 279, de 2012, foi inicialmente distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à CAS, tendo sido, então, aprovado. Após o acolhimento do Recurso nº 10, de 2013, a matéria foi submetida ao Plenário.

Requerimentos subsequentes determinaram reexame da matéria pela CDH e pela CAS, bem como análise da proposição pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que concluiu pela sua rejeição devido ao que percebeu como sendo um desestímulo à contribuição de pessoas de menor renda para a Previdência Social, dada a garantia de recebimento do BPC, e também por identificar risco de diluição do orçamento da assistência social, limitando iniciativas como o Programa Bolsa Família.

Não foram recebidas emendas neste colegiado. A matéria será ainda reexaminada pela CDH.

II – ANÁLISE

Conforme disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições relativas a seguridade social e assistência social.

É evidente que temos critérios etários distintos na Loas e no Estatuto do Idoso, para os respectivos fins: atualmente, se alguns direitos já são reconhecidos em favor dos idosos a partir dos sessenta anos, o recebimento do BPC pelos idosos carentes só é legalmente previsto a partir dos sessenta e cinco anos.

Há, claramente, mérito na iniciativa de amparar as pessoas carentes, idosas ou não. A ampliação das hipóteses de recebimento do BPC fortalece a cobertura assistencial e ajuda a combater a pobreza, além de

proporcionar inclusão econômica dos idosos, elevando seu padrão de vida e movimentando a economia.

Não obstante, é forçoso reconhecer que, como se mencionou no Parecer da CAE, a ampliação dessa política assistencial, na forma sugerida, teria impacto sobre a Previdência, desestimulando a contribuição de quem tenha perspectiva de receber o BPC sem qualquer contrapartida.

Tal medida pode acelerar o colapso desse sistema, já contratado devido à combinação entre a transição demográfica que atravessamos e a continuidade do modelo de repartição, no qual uma parcela proporcionalmente cada vez menor de trabalhadores ativos financia um conjunto crescente, em termos proporcionais, de inativos.

Dada a necessidade de garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, seria temerário promover essa alteração. Ainda que seja, sempre, desejável ampliar a cobertura assistencial, é inescapável a conclusão de que a extensão cumulativa de benefícios assistenciais pode desestimular a contribuição à Previdência.

O atual cenário de restrição orçamentária também deve ser considerado, sendo recomendável optar pela concentração das despesas públicas, inclusive as de caráter assistencial, nas políticas mais necessárias. Os benefícios do Programa Bolsa Família – ainda que possam ser menores do que o valor do BPC –, somados aos direitos previstos no Estatuto do Idoso, já garantem que o idoso com idade entre sessenta e sessenta e cinco anos tenha assistência em situação de pobreza.

Nesse sentido, a disparidade dos critérios etários do Estatuto do Idoso e da Loas seriam justificáveis por uma visão incremental: o leque de direitos e garantias já previsto no Estatuto do Idoso, desde os sessenta anos, e a concessão do BPC, se necessário, a partir dos sessenta e cinco anos.

Dessa forma, ainda que seja desejável ampliar ao máximo a rede de proteção social, é forçoso reconhecer que escolhas responsáveis devem ser feitas na articulação das políticas de seguridade social, empregando-se os recursos finitos da assistência social em favor dos que

mais necessitam, não estando, absolutamente, desassistidos os idosos com idade entre sessenta e sessenta e cinco anos.

Dados do Ministério da Previdência e Assistência Social indicam que o pagamento do BPC a 1 milhão e 650 mil idosos com mais de 65 anos corresponde a 68% dos gastos com o Programa Bolsa Família, que atende 12,8 milhões de famílias, ou aproximadamente 50 milhões de pessoas.

Deve prevalecer, também nesse caso, a estratégia de focalização das iniciativas assistenciais em favor dos que mais necessitam de amparo, tornando mais eficaz a aplicação dos recursos disponíveis, pois a diluição de benefícios, num contexto de escassez, pode ser entendida, no limite, como desperdício.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2016.

Senador WALDEMIR MOKA, Presidente em Exercício da CAS

Senadora ANA AMÉLIA, Relatora



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CAS

Data: 17 de fevereiro de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

TITULARES	SUPLENTES				
Bloco de Apoio	ao Governo(PDT, PT)				
Humberto Costa (PT)	1. VAGO				
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)				
Paulo Paim (PT)	3. José Pimentel (PT)				
Regina Sousa (PT) Whate	4. Walter Pinheiro (PT)				
Angela Portela (PT)	5. Fátima Bezerra (PT)				
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)				
Maior	ria (PMDB)				
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)				
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)				
Waldemir Moka (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)				
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)				
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (PMDB)				
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO				
Bloco Parlamentar da	Oposição(PSDB, DEM, PV)				
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO				
Lúcia Vânia (PSB)	2. Ronaldo Caiado (DEM) Secendo Caiado				
Dalirio Beber (PSDB)	3. VAGO				
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO				
Bloco Parlamentar Socialismo e I	Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)				
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)				
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)				
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)					
Marcelo Crivella (PRB)	1. Vicentinho Alves (PR)				
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO				
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO				



SENADO FEDERAL PARECER N° 31, DE 2016

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2015 (nº 3.210/2012, na Casa de origem), que confere ao Município de Orlândia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal

Relatora: Senadora MARTA SUPLICY

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.210, de 2012, na origem), do Deputado Marco Feliciano, que *confere ao Município de Orlândia, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Futsal*, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposição consta de dois artigos, o primeiro dos quais confere o referido título ao Município de Orlândia. O art. 2º, por seu turno, determina o início da vigência da lei para a data de sua publicação.

De acordo com a justificação, o projeto busca reconhecer a relevância conquistada por Orlândia na prática do futsal, em nível nacional e mesmo no exterior, especialmente por meio da equipe ADC Intelli, detentora de grande número de títulos de torneios desse esporte.

Encaminhada ao Senado Federal, a matéria foi destinada à apreciação exclusiva da CE, onde não foram oferecidas emendas.

Após a apreciação da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar sobre proposições que tratem de cultura e desportos, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

São incontestáveis os méritos do município paulista de pouco mais de 40 mil habitantes em criar e manter uma equipe de futsal que acumula conquistas impressionantes. Não se deve deixar de reconhecer, particularmente, a visão ampla do empresário Vicenzo Spedicato, que, além de criar o importante grupo empresarial Intelli, teve a iniciativa de fundar, em 1977, a Associação Desportiva Classista Intelli, ou ADC Intelli, que visava a oferecer oportunidades de lazer e esporte a seus funcionários.

A equipe de futsal logo passou a se destacar no Campeonato Paulista do Interior, sagrando-se campeã pela primeira vez em 1987 e repetindo o feito por cinco vezes na primeira década do século XXI. A taça do Campeonato Paulista é arrebatada em 2003, 2010 e 2011. Em nível nacional, a equipe ADC Intelli, também conhecida por "Orlândia", tornouse em 2012 e 2013 campeã da Liga de Futsal, a mais importante competição do País. No mesmo ano de 2013, conquista a Taça Libertadores da América e fica em terceiro lugar no Campeonato Mundial de Clubes.

Sem dúvida, um desempenho tão admirável por parte de um time de uma pequena cidade do interior tem contribuído muito para tornar a prática do futsal, juntamente com a vibração por ele, extremamente difundida entre os orlandinos.

O futsal não é apenas uma abreviatura do futebol de salão, já que ambos podem ser considerados modalidades próximas, mas distintas de um mesmo esporte, com algumas diferenças de regras. Pode-se dizer que o futsal, a modalidade mais recente, tornou-se, pela adoção de regras como a de uma bola mais leve que a tradicional de salão, mais próximo do futebol de campo.

Seja como for, as duas modalidades constituem o que muitos consideram como o esporte mais praticado no Brasil, uma vez que as maiores facilidades para se montar uma equipe ou construir uma quadra tornam-no mais acessível do que o futebol tradicional.

Mostra-se incontestável o mérito da cidade paulista de Orlândia ao adotar o futsal com entusiasmo e competência, levando, com suas conquistas, o nome do Município para além das fronteiras nacionais, e difundindo e estimulando uma importante modalidade de prática esportiva, tão relevante para a formação e a saúde da população.

Contudo, ocorre que da reunião destinada a apreciação deste PLC, realizada no dia 16 de fevereiro de 2016, fomos alertados que esta mesma Comissão apreciou e aprovou em reunião realizada no dia 28 de agosto de 2013 o PLS nº 331, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que confere ao município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o mesmo título de Capital Nacional do Futsal que o PLC em tela pretende conferir ao município de Orlândia.

O citado PLS foi enviado à Câmara dos Deputados, para revisão em 29 de abril de 2014, onde já foi apreciado de forma conclusiva pelas Comissões de Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, aguardando na Mesa Diretora o encerramento do prazo para apresentação de recurso para ser encaminho a sanção presidencial.

Cientes desses fatos, entendemos que a matéria em análise perdeu a oportunidade. Em consequência, julgamos que o projeto deve ser declarado prejudicado, consoante disposição do art. 334 do Risf.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela RECOMENDAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2015.

Sala da Comissão, 16 de fevereiro de 2016

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora MARTA SUPLICY, Relatora



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 16 de fevereiro de 2016 (terça-feira), às 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco	de Apojo ao Governo(PDT, PT)
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT) Way
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Wilder Morais (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP) Coo
X.	Maloria (PMDB)
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB) Samoly C	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (S/Partido)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PMB)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (PMDB) WM Lywwy
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parl	amentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ricardo Franco (DEM)	0 1. VAGO
José Agripino (DEM)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PV)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataides Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Soci	alismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)
Lidice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB
Romário (PSB) 2—-/	2. Randolfe Rodrigues (REDE)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamer	ntar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Oouglas Cintra (PTB)	3. VAGO

Prejudicialidade

Parecer pela prejudicialidade

Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 31, de 2016, pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2015.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do §1º do art. 334 do Regimento Interno.

Projetos de lei do senado



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2016

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para tornar mais gravosas as penas da injúria racial e da injúria relacionada à condição de pessoa com deficiência, quando cometidas contra criança ou adolescente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para aumentar em um terço as penas aplicáveis à injúria racial ou à injúria relacionada à condição de pessoa com deficiência, quando cometidas contra criança ou adolescente.

Art. 2º O art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

"/	۹rt.	. 1	40							
٠.										
2	۷٥	٨	iniúria	proticodo	contra	crianca	میر عظمام	sconto	nos torm	oc do

§ 4° A injúria praticada contra criança ou adolescente nos termos do § 3° do *caput*, no que couber, tem sua pena aumentada em um terço." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

2

O direito brasileiro adota a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente. A Constituição Federal brasileira, em seu art. 227, fala dos direitos que têm de ser assegurados à criança e ao adolescente com absoluta prioridade. Portanto, como legisladores investidos pelo poder do povo, temos o papel constitucional de proteger as crianças e os adolescentes de nosso país.

Nesse sentido, observamos que, na atual era de proteção irrestrita aos direitos humanos, não são mais toleradas discriminações infundadas, sobretudo as que têm como alvo a pessoa ainda em desenvolvimento. A criança e o adolescente, como têm sua autoestima e autoimagem ainda em formação, carecem de ampla proteção a fim de que possam se tornar adultos equilibrados e sadios. A discriminação contra os jovens é ainda mais severa quando se vale de traços associados à identidade intrínseca, como aqueles ligados à origem nacional e à etnia.

Nesse sentido, em recente seminário promovido no Senado Federal, intitulado "Sou cigano! Sou brasileiro! Não sou trapaceiro!", foi particularmente tocante o depoimento de um pai cigano. Esse pai relatou a dor de sua filha ao ser tratada como trapaceira pelo mero fato de ser cigana.

Entendemos adequada, portanto, a proposição de aumento de um terço da pena de injúria racial quando cometida contra criança e adolescente. Assim, a presente proposição propõe acréscimo de § 4º ao art. 140 do Código Penal, prevendo o referido aumento da pena quando a injúria se valer de elementos previstos no § 3º, a saber: raça, cor, etnia, religião e origem, incluída, ademais, a condição de pessoa com deficiência. É de se reforçar que também a discriminação por motivo de religião deve ser entendida como discriminação afim à raça ou à origem, como o Supremo Tribunal Federal já decidiu no famoso caso Ellwanger.

Dessa forma, estaremos contribuindo para promover a proteção integral da pessoa em desenvolvimento no Brasil.

Contamos com a colaboração dos nobres Pares para a aprovação deste simples, porém importantíssimo, projeto.

Sala das Sessões.

Senador TELMÁRIO MOTA

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - CÓDIGO PENAL - 2848/40

artigo 140

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2016

Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10
§ 6º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação poderá reservar até 30% (trinta por cento) para candidatos que realizarão propaganda eleitoral exclusivamente pela Internet." (NR)
"Art. 18
§ 3º Os candidatos registrados nos termos do § 6º do art. 10 e os partidos pelos quais foram registrados não poderão realizar quaisquer gastos nas respectivas campanhas, ressalvado o custeio de conexão à Internet e de dispositivos de uso do candidato para acesso à Internet." (NR)
"Art. 23
§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam

limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo

doador no ano anterior à eleição, vedada qualquer doação a campanha de candidato registrado nos termos do § 6º do art. 10.

§ 1°-A O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o limite de gastos estabelecido nesta Lei para o cargo ao qual concorre, salvo se candidato registrado nos termos do § 6° do art. 10, hipótese em que o limite aplicável é de 10 (dez) salários mínimos.

	" (NR)
"Δrt 28	

- § 13. Os candidatos registrados nos termos do §6° do art. 10 são obrigados a divulga, em até 72 (setenta e duas) horas, as despesas realizadas nos mesmos veículos utilizados para divulgação de suas campanhas, constando, pelo menos, as informações previstas no inciso II do §10. (NR)
- "Art. 36-C. Os candidatos registrados nos termos do § 6º do art. 10 divulgarão suas campanhas exclusivamente pela Internet, mediante uso de serviços gratuitos, observado o disposto no art. 57-A e seguintes, vedadas quaisquer outras formas de divulgação, inclusive:
- I confecção e distribuição de folhetos, adesivos, impressos, cartazes e similares;
 - II participação em comícios;
 - III propaganda eleitoral na imprensa;
- IV participação na propaganda eleitoral gratuita veiculada pelo partido ou pela coligação no rádio e na televisão.
- § 1º A violação ao disposto neste artigo importará a cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, podendo ser ajuizada a respectiva representação até a data da diplomação.
- § 2º O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 3 (três) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial."
- **Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Os blogs, redes sociais e outros meios de comunicação baseados na Internet tendem a ser os principais canais de formação de opinião, particularmente entre os mais

jovens. Atentos a isso, nós, legisladores, regulamentamos a propaganda eleitoral pela Internet na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Todavia, pessoas engajadas politicamente nas redes sociais, caso desejem-se candidatar, são intimidadas pela necessidade de todo um aparado de divulgação de suas campanhas pelos meios tradicionais. Referimo-nos, por exemplo, à necessidade de produção de programas no rádio e na televisão, impressão de folhetos e adesivos, contratação de cabos eleitorais e organização de comícios.

Por isso, entendemos oportuno o estabelecimento de parâmetros legais para candidaturas divulgadas exclusivamente por serviços gratuitos na Internet, entre eles blogs, redes sociais e aplicativos de envio de mensagens.

De acordo com nossa proposição, cada partido ou coligação poderá, facultativamente, registrar candidatos que realizarão suas campanhas exclusivamente pela rede mundial de computadores.

Em nome da paridade de armas entre os candidatos, foram impostas limitações a suas campanhas. Deseja-se evitar, com isso, que elas sejam assistidas por marqueteiros, bem como se utilizem de produções sofisticadas. Assim, pretendemos que o candidato de baixa renda se apresente ao eleitor em igualdade de condições com aquele que disponha de mais recursos financeiros. Diante disso, propomos a vedação de arrecadação e gastos de campanha.

Ademais, para assegurar que os candidatos abrangidos pela proposição divulguem suas propostas exclusivamente pela Internet, o projeto estabelece sanção para o descumprimento dessa sanção.

Entendemos que a alteração legislativa servirá como indutora da redução dos custos de campanha, de forma geral, e consequente democratização do acesso a cargos eletivos. À medida em que candidatos obtiverem votações expressivas com campanhas de praticamente sem custos, é provável que outros se sintam motivados a seguir essa mesma trilha em pleitos subsequentes.

Confiantes de que a medida consagra a soberania popular e diminuirá o custo das eleições pelo sistema proporcional, submetemos o projeto aos demais Senadores e Senadoras.

Sala das Sessões,

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

artigo 16

<u>Lei Complementar nº 64, de 18 de Maio de 1990 - LEI DE INELEGIBILIDADES - 64/90 artigo 22</u>

Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - LEI ELEITORAL - 9504/97

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2016

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art	20				
AH	<i>_</i>				

Parágrafo único. O Poder Executivo Federal divulgará informações constantes da base de dados de que trata o *caput*, incluindo fotografias de pessoas desaparecidas, por meio de realização de publicidade de utilidade pública, com inserções veiculadas nos intervalos da programação das emissoras de radiodifusão de sons e imagens (televisão), diariamente, por no mínimo um minuto, no período compreendido entre dezoito e vinte e duas horas. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O desaparecimento de pessoas, inclusive de crianças e adolescentes, ainda é um problema grave que precisa ser enfrentado. Órgãos de segurança pública e organizações não-governamentais que atuam nessa área chegam a estimar em 40 mil o número de pessoas desaparecidas anualmente no Brasil.

Já existe, em nosso país, o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, mas seu pleno funcionamento ainda depende da solução de entraves burocráticos e técnicos que limitam a eficácia dessa ferramenta — há, atualmente, apenas 371 casos registrados nesse Cadastro.

Contudo, ainda que o Cadastro passe a funcionar eficazmente para o registro de ocorrências, ainda será necessário promover a ampla divulgação dos casos de desaparecimento, com veiculação de informações que permitam identificar as vítimas, facilitando imensamente a solução desses casos. Nesse sentido, é importante promover campanhas e divulgar essas informações utilizando os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, que permite a divulgação rápida e eficaz de dados e, sobretudo, imagens dos desaparecidos.

Sem a divulgação das informações, perde-se muito da potencial eficácia do Cadastro. Por essa razão, entendemos tratar-se de um complemento indispensável à Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, e não vemos óbices à aprovação dessa proposta, inclusive porque os recursos para realização de ações de utilidade pública já constam do Orçamento da União.

Em razão do que foi exposto, solicito o apoio dos ilustres Pares à proposição ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA

<u>Lei nº 12.127, de 17 de Dezembro de 2009 - 12127/09</u> artigo 2º

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última decisão terminativa)

Proposta de Emenda à Constituição



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2016

Altera o inciso II do § 2º do art. 177 da Constituição Federal para determinar o regime de partilha na exploração de petróleo e acrescenta o art. 251 às Disposições Constitucionais Gerais para determinar a participação da Petrobras como operadora na exploração do petróleo em águas profundas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso II do § 2º do art. 177 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"	'Art. 177	
§	§ 2°	
	 II – as condições de contratação, assegurado o regime ração de petróleo em águas profundas; 	e de partilha na
		." (NR)

Art. 2º As Disposições Constitucionais Gerais passam a vigorar acrescidas do seguinte art. 251:

Art. 251. A empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), participará, como operadora, de todos os contratos de exploração do petróleo em águas profundas, observado o disposto no inciso II do § 2º do art. 177.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Proposta é estabelecer, no texto constitucional, o regime de partilha na exploração de petróleo em águas profundas, bem como o papel da Petrobras como operadora de todos os blocos contratados sob esse regime.

Os recursos petrolíferos do chamado pré-sal pertencem ao povo brasileiro e devem ser explorados tendo em vista os interesses estratégicos do desenvolvimento nacional.

O petróleo não é uma mercadoria qualquer. É um recurso escasso e essencial para qualquer projeto de futuro para o nosso País. O petróleo e – faço questão de dizê-lo – a Petrobras fazem parte das nossas raízes, pois nutrem e sustentam o nosso desenvolvimento. Não custa lembrar: árvore que perde as raízes não fica em pé, mesmo que seja robusta como o pau-brasil.

O petróleo do pré-sal, uma das maiores descobertas da ciência e da tecnologia brasileiras, depositou-se nas profundezas do nosso mar territorial ao longo de milhões de anos. Não faz sentido, portanto, permitir que dificuldades conjunturais balizem o destino que lhe será dado pelo seu legítimo possuidor, o povo brasileiro.

Nessas circunstancias, parece-nos necessário pontuar, com precisão, os limites a que estamos, como Nação, dispostos a ceder. Com a presente iniciativa, pretendemos garantir, no texto constitucional, a continuidade do regime de partilha e da participação exclusiva da Petrobras como operadora, delegando à legislação infraconstitucional a fixação dos percentuais mínimos da Empresa em cada operação.

Move-nos, antes de mais nada, a defesa dos interesses nacionais. E, no caso do pré-sal, isso só poderá ser garantido, em nosso entendimento, se o operador responsável pelos investimentos e exploração na área estiver comprometido com esses interesses. Por seu histórico compromisso com o desenvolvimento nacional; por sua competência produtiva e tecnológica, sobejamente demonstradas; e, principalmente, por seu caráter de empresa estatal (sob controle, portanto, da União e, por seu intermédio, do povo brasileiro), a Petrobras encontra-se plenamente capacitada para exercer esse importante papel – o que, aliás, já vem fazendo com inegável êxito desde a entrada em vigor da legislação atual, tendo já alcançado uma produção altamente significativa na região do pré-sal.

Duas outras questões reforçam a necessidade de manter uma empresa pública brasileira como operadora exclusiva: uma, o maior controle sobre as perdas oriundas de fraudes tanto no cálculo do custo de produção como nas estimativas do volume produzido – por onde, segundo os especialistas, se esvaem recursos ponderáveis. A outra questão diz respeito aos aspectos de segurança humana e ambiental. Trazemos todos na memória os

dramas ocorridos recentemente, um no Golfo do México – uma das maiores tragédias ambientais da História –, e outro na Bacia de Campos, que gerou uma mancha de 162 quilômetros quadrados de óleo no mar brasileiro. Ambos os eventos decorreram de negligências extremas com as normas de segurança ambiental, que, se são extremamente condenáveis, como nesses dois casos, em empresas privadas, seriam intoleráveis no caso de uma empresa pública.

Vale lembrar, finalmente, que o petróleo não representa uma grande riqueza apenas quando explorado, mas também quando se materializa em reservas disponíveis para a atual e as futuras gerações.

A nossa lógica de produção, portanto, deve mirar sempre os interesses permanentes do País, sem deixar, é claro, de se adequar às circunstâncias – muitas vezes, inesperadas – de cada momento. Por exemplo: se, hoje, os preços internacionais do petróleo atingiram um dos pontos mais baixos da História, que sentido faz que aumentemos agora a nossa produção, mirando um mercado exterior abarrotado de petróleo barato? Cabe-nos abastecer o nosso mercado interno - pois isso é importante, inclusive, para o equilíbrio das nossas contas externas – e deixar os grandes investimentos destinados à exportação para um momento em que os preços internacionais reencontrem, pelo menos, seu patamar de equilíbrio. Nesse momento, deveremos, então, adotar a lógica - mais uma vez, estratégica de investir nas exportações, sim, mas investindo, antes de mais nada, no fortalecimento da cadeia produtiva, para obter ganhos mais expressivos com a incorporação de maiores valores agregados. Estaremos, então, vendendo não apenas produtos, mas conhecimento, como fazem as nações mais avançadas. Para isso, é imprescindível que a empresa responsável pela operação esteja comprometida com a garantia de um mínimo de conteúdo local em suas compras e encomendas, principalmente aquelas que representem ganhos tecnológicos e produtivos, como é o caso de equipamentos complexos, como as sondas, que, depois de muitos anos, voltaram a ser produzidas no Brasil por iniciativa, precisamente, da Petrobras.

No nosso entendimento, fazer inserir, no texto da Constituição, regra específica sobre a destinação dos recursos do pré-sal significa o reconhecimento da extrema importância que atribuímos a ambos: ao pré-sal, como uma das maiores conquistas do povo brasileiro, e à Carta Magna, que recolhe, defende e garante os valores, os projetos, os sonhos, o presente e o futuro da Nação.

Sala das Sessões,

Senadora SIMONE TEBET
Senadora ANA AMÉLIA
Senadora ANGELA PORTELA
Senador ANTONIO ANASTASIA
Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
Senador BENEDITO DE LIRA
Senador BLAIRO MAGGI
Senador CRISTOVAM BUARQUE

Senador **DALIRIO BEBER**

Senador **DÁRIO BERGER**

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

Senador **DOUGLAS CINTRA**

Senador EDISON LOBÃO

Senador **EDUARDO AMORIM**

Senador **ELMANO FÉRRER**

Senadora FÁTIMA BEZERRA

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

Senador FLEXA RIBEIRO

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Senadora GLEISI HOFFMANN

Senador **HÉLIO JOSÉ**

Senador HUMBERTO COSTA

Senador IVO CASSOL

Senador JOÃO CAPIBERIBE

Senador JOSÉ MARANHÃO

Senador JOSÉ MEDEIROS

Senador JOSÉ PIMENTEL

Senador LASIER MARTINS

Senadora LÍDICE DA MATA

Senador LINDBERGH FARIAS

Senador MARCELO CRIVELLA

Senadora MARTA SUPLICY

Senador **OMAR AZIZ**

Senador PAULO PAIM

Senador RAIMUNDO LIRA

Senador RANDOLFE RODRIGUES

Senadora **REGINA SOUSA**

Senador **REGUFFE**

Senador RICARDO FRANCO

Senador **ROBERTO REQUIÃO**

Senador ROBERTO ROCHA

Senador ROMERO JUCÁ

Senador RONALDO CAIADO

Senadora SANDRA BRAGA

Senador TELMÁRIO MOTA

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Senador WALDEMIR MOKA

Senador WALTER PINHEIRO

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

parágrafo 3º do artigo 60

inciso II do parágrafo 2º do artigo 177

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relatório

Ofício nº 7, de 2016, do Presidente da CAE, que encaminha o **Relatório nº 3, de 2016**, de avaliação de políticas públicas sobre os "Impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos Estados". É o seguinte o Ofício:



OF. 007/2016/CAE

Brasília, 16 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Senador RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal

Assunto: Relatório de Avaliação da Política Pública sobre os "Impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos Estados"

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do art. 96-B, § 3°, do Regimento Interno do Senado Federal, relatório de avaliação da política pública sobre os "Impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos Estados", aprovado na 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada nesta data.

Respeitosamente,

Senador RAIMUNDO LIRA

Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos

O Relatório nº 3, de 2016, encontra-se publicado em suplemento ao presente Diário. (**Vide item 3.1do Sumário**)

Requerimentos



Requeiro, com fundamento no art. 50, §2°, da Constituição Federal de 1988, e nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Ministro da Fazenda, informações referentes ao Fundo de Garantia à Exportação - FGE, vinculado ao respectivo Ministério e cuja gestão está a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), a fim de subsidiar análises sobre o tema em questão.

Informações requeridas:

- i) as atas de todas as reuniões deliberativas do Fundo de Garantia à Exportação FGE entre 2011-2015, a fim de analisar como as garantias à exportação estão sendo feitas;
- ii) uma planilha resumo com todas os projetos garantidos, o valor da garantia, o tipo da garantia, local de execução do projeto, prazos, bases técnicas para a decisão da garantia, além de outras informações relevantes.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo matéria da revista Época de 28/08/2015, as garantias oferecidas ao BNDES à construção do Porto de Mariel são "recebíveis da indústria tabagista cubana".

Nas operações de crédito à exportação de bens e serviços com financiamento de longo prazo (superior a dois anos), o exportador brasileiro pode contar com a garantia de crédito concedida pela União na forma de Seguro de Crédito à Exportação (SCE) para garantir o financiamento ao importador. O SCE é lastreado com recursos públicos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), de responsabilidade do Ministério da Fazenda e operado pela ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.

O BNDES é o principal financiador público de longo prazo para operações de comercialização de exportações. Para contratação do financiamento, o BNDES exige apresentação de garantias do crédito pelo importador, sendo aceito o SCE. O seguro poderá ser ainda solicitado pelo exportador em operações com qualquer outro banco financiador, público ou privado, brasileiro ou estrangeiro.

O SCE garante os financiamentos de crédito à exportação contra:

- Risco comercial, quando o financiador (exportador ou banco financiador) não recebe seus créditos concedidos ao importador (mora, falência, etc.);
- Risco político (mora, rescisão arbitrária, moratória geral decretada pelas autoridades do país devedor); e
- Riscos extraordinários que impeçam o pagamento da dívida financiada (guerras, revoluções, catástrofes naturais).

Como o financiamento da exportação, neste caso, tem o múltiplo objetivo de promoção de comércio exterior, da atividade econômica e política externa, é oportuno o levantamento de mais informações sobre esse tipo de operação para conhecimento do Senado e, se for o caso, sugestão de encaminhamentos.

Sala de Sessões,

Senador TASSO JEREISSATI

(À MESA DO SENADO FEDERAL)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2016

da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(Requerimento nº 50, de 2015, na CRE)

Requeiro, nos termos do art. 222, combinado com o art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovada manifestação de apoio à participação da República da China (Taiwan), como observador geral na 39ª Assembleia Geral e Técnica da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI-ICAO), que ocorrerá em setembro de 2016, na cidade de Montreal, Canadá.

JUSTIFICAÇÃO

A República da China, conhecida também como Taiwan, tem buscado participação mais efetiva nas reuniões e atividades da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), agência especializada do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1947, com sede em Montreal, no Canadá. Taiwan é hoje região de projeção global, com uma economia entre as mais prósperas do planeta. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de cerca de um trilhão de dólares, e o PIB per capita de quarenta e três mil dólares, o que coloca Taiwan na 23ª posição no índice de desenvolvimento humano. Embora não seja membro da ONU, Taiwan é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outras organizações internacionais. No caso da aviação, participa da Rede Global de Aviação, e tem reiterado periodicamente os compromissos com as normas da OACI.

Taiwan encontra-se na seção mais movimentada do espaço aéreo do leste asiático. Seu aeródromo principal, o Aeroporto Internacional Taoyuan, é um dos aeroportos mais movimentados da região. Em 2013, o Conselho Internacional de Aeroportos (ACI, sigla em inglês) registrou o Aeroporto Internacional de Taoyuan em 15º lugar no mundo em termos de tráfego internacional de passageiros. Taiwan está conectada a 117 cidades do globo por 58 companhias aéreas nacionais e estrangeiras que operam no país. A Região de Informação de Voo (FIR, sigla em inglês) de Taipei dispõe, anualmente, de mais de 1,3 milhões de serviços de navegação de aeronaves, transportando 45 milhões de passageiros e mais de 1,68 milhão de toneladas em carga. Taiwan pode contribuir, ademais, para a segurança da aviação regional e global, compartilhando suas tecnologias avançadas de aviação.

Por ocasião da 38ª Sessão da Assembleia da OACI, realizada em 2013, em Montreal, Taiwan foi convidada a participar do evento com o nome de *Chinese Taipei*. Foi a primeira vez que isso acontecia desde que a ilha perdera seu assento na organização, em 1971. Para continuar atuante no sistema internacional de aviação civil e segurança de voo, é de extrema relevância que Taiwan seja inserida no processo decisório da OACI.

Preocupados com essa questão, e uma vez que defendemos a democracia no sistema internacional e as boas relações entre os povos, entendemos que o Senado Federal do Brasil deve manifestar-se apoiando o pleito do país asiático, razões pelas quais apresentamos este Requerimento.

Sala da Comissão,



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CRE, 18/02/2016 às 10h - 1a, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco de Apoio ao	Governo(PDT, PT)
TITULARES	SUPLENTES //
JORGE VIANA	1. JOSÉ PIMENTEL O. Dave set
LINDBERGH FARIAS	2. TELMÁRIO MOTA
GLEISI HOFFMANN	3. DELCÍDIO DO AMARAL
LASIER MARTINS	4. HUMBERTO COSTA
CRISTOVAM BUARQUE	5. VAGO
ANA AMÉLIA	6. BENEDITO DE LIRA
Maioria (PMDB)
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO Colones 18	1. JOÃO ALBERTO SOUZA
ROBERTO REQUIÃO	2. RAIMUNDO LIRA
SÉRGIO PETECÃO	3. MARTA SUPLICY
VALDIR RAUPP	4. ROMERO JUCÁ
RICARDO FERRAÇO PRUSE VIE	5. HÉLIO JOSÉ
Bloco Parlamentar da Op TITULARES	osição(PSDB, DEM, PV)
JOSÉ AGRIPINO	1 RONALDO CAIADO A O CAIAGO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
TASSO JEREISSATI	3. JOSÉ SERRA
PAULO BAUER	4. ANTONIO ANASTASIA ////
Bloco Parlamentar Socialismo e Den	nocracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. JOÃO CAPIBERIBE
FERNANDO BEZERRA COELHO VANESSA GRAZZIOTIN	1. JOÃO CAPIBERIBE 2. LÍDICE DA MATA
	2. LÍDICE DA MATA
VANESSA GRAZZIOTIN	2. LÍDICE DA MATA
VANESSA GRAZZIOTIN Bloco Parlamentar União e F	2. LÍDICE DA MATA Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Bloco Parlamentar União e F	2. LÍDICE DA MATA Força(PTB, PSC, PR, PRB) SUPLENTES
Bloco Parlamentar União e F TULARES EDUARDO AMORIM	2. LÍDICE DA MATA Força(PTB, PSC, PR, PRB) SUPLENTES 1. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar União e F TTULARES EDUARDO AMORIM MAGNO MALTA	2. LÍDICE DA MATA Força(PTB, PSC, PR, PRB) SUPLENTES 1. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar União e F TULARES EDUARDO AMORIM	2. LÍDICE DA MATA Força(PTB, PSC, PR, PRB) SUPLENTES 1. MARCELO CRIVELLA 2. WELLINGTON FAGUNDES



Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar a toda sociedade amazonense, familiares e amigos enlutados, representados neste ato pelo Arcebispo Dom Sérgio Eduardo Castriani, pelo falecimento do **PE. CÂNIO GRIMALDI**, que ocorreu no último dia 16, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Avenida Joaquim Nabuco, nº 1023, Centro, Manaus – Amazonas. CEP 69.020-030.

JUSTIFICAÇÃO

Foi com grande consternação que no último dia 16 de fevereiro recebemos a triste notícia do falecimento de Cânio Grimaldi, o padre Cânio, homem de Deus, generoso e muito querido por nós amazonenses.

Desde muito menino, Padre Cânio percebeu a vocação religiosa e se mostrou determinado a seguir a vida sacerdotal, tendo em vista que aos 12 anos de idade entrou para o aspirantado, ainda na Itália, seu país de origem. Mais tarde, já noviço, Cânio veio a entrar para a Congregação Salesiana e em 1969 chegou às terras brasileiras, a princípio no Pará e depois tivemos o privilégio de recebê-lo no estado do Amazonas.

Foram mais de 50 anos de vida sacerdotal, aos quais somos muito gratos pela forma carinhosa e preocupada com as quais padre Cânio tratou os cidadãos manauaras. O salesiano teve importantes papéis em nossa cidade, pois, além de homem religioso, o sacerdote foi um verdadeiro educador e homem voltado para as causas humanitárias, tendo exercido a direção do Colégio Dom Bosco e, também, a direção-executiva da Faculdade Salesiana Dom Bosco em Manaus, sem considerar várias outras atividades exercidas pelo religioso.

E justamente por essas suas qualidades pessoais que se refletiam evidentemente na forma de condução da sua vida pública e religiosa, sempre pensando no melhor para o cidadão e buscando ponderar necessidades e interesses das pessoas, é que consideramos a sua partida uma grande perda para nós, mas, também, é necessário que respeitemos o momento de descanso desse grande homem.

Somos muito gratos, Cânio Grimaldi, por tudo que representaste para todos nós.

Desta forma, com grande pesar, sentimento este a ser estendido aos amigos, familiares e a cada pessoa que o admirava, oferecemos esta singela homenagem.

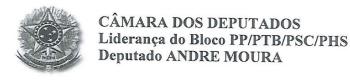
Sala das Sessões, em de fevereiro de 2016.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

(Encaminhe-se)

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

Comunicações



Ofício Líder Bloco nº 002/2016

Faça-se a substituição solicitada

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor **Senador RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro para a Medida Provisória nº 700/2015

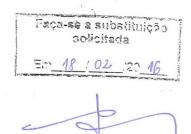
Senhor Presidente.

Indico a Vossa Excelência o Deputado LUIS CARLOS HEINZE (PP/RS) para integrar, como titular, a Comissão Mista sobre a Medida Provisória nº 700, de 2015, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências, em substituição ao Deputado ANDRE MOURA (PSC/SE).

Respeitosamente,

Deputado ANDRE MOURA Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS





Ofício nº 7/16-GLPSDB

Brasília, 🛭 de fevereiro de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **JOSÉ SERRA** como titular em substituição ao senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**, para integrar a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 712 de 2015.

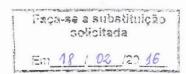
Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional





CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF/GAB/I/Nº 37

consideração.

Brasília, 17 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado MARX BELTRÃO -PMDB passa a integrar, na qualidade de TITULAR, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 707/2015**, que "Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica.", em minha substituição.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e

Deputado LEONARDO PICCIANI

Líder do Bloco PMDB/PEN

Façam-se as substituições solicitadas. Em <u>48 1 02</u> /20 <u>46</u> .



Ofício nº 5/16-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2016.

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, indico o senador DALÍRIO BEBER como titular em substituição ao senador CÁSSIO CUNHA LIMA, e o senador CÁSSIO CUNHA LIMA como suplente em substituição ao senador PAULO BAUER, para integrarem a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 707 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

Faça-se a substituição solicitada

Ofício nº 009-L-Democratas/16

Brasília, 16 de fevereiro de 2016.

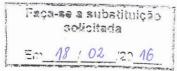
Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional NESTA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE passa a integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 705, de 23 de dezembro de 2015, que "Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil", em minha substituição.

Respeitosamente,

Deputado PAUDERNEY AVELINO
Líder do Democratas







Ofício nº 3/16-GLPSDB

Brasília, R de fevereiro de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador FLEXA RIBEIRO como titular em substituição ao senador CÁSSIO CUNHA LIMA, para integrar a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 705 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional



CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS



Ofício nº 010-L-Democratas/16

Brasília, 17 de fevereiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Senador **RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional NESTA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que integrarei, como membro suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 703**, de 18 de dezembro de 2015, que "Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência", em vaga existente.

Respeitosamente,

Deputado PAUDERNEY AVELINO Líder do Democratas

. . .

V 2



CÂMARA DOS DEPUTADOS Liderança do Bloco PP/PTB/PSC/PHS Deputado ANDRE MOURA Ofício Líder Bloco nº 003/2016

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor **Senador RENAN CALHEIROS** Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membro para a Medida Provisória nº 703/2015

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado ANDRE MOURA (PSC/SE) para integrar, como titular, a Comissão Mista sobre a Medida Provisória nº 703, de 2015, que altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência.

Respeitosamente,

Deputado ANDRE MOURA Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Despachos decorrentes de deliberações de requerimentos

Requerimento nº 1.352, de 2015

O Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2015, vai à CCT, retornando posteriormente à CMA.

Requerimentos nºs 1.370 e 1.371, de 2015

O Projeto de Lei do Senado nº 599, de 2011, vai ao exame da CAE e da CE, seguindo posteriormente, à CAS.

Requeimento nº 1.372, de 2015

O Projeto de lei da Câmara nº 93, de 2013, retorna à Secretaria- Geral da Mesa para inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.373, de 2015.

Requerimento nº 1.375, de 2015

O Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2015, retorna ao exame da CAS, seguindo posteriormente à CMA e à CE, em decisão terminativa.

Requerimento nº 1.398, de 2015

O Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2012- Complementar vai à CTG, retornando, posteriormente, à CAE.

Requerimento nº 22, de 2016

O Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015, uma vez que se encontra instruído pela CAS, vai à CAE.

Requerimento nº 1.456, de 2015

Os Projetos de lei do Senado nº s 127, de 2014 e 114, de 2015, perdem o caráter terminativo. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CCJ, seguindo posteriormente à CAE, e CE.

Requerimento nº 4/2016



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JORGE VIANA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PARECER Nº 32, DE 2016

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 4, de 2016, de autoria do Senador Humberto Costa, que, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer licença, no período de 07 a 13 de março de 2016, para representar o Senado Federal na 39ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, a ser realizada em Ottawa, Canadá. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período supracitado.

RELATOR "AD HOC" SEWADOR LASIER MARTINS.

RELATOR: Senador Jorge Viana

I-RELATÓRIO

Vem ao exame dessa Comissão o Requerimento nº 4, de 2016, de autoria do Senador Humberto Costa, que, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer licença, no período de 07 a 13 de março de 2016, para representar o Senado Federal em missão no exterior, na 39ª Reunião do Conselho de Administração do ParlAmericas, a ser realizada na cidade de Ottawa, Canadá. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período supracitado.

Acompanha o Requerimento convite da Presidenta do ParlAmericas, Marcela Guerra, Senadora do México.



SENADO FEDERAL Gabinete do Senador JORGE VIANA

II – ANÁLISE

No plano regimental, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento. O art. 40, por sua vez, estipula que a ausência do Senador, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado; estabelece, ainda, em seu § 4°, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou aquela que tiver maior pertinência.

A matéria também tem por fundamento o inciso III do art. 55 da Constituição Federal, que faculta ao parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer, desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão, por esta autorizada.

III - VOTO

Ante o exposto, opino pela aprovação do Requerimento nº 4, de 2016.

> vereiro de 2016. Sala de Reuniões, 18 du

> > Presidente

RELATOR "AD HOC" SENADOR

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - Gabinete 01 - CEP 70165-900 - Brasília - DF - Telefone: 55 (61)

Escritório do Acre - Rua Rui Barbosa, 435 - Sala 204 - Centro - CEP 69900-084 - Rio Branco - AC - Telefone: 55 (68) 3223-3434

Página: 2/2 17/02/2016 12:28:25



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CRE, 18/02/2016 às 10h - 1a, Ordinária

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

TITULARES	SUPLENTES)		
JORGE VIANA	1. JOSÉ PIMENTEL D. Davis self		
LINDBERGH FARIAS	2. TELMÁRIO MOTA		
GLEISI HOFFMANN	3. DELCÍDIO DO AMARAL		
LASIER MARTINS	4. HUMBERTO COSTA		
CRISTOVAM BUARQUE 100 1 5. VAGO 100 100 100			
ANA AMÉLIA	6. BENEDITO DE LIRA		
Maioria			
TITULARES	SUPLENTES		
EDISON LOBÃO Colinarios /X	1. JOÃO ALBERTO SOUZA		
ROBERTO REQUIÃO	2. RAIMUNDO LIRA		
SÉRGIO PETECÃO	3. MARTA SUPLICY		
VALDIR RAUPP	4. ROMERO JUCÁ		
RICARDO FERRAÇO PROUSE VIE	5. HÉLIO JOSÉ		
	0 11/1		
Bloco Parlamentar da Op	osição(PSDB, DEM, PV)		
TITULARES	SUPLENTES////		
JOSÉ AGRIPINO	1 RONALDO CAIADO A DE MILA COICA		
ALOYSIO NUNES FERREIRA 2. FLEXA RIBEIRO / Who ////			
TASSO JEREISSATI	3. JOSÉ SERRA		
PAULO BAUER	4. ANTONIO ANASTASIA		
Bloco Parlamentar Socialismo e Der	mocracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)		
TITULARES	SUPLENTES		
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. JOÃO CAPIBERIBE		
VANESSA GRAZZIOTIN	2. LÍDICE DA MATA		
VANLEGOA GIVEZIGIIN	Z. EIDIOL DA WATA		
	- (250 200 200 200)		
Bloco Parlamentar União e			
TTULARES	SUPLENTES		
EDUARDO AMORIM	1. MARCELO CRIVELLA		
MAGNO MALTA	2. WELLINGTON FAGUNDES		
	19		
^			
CONFINE Co	om C		
CONFIERE COM D ORIGINAL			
$\mathcal{A}\mathcal{D}$			
José Alexandre Girão	Moto da Silva		

17/02/2016 17:52:32

Comissão de Relações Exteriores

EMENDA CONSTITUCIONAL

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 91

Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É facultado ao detentor de mandato eletivo desligar-se do partido pelo qual foi eleito nos trinta dias seguintes à promulgação desta Emenda Constitucional, sem prejuízo do mandato, não sendo essa desfiliação considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 18 de fevereiro de 2016.

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado Eduardo Cunha	Senador Renan Calheiros
Presidente	Presidente
Deputado Waldir Maranhão	Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente	1º Vice-Presidente
Deputado Giacobo	Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente
Deputado Beto Mansur	Senador Vicentinho Alves
1º Secretário	1º Secretário
Deputado Felipe Bornier	Senador Zeze Perrella
2º Secretário	2º Secretário
Deputada Mara Gabrilli	Senador Gladson Cameli
3ª Secretária	3º Secretário
Deputado Alex Canziani	Senadora Ângela Portela
4º Secretário	4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata* Bloco-PT - Walter Pinheiro* Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias* Bloco-PRB - Marcelo Crivella* Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão* Bloco-PMDB - João Alberto Souza* Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro* Bloco-PMDB - Jader Barbalho* Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S) Bloco-PT - Humberto Costa* Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira* Bloco-PMDB - Marta Suplicy* Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves* Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S) Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia* Bloco-PP - Wilder Morais* (S) Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi* Bloco-PPS - José Medeiros* (S) Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia* Bloco-PT - Paulo Paim* Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira* Bloco-PT - José Pimentel* Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima* Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S) Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta* S/Partido - Ricardo Ferraço* Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira* **Bloco-PT** - Regina Sousa* (S) **Bloco-PTB** - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho* Bloco-DEM - José Agripino* Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S) Bloco-PSDB - Paulo Bauer* Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira* Bloco-PMDB - Renan Calheiros* Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares* Bloco-PSC - Eduardo Amorim* Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S) Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin* Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann* Bloco-PMDB - Roberto Requião* Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana* Bloco-PSD - Sérgio Petecão* Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral* Bloco-PMDB - Waldemir Moka* Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque* Bloco-PMB - Hélio José* (S) Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol* Bloco-PMDB - Valdir Raupp* Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S) Bloco-PR - Vicentinho Alves* Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19 PT-13 / PDT-6	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10 PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1
Acir Gurgacz	Antonio Carlos Valadares PSB / SE
Angela Portela	Fernando Bezerra Coelho
Cristovam Buarque PDT / DF	João Capiberibe PSB / AP
Delcídio do Amaral PT / MS	José Medeiros
Donizeti Nogueira	Lídice da Mata
Fátima Bezerra	Lúcia Vânia. PSB / GO
Gleisi Hoffmann. PT / PR	Randolfe Rodrigues REDE / AP
Humberto Costa. PT / PE	Roberto Rocha
Jorge Viana	Romário. PSB / RJ
José Pimentel. PT / CE	Vanessa Grazziotin
Lasier Martins. PDT / RS	Bloco Parlamentar União e Força - 9
Lindbergh Farias	PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1
Paulo Paim. PT / RS	Blairo Maggi
Paulo Rocha. PT / PA	Douglas Cintra
Regina Sousa. PT / PI	Eduardo Amorim
Reguffe	Elmano Férrer. PTB / PI
Telmário Mota	Fernando Collor
Walter Pinheiro. PT / BA	Magno Malta
Zeze Perrella	Marcelo Crivella
Bloco da Maioria - 18	Vicentinho Alves. PR / TO
PMDB-17 / PMB-1	Wellington Fagundes. PR / MT
Dário Berger	Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9
Edison Lobão. PMDB / MA	PP-6 / PSD-3
Eunício Oliveira. PMDB / CE	Ana Amélia
Garibaldi Alves Filho. PMDB / RN	Benedito de Lira
Hélio José	Ciro Nogueira
Jader Barbalho. PMDB / PA	Gladson Cameli. PP / AC
João Alberto Souza. PMDB / MA	Ivo Cassol
José Maranhão. PMDB / PB	Omar Aziz. PSD / AM
Marta Suplicy	Otto Alencar
Raimundo Lira. PMDB / PB	Sérgio Petecão
	Wilder Morais. PP / GO
Renan Calheiros	S/Partido - 1
Roberto Requião	Ricardo Ferraço ES
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Rose de Freitas	Bloco de Apoio ao Governo
Sandra Braga	Bloco da Maioria
Simone Tebet. PMDB / MS Valdir Raupp. PMDB / RO	Bloco Parlamentar da Oposição
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia 10
Waldemir Moka	Bloco Parlamentar União e Força
Bloco Parlamentar da Oposição - 15 PSDB-10 / DEM-4 / PV-1	Bloco Parlamentar Democracia Progressista 9 S/Partido
Aécio Neves	TOTAL
Aloysio Nunes Ferreira. PSDB / SP	101AL
Alvaro Dias	
Antonio Anastasia. PSDB / MG Ataídes Oliveira. PSDB / TO	
Cássio Cunha Lima	
Dalirio Beber	
Davi Alcolumbre. DEM / AP	
Flexa Ribeiro	

José Agripino. DEM / RN Ricardo Franco. DEM / SE Ronaldo Caiado. DEM / GO Tasso Jereissati. PSDB / CE

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO) Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG) Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP) Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR) Ana Amélia* (Bloco-PP-RS) Angela Portela* (Bloco-PT-RR) Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG) Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE) Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO) Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL) Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT) Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB) Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI) Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF) Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC) Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC) Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP) Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS) Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO) Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE) Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA) Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE) Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI) Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE) Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN) Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE) Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA) Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN) Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC) Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR) Hélio José* (Bloco-PMB-DF) Humberto Costa* (Bloco-PT-PE) Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO) Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA) João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA) João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP) Jorge Viana* (Bloco-PT-AC) José Agripino* (Bloco-DEM-RN) José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB) José Medeiros* (Bloco-PPS-MT) José Pimentel* (Bloco-PT-CE) José Serra** (Bloco-PSDB-SP) Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS) Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA) Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ) Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO) Magno Malta* (Bloco-PR-ES) Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ) Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP) Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM) Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA) Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC) Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA) Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB) Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP) Regina Sousa* (Bloco-PT-PI) Reguffe** (Bloco-PDT-DF) Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL) Ricardo Ferraço* (S/Partido-ES) Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE) Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR) Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA) Romário** (Bloco-PSB-RJ) Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR) Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO) Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES) Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM) Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC) Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS) Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE) Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR) Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO) Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM) Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO) Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS) Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA) Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT) Wilder Morais* (Bloco-PP-GO) Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1° VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2° VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º Sérgio Peteção (PSD-AC)
- 2º João Alberto Souza (PMDB-MA)
 - **3º** Elmano Férrer (PTB-PI)
 - 4º Douglas Cintra (PTB-PE)

146 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo Bloco da Maioria Bloco Parlamentar da Oposição (PT/PDT) - 19 (PMDB/PMB) - 18 (PSDB/DEM/PV) - 15 Líder Líder Líder Humberto Costa - PT (22,25,63) Eunício Oliveira - PMDB (60) José Agripino - DEM (39,65) Vice-Líderes Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Ataídes Oliveira (33) Líder do PMDB - 17 Walter Pinheiro (35,38,43) Antonio Anastasia (46) Telmário Mota (4,31,44,52) Líder do PMB - 1 Regina Sousa (41) Hélio José (50,59) Líder do PSDB - 10 Cássio Cunha Lima (13,58) Líder do PT - 13 Vice-Líderes do PSDB Humberto Costa (22,25,63) Paulo Bauer (23) Vice-Líderes do PT Aloysio Nunes Ferreira (40) Paulo Rocha (32,49) Líder do DEM - 4 Walter Pinheiro (35,38,43) Ronaldo Caiado (5) Lindbergh Farias (37) Fátima Bezerra (36) Vice-Líder do DEM José Agripino (39,65) Líder do PDT - 6 Líder do PV - 1 Acir Gurgacz (3,34) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,31,44,52) Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia Bloco Parlamentar Democracia Progressista Bloco Parlamentar União e Forca (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 (PP/PSD) - 9 (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Líder Líder Lídice da Mata - PSB (14,24) **Omar Aziz - PSD** (18,54) Fernando Collor - PTB (6,10) Vice-Líderes Vice-Líderes Vice-Líderes José Medeiros (11,16,28) Benedito de Lira (12,15,42,53,57) Blairo Maggi (7) Vanessa Grazziotin (20,27) Otto Alencar (61) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,9) Líder do PSB - 7 Líder do PP - 6 Líder do PTB - 3 **Benedito de Lira** (12,15,42,53,57) Antonio Carlos Valadares (64) Fernando Collor (6,10) Vice-Líder do PSB Líder do PSD - 3 Roberto Rocha (45) Líder do PR - 4 Omar Aziz (18,54) Líder do PPS - 1 Wellington Fagundes (51,56) Vice-Líder do PSD José Medeiros (11,16,28) Sérgio Petecão (19) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (55) Líder do PCdoB - 1 Líder do PSC - 1 Vanessa Grazziotin (20,27) Eduardo Amorim (8) Líder do REDE - 1 Líder do PRB - 1 Randolfe Rodrigues (26,29) Marcelo Crivella (2,9) Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48,62) Vice-Líderes Hélio José (50,59) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (51,56) Telmário Mota (4,31,44,52)

Notas:

- 1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
- 2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
- 3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- 4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
- 5. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
- 6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- 7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Fevereiro de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Sexta-feira 19 147

- 8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- 9. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
- 10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
- 11. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
- 12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
- 13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
- 14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 16. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
- 18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
- 19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
- 20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
- 21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
- 22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
- 23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
- 24. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
- 25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
- 26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
- 30. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 31. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 34. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
- 36. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 37. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 38. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
- 39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
- 40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
- 41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 42. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 44. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
- 45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
- 46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
- 48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
- 49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
- 50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
- 51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
- 52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
- 53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
- 54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
- 55. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Oficio s/n-GABLIDPR).
- 56. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Oficio s/n GABLIDPR).
- 57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
- 58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
- 59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
- 60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
- 61. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
- 62. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 29/01/2016 a 28/02/2016.
- 63. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
- 64. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
- 65. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE: RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos Telefone(s): 61 3303-3492 E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

N	T	M	D	D	<u>NS</u>	
IV	ΙН.	IVI	к	к		

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES	
11102111125	SOTEENTES	

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

MEMBROS

MEMBROS

Fevereiro de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Sexta-feira 19 153

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1) **RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015 Instalação: 15/04/2015 Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)			
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)		
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		
Maioria (PMDB)			
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.		
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)			
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)			
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		

Notas

- *. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
- **. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
- ***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
- ****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
- *****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
- 1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 CTBHSF).
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos Telefone(s): 61 33035492 Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS	

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) **RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes Telefone(s): 33034854 E-mail: coceti@senado.leg.br

^{*.} Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

^{**.} Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

10) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional. Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (1)

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

Instalação: 01/09/2015 **Prazo final:** 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)			
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (8)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)		
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)		
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5,13)		
Maioria	(PMDB)		
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)		
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)		
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (7)		
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)		
Bloco Parlamentar da Opo	osição (PSDB, DEM, PV) (15)		
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)		
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (12)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14)		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)		
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (4)		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)			
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (9)		
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (10)		

Notas:

- *. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- **. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).
- ***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- ****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).
- ******. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).
- *******. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.
- *******. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.
- 1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

- 6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB)
- 5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficio nº 109/2015-GLDBAG).
- 4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
- 3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
- 2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
- 7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
- 8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
- 9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
- 10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
- 11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
- 12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
- 13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
- 14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
- 15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos Telefone(s): 61 33033492 E-mail: coceti@senado.leg.br Fevereiro de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Sexta-feira 19 159

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014 Prazo final prorrogado: 19/06/2015 Prazo final prorrogado: 17/06/2016

	Prazo final prorrogado: 1//06/2016
MEMBR	OS
Admar Gonzaga Neto	
Arnaldo Versiani Leite Soares	
Carlos Caputo Bastos	
Carlos Mário da Silva Velloso	
Edson de Resende Castro	
Fernando Neves da Silva	
Hamilton Carvalhido	
Joelson Costa Dias	
José Antonio Dias Toffoli	
José Eliton de Figuerêdo Júnior	
Luciana Müller Chaves	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	
Márcio Silva	
Marcus Vinicius Furtado Coelho	
Roberto Monteiro Gurgel Santos	
Raimundo Cezar Britto	
Torquato Lorena Jardim	
Geraldo Agosti Filho	
José Rollemberg Leite Neto	
Walter de Almeida Guilherme	
Roberto Carvalho Velloso	
Henrique Neves da Silva	
Ezikelly Silva Barros	

Notas

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

******* Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

******* Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

******** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

********* Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

********** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

******** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

********* Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

******** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

********* Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado Telefone(s): 61 33033492 Fax: 61 33021176 E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1) RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015 **Prazo final:** 06/06/2016

MEMBROS
Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

- *. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
- **. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
- 1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
- 2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes Telefone(s): (61) 3303-3514 162 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

13) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

> Designação: 16/06/2015 Instalação: 16/06/2015 Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS	
Georges de Moura Ferreira	
Donizeti de Andrade	
Respício Antônio do Espírito Santo Júnior	
Maria Helena Fonseca de Souza Rolim	
Dorieldo Luiz dos Prazeres	
Antônio Ivaldo Machado de Andrade	
Celso Faria de Souza	
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira	
Tercio Ivan de Barros	
Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva	
Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira	-
Kerlington Pimentel de Freitas	
Ronei Saggioro Glanzmann	
Ricardo Bisinotto Catanant	
Thiago Pereira Pedroso	
Roberto José Silveira Honorato	
Claudio Jorge Pinto Alves	
Geraldo Vieira (2)	
Enio Paes de Oliveira (1,3)	
Ricardo Nogueira da Silva	
José Adriano Castanho Ferreira	
Ricardo Bernardi	
Fernando Silva Alves de Camargo	
Carlos Ebner	
Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira	

Notas

- *. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.
- **. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.
- ***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016

- 1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
- 2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
- 3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511 E-mail: coceti@senado.leg.br 164 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

14) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015 **Instalação:** 02/09/2015 **Prazo final:** 11/04/2016

MEMBROS		
Mauro Campbell Marques		
José Antonio Dias Toffoli		
Paulo Rabello de Castro		
João Geraldo Piquet Carneiro		
Mauro Roberto Gomes de Mattos		
Ives Gandra Martins		
Otavio Luiz Rodrigues Junior		
Aristóteles de Queiroz Camara		
Mary Elbe Queiroz		
Eumar Roberto Novacki		
Gabriel Rizza Ferraz		
Antonio Helder Medeiros Rebouças		
Daniel Vieira Bogéa Soares		
Luciana Leal Brayner		
Marcello Augusto Diniz Cerqueira		
Everardo de Almeida Maciel		
Eduardo Maneira		
Leandro Paulsen		
Heleno Taveira Torres		
Paulo Ricardo de Souza Cardoso		

Notas:

- *. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.
- **. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.
- ***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

 ****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.
- *****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.
- ******** O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues Telefone(s): 33033501 E-mail: coceti@senado.gov.br 166 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)

Leitura: 02/03/2015 **Designação:** 25/03/2015 **Instalação:** 31/03/2015 **Prazo final:** 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

11azo iliai profitogado: 15/00/2010			
TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)			
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO) (6,7)		
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (6)			
Maioria (PMDB)			
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.		
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)			
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)			
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) 1.			
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)			
VAGO (4)	1. VAGO (5)		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)			
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.		

Notas

- *. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).
- **. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).
- ****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).
- *****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).
- ******. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).
- *******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015. *******. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).
- 3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).
- 4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).
- 5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Oficio nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Oficio nº 132/2015-GLDBAG).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176 E-mail: coceti@senado.leg.br 168 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) (3)

Leitura: 02/03/2015 Designação: 18/03/2015 Instalação: 24/03/2015 Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (9)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5,6,7)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)		
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		
Maioria (PMDB)		
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	1.	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,10)	2.	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)		
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (11)		
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (8)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	

Notas

- *. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).
- **. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).
- ***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).
- ****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).
- *****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).
- ******. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
- 2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).
- 3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 CPIHSBC).
- 4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).
- 5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).
- 6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).
- 7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

- 9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
- 10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
- 11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá Telefone(s): 61 33033511/10 Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

170 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)

Leitura: 05/03/2015 Designação: 29/04/2015 Instalação: 06/05/2015 Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
1. Senador Humberto Costa (PT-PE)		
2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		
Maioria (PMDB)		
1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (2)		
2.		
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8)		
1.		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (5)		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (6)		

Notas:

- *. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).
- **. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).
- ***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).
- ****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).
- *****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)
- ******. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).
- *******. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.
- 1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).
- 2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).
- 3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).
- 4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).
- 5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

- 7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514 Fax: 33031176 E-mail: coceti@senado.leg.br 172 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015 **Designação:** 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.	
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)		
N	Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.	
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)		
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)		
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)	

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Fevereiro de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Sexta-feira 19 173

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015 Designação: 07/07/2015 Instalação: 14/07/2015 Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)	
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO (9,11)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)		
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)		
Maioria (PMDB)		
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMB-DF)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (12)		
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (10)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	

Notas

- *. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).
- **. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).
- ***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).
- ****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).
- *****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).
- ******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- 1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).
- 2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).
- 3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).
- 4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).
- 5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).
- 6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).
- 7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

- 8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
- 9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG). 10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
- 11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
- 12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501 **E-mail:** coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (1)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas

 $1. \ Em \ 16.02.2016, o \ PV \ passou \ a \ compor \ o \ Bloco \ Parlamentar \ da \ Oposição \ (Of. \ s/n).$

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾ **VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao G	overno (PT, PDT) (3)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (10,16)	
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)	
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (5)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)	
Maioria (PMDB)		
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)	
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO (7)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)	
VAGO (12)	8. Senador Hélio José (PMB-DF)	
Bloco Parlamentar da Oposi	ção (PSDB, DEM, PV) (8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)	
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (2,18,20)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)	
Notas:	·	

Notas

^{*.} Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- ******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- *******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
- 1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
- 2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
- 5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
- 6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
- 7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
- 8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
- 9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
- 10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
- 11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
- 12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
- 14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
- 15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
- 16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
- 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
- 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
- 19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
- 20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
- 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 33033516 E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034544 E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	
Maioria (PMDB)		
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) (1)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)		
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.	

Notas:

- 1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
- 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
- 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o oficio 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034344 E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034344 E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar Telefone(s): 61 33033516 Fax: 61 33034344 E-mail: cae@senado.leg.br 182 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao G	overno (PT, PDT) (4)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO (11)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)	
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)	
Maioria	(PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.	
Bloco Parlamentar da Opos	sição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (17)	
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)	
Bloco Parlamentar União e Fo	orça (PR, PTB, PSC, PRB) (1)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.	
T	-	

Notas:

- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).
- ******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).
- ******* Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).
- 1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

^{*.} Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

^{**.} Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

^{***.} Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
- 5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
- 6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
- 7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
- 8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
- 9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
- 10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
- 11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
- 12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
- 13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
- 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
- 18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 33034608 E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4) **VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Go	overno (PT, PDT) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria	(PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Opos	ição (PSDB, DEM, PV) (7,30)
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) (1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Den	nocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e l	Força (PR, PTB, PSC, PRB)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

^{*.} Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

^{***.} Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

^{*******.} Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- ******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
- 1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
- 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
- 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
- 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
- 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
- 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
- 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
- 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
- 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
- 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
- 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
- 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
- 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
- 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
- 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
- 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
- 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
- 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
- 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
- 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
- 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
- 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
- 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
- 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Oficio nº 008/2015-GLDPP.
- 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3972 Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Oficio nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Telefone(s): 61-3303-3972 Fax: 61-3303-4315 E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Telefone(s): 3303-3972 Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

188 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao G	overno (PT, PDT) (2)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria	(PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Opos	sição (PSDB, DEM, PV) (16)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
	nocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e l	Força (PR, PTB, PSC, PRB)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.
Notas:	

Notas:

^{*.} Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

^{**.} Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

^{***.} Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

^{****.} Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

^{******.} Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

- *******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
- 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
- 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
- 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 GLPSDB).
- 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
- 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
- 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
- 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
- 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
- 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
- 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -Telefone(s): 61 33033498 E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 3311-3498

> Fax: 3311-3121 E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 311-3498/4604/2 Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 311-3498/4604 Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao Go	overno (PT, PDT) (2)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (7)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)	
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) (6)	
	5.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (8,12)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (4)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (11)	

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).
- *****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).
- ******* Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
- 5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).
- 6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).
- 7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -Telefone(s): 61 3303-3519 Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.	
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.	
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)		
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.	

Notas:

- 1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Telefone(s): 3303-3519 Fax: 3303-1060

^{*.} Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.	
VAGO (1)	3.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.	

Notas:

- 1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Telefone(s): 3303-3519 Fax: 3303-1060 E-mail: scomcma@senado.gov.br

^{*.} Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Fevereiro de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Sexta-feira 19 197

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (2)

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (6,7)		
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	

Notas:

- 1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
- 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
- 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
- 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
- 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
- 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Telefone(s): 3303-3519 Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015 **Instalação:** 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2,3)		
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.	

Notas

- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -Telefone(s): 61 3303-3519 Fax: 3303-1060 E-mail: cma@senado.gov.br

^{1.} Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio	o ao Governo (PT, PDT) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
M	Taioria (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Parlamentar da	a Oposição (PSDB, DEM, PV) (19)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo	e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar Ur	nião e Força (PR, PTB, PSC, PRB)
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15)
Notas:	

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).
- Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of 16/2015).
- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
- 5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
- 7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

- 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
- 10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
- 11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
- 12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
- 13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
- 14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
- 15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
- 16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
- 17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -Telefone(s): 61 3303-2005 Fax: 3303-4646 E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Telefone(s): 3303-4251/3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Telefone(s): 3303-4251/3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Fevereiro de 2016 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Sexta-feira 19 203

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	
Maioria (PMDB)		
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (2)		
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	

Notas

- 1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 CDH).
- 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -Telefone(s): 61 3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao Go	overno (PT, PDT) (1)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO (9)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)	
Maioria (PMDB)		
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)	
Bloco Parlamentar da Opos	ição (PSDB, DEM, PV) (15)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Serra (PSDB-SP)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **** Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- ******. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

 *******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- *******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- 3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- 4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

- 5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- 6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
- 7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- 8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- 9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- 10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- 12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
- 13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- 14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
- 15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -Telefone(s): 61 3303-3496

> Fax: 3303-3546 E-mail: cre@senado.gov.br

206 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾ **VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio	o ao Governo (PT, PDT) (2)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
M	(aioria (PMDB)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) (4)	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Parlamentar da	a Oposição (PSDB, DEM, PV) (20)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo	e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
-	3.
Bloco Parlamentar Un	nião e Força (PR, PTB, PSC, PRB)
Senador Blairo Maggi (PR-MT) (3)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)
Notes:	2. Semanti Education Fillion (196 95)

Notas

- *. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).
- ******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).
- *******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

- 3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
- 4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
- 5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
- 6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
- 7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
- 8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
- 9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Peteção foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
- 10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 GLDBAG).
- 11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
- 12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
- 13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
- 14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Forca (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
- 15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 GLPSDB).
- 16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
- 17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
- 18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
- 19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
- 20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607 **Fax:** 61 3303-3286 **E-mail:** ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Telefone(s): 61 3303-4607 Fax: 61 3303-3286 E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Peteção (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

- 1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
- 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI)
- 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286 E-mail: ci@senado.gov.br 212 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio a	o Governo (PT, PDT) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Mai	oria (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da (Oposição (PSDB, DEM, PV) (21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (19,20)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e	Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Parlamentar Uniã	io e Força (PR, PTB, PSC, PRB)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).
- *****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of 15/2015-GLPMDB)
- *******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).
- ******** Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).
- 1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)
- 2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUEOR)
- 5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).
- 6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).
- 7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

- 8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
- 9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
- 10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
- 11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
- 12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
- 13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
- 14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
- 15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
- 16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
- 17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
- 18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
- 19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 3303-4282 Fax: 3303-1627 E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

Suplentes		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (2)		
1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)		
2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)		
3.		
4.		
5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)		
oria (PMDB)		
Senador José Maranhão (PMDB-PB)		
2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		
3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)		
4. Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) (5,6)		
5. Senador Hélio José (PMB-DF) (6)		
Pposição (PSDB, DEM, PV) (8)		
1. Senador Wilder Morais (PP-GO)		
2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		
3.		
Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
1.		
2.		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)		
2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)		

Notas

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

 ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- ******. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDR)
- ******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Marcello Varella Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -Telefone(s): 3303 3506

> Fax: 3303 1017 E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella Telefone(s): 3311-3506/3321 Fax: 3311-1017

 $\textbf{E-mail:} \ scomcra@senado.gov.br$

220 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (1) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (3)		
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)	
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO (8)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	
Senador Hélio José (PMB-DF) (6)	5.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (11)		
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador José Medeiros (PPS-MT)	Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO (4)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.	

Notas:

- ***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).
- *******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
- 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
- $5. \ Em\ 10.03.2015, o\ Senador\ Omar\ Aziz\ foi\ designado\ membro\ titular\ pelo\ Bloco\ da\ Maioria\ (Of.\ 40/2015-\ GLPMDB).$
- 6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
- 7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
- 8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

^{*.} Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

^{**.} Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -Telefone(s): 61 3303-1120 E-mail: cct@senado.gov.br 222 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (11)

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) (1)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria	(PMDB)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (16)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)
NT-4	·

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).
- ****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
- 3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
- 4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
- 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
- 6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
- 7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
- 8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
- 10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
- 11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
- 12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
- 13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
- 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
- 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
- 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda Telefone(s): 61 33031095 E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)		
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.	
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.	
	5.	
Maioria	(PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.	
Bloco Parlamentar da Opos	sição (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.	
	3.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Den	nocracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.	
T		

Notas

- **. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).
- ***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).
- ****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).
- *****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).
- Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)
- 2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).
- 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -Telefone(s): 61 33033284 E-mail: ctg@senado.leg.br

^{*.} Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB)

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (2) VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

 1ª Eleição Geral:
 19/04/1995
 6ª Eleição Geral:
 06/03/2007

 2ª Eleição Geral:
 30/06/1999
 7ª Eleição Geral:
 14/07/2009

 3ª Eleição Geral:
 27/06/2001
 8ª Eleição Geral:
 26/04/2011

 4ª Eleição Geral:
 13/03/2003
 9ª Eleição Geral:
 06/03/2013

 5ª Eleição Geral:
 23/11/2005
 10ª Eleição Geral:
 02/06/2015

Atualização: 17/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoi	io ao Governo (PT, PDT)
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO (3)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4.
M	aioria (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar	da Oposição (PSDB, DEM, PV)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (5)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (5)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo	e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (8)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (8)
Bloco Parlamentar Un	ião e Força (PR, PTB, PSC, PRB)
VAGO (11)	1.
	2.
Corregedor do Senac	do (art. 25 da Resolução nº 20/93)
	(/)

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- $1.\ Eleito$ na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Oficio nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme oficio lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Oficio nº 323/2015 GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.
- 11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001 2ª Designação: 26/02/2003 3ª Designação: 03/04/2007 4ª Designação: 12/02/2009 5ª Designação: 11/02/2011 6ª Designação: 11/03/2013 7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROG
MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas

^{*.} Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

^{1.} Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

^{1.} O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (1)

1ª Designação: 23/03/2010
 2ª Designação: 14/03/2011
 3ª Designação: 11/03/2013
 4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

> Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1) VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

1ª Designação: 30/11/2010 2ª Designação: 14/03/2011 3ª Designação: 21/03/2012 4ª Designação: 11/03/2013 5ª Designação: 20/05/2014 6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

MEMBROS
MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (2)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012 **2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
DOD
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303.5258

Fax: 3303.5260 E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2) VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (2)

1ª Designação: 22/08/2013 **2ª Designação:** 01/07/2015

Atualização: 07/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Notas

^{*.} Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

^{1.} O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

^{2.} Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

1ª Designação: 20/12/2013 **2ª Designação:** 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (2)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
A. P. & 11/11/0015

Notas

^{*.} Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

^{1.} Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

^{2.} Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255

Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995 2ª Designação: 30/06/1999 3ª Designação: 27/06/2001 4ª Designação: 25/09/2003 5ª Designação: 26/04/2011 6ª Designação: 21/02/2013 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

> **Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260 **E-mail:** saop@senado.leg.br

^{*.} Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

^{1.} Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA
	Atualização: 31/01/2015

Notas

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL
	Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

242 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
VICE-PRESIDENTE:Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

1^a Designação: 14/03/2011 2^a Designação: 21/03/2012 3^a Designação: 11/03/2013 4^a Designação: 26/03/2014 5^a Designação: 01/07/2015

Atualização: 03/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Notas:

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

^{*.} Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP **Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo **Telefone(s):** (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3° do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3° do

RISF):

246 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2) VICE-PRESIDENTE:Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 04/08/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Notas

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260 E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)
2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)
3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PMB-PE)
Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES	
PMDB, PEN		
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE	
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO	
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO	
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR	
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE	
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS	
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG	
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI	
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE	
Pedro Fernandes - PTB/MA (13)	10. Washington Reis - PMDB/RJ	
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA	
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ (2)	
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. VAGO	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB		
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE	
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA	
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA	
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE	
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC	
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP	
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL (11)	
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG (6,7)	
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtenir Pereira - PMB/MT (1,12)	
José Nunes - PSD/BA (9)	10. Átila Lins - PSD/AM	
PSDE	B, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	César Messias - PSB/AC	
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR	
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES (3)	
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG	
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF	
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE	
PI	DT .	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS	
PS	OL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ	

Notas

- 1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
- 2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
- 3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
- 4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- 5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

- 6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
- 7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
- 8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
- 9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
- 10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
- 12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.
- 13. Designado, como membro titular, o Deputado Pedro Fernandes, em substituição ao Deputado Ricardo Teobaldo, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2016, da Liderança do Bloco do PMDB.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo Telefone(s): (61) 3216-6892 E-mail: cmo.decom@camara.leg.br Local: Câmara dos Deputados. Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Morais (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo,	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)
Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

252 Sexta-feira 19 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Fevereiro de 2016

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização eControle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros	
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)	
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)	
DEM	VAGO	

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha
	Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às

mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)
RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015 **Instalação:** 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES			
Maioria (PMDB)				
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO			
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO			
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO			
Bloco de Apoi	o ao Governo			
(PDT, PT)				
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO			
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO			
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)			
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO			
Bloco Parlamentar da Oposição				
(PSDB, DEM, PV)				
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP			
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)			
Bloco Parlamentar Soc	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia			
(PCdoB, PPS, PSB, REDE)				
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM			
Bloco Parlamentar União e Força				
(PTB, PSC, PR, PRB)				
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO			

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES	
PMDB, PEN		
Eros Biondini - PTB/MG	Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS	
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)	
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)	
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB		
Angelim - PT/AC	Alessandro Molon - REDE/RJ	
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)	
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)	
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)	
PSDB, PSB		
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP	
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP	
PDT (1)		
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)	

Notas:

- 1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- 2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana "Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
- 4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
- 5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
- 6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
- 8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
- 9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
- 10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
- 11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
- 12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
- 13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
- 14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas CMMC
- 15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Lideranca do Bloco da Maioria.
- 17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Lideranca do PR.
- 18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum Telefone(s): (61) 3303-3534 E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

Líder da Maioria

Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)

Líder da Minoria

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

Deputado indicado pela Liderança da Maioria

Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)

Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)

Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)

SENADO FEDERAL

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria

Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)

Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)

Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

- 1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015
- 2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015
- 3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- 4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cásssio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- 5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- 6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- 7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva Telefone(s): 61 3303-3502 E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)
RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015 **Instalação:** 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES		
Maioria (PMDB)			
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO		
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO		
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO		
Bloco de Apoi	o ao Governo		
(PDT, PT)			
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN		
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI		
Bloco Parlamentar da Oposição			
(PSDB, I	DEM, PV)		
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO		
VAGO	2. VAGO		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia			
(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM 1. Lídice da Mata - PSB/BA			
Bloco Parlamentar União e Força			
(PTB, PSC, PR, PRB)			
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)		
PP			
Ana Amélia - RS	1. VAGO		

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES	
PMDB, PEN		
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ	
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO	
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG	
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ	
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA	
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ	
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)	
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMB/MG (16)	
Ezequiel Teixeira (2)	9. VAGO	
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO	
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO	
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB		
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA	
VAGO (12)	2. VAGO (12)	
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)	
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)	
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)	
Rogério Rosso - PSD/DF (5) 6. Beto Salame - PROS/PA		
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO	
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO	
PSDB	, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)	
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO	
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO	
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO	
VAGO (13)	5. VAGO	
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO	
	DT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)	
PSOL (1)		
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO	

Notas:

- 1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- 2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
- 3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- 4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- 5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- 6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- 7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

- 8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Lideranca do PDT.
- 10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
- 11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Lideranca do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- 12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Lideranca do PROS.
- 13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Lideranca do PSDB.
- 14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Lideranca do Bloco Parlamentar União e Forca.
- 15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
- 16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Lideranca do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
- 18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
- 19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
- 20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
- 21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero Telefone(s): 61 3303-3504 E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)
VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)		
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)		
Deputado Sergio Zveiter		
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)		
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)		
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)		
VAGO		

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) 1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR) 2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo			
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)		
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR		
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC		
Maioria (PMDB)			
VAGO (8)	Waldemir Moka - PMDB/MS		
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC		
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO		
Bloco Parlamentar da Oposição			
Paulo Bauer - PSDB/SC 1. VAGO			
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO		
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia			
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	onio Carlos Valadares - PSB/SE 1. Lídice da Mata - PSB/BA		
Bloco Parlamentar União e Força			
Blairo Maggi - PR/MT 1. Eduardo Amorim - PSC/SE			

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES	
PMDB, PEN		
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS	
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR	
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS	
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR	
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI (14)	
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE	
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR	
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)	
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)	
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)	
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO	
PS	SD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES	
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)	
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ	
Domingos Neto - PMB/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC	
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR	
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)	
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)	
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)	
PSDB	, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	Moses Rodrigues - PPS/CE	
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)	
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)	
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO	
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO	
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO	
PI	DT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA	
PS	OL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO	

Notas:

- 1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- 2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- 4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- 5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- 6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

- 7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- 8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- 9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- 10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
- 11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
- 12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
- 13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
- 14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
- 15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
- 16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal **Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente

Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)

1º Vice-Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobo (PR/PR)

1º Secretário

Deputado Beto Mansur (PRB/SP)

2º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)

3º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)

4º Secretário

Deputado Alex Canziani (PTB/PR)

Líder da Maioria VAGO

Líder da Minoria

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Deputado Arthur Lira (PP/AL)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Senador Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Senador Vicentinho Alves (PR/TO)

2º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT/MG)

3º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP/AC)

4º Secretário

Senadora Angela Portela (PT/RR)

Líder do Bloco Parlamentar da Maioria

VAGO

Líder do Bloco Parlamentar Minoria

Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Presidente da Comissão de Constituição, Justica e Cidadania

Senador José Maranhão (PMDB/PB)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP) Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991, Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013 COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado (1)
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos (1)

Eleição Geral: 05/06/2002 Eleição Geral: 22/12/2004 Eleição Geral: 17/07/2012 Eleição Geral: 08/07/2015

Elelção Gerai: 06/07/		
LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado (2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão (5)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO (3)	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

- 1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
- 2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
- 3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/ n HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
- 4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
- 5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Fale com o Senado 0800 61 2211

